

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Diretrizes Pedagógicas e Operacionais

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE
APOIO À APRENDIZAGEM

Minut



Governador do Distrito Federal
Ibaneis Rocha Barros Junior

Vice-Governadora do Distrito Federal
Celina Leão Hizim Ferreira

Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

Secretário Executivo
Isaías Aparecido da Silva

Subsecretária de Educação Inclusiva e Integral (SUBIN)
Vera Lúcia Ribeiro de Barros

Diretora de Atendimento Educacionais Especializados (DIAEE)
Lídia Oliveira Saulnier de Pierrelevée

Gerente de Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (GSEAA)
Keilla Rayane de Amorim Lopes

Elaboração
Milena Borba Sbardelotto Gallina
Keilla Rayane de Amorim Lopes

Colaboração
Luciana Zaira Diniz Pires
Maria Gislane da Silva Mendes
Victoria Araujo de Almeida Britto
Stella Juliana da Conceição Santos

Colaboração Grupo de Trabalho:

Aline Motta Santos
Daniela de Souza Silva
Elisane Brasileiro Duarte
Leonardo Vieira Nunes
Liliane Alves Veloso da Silva
Luciana Moreira Oliveira
Maria do Carmo Soares da Costa
Michelle de Faria Nunes
Rosa Maria Godinho Monteiro
Rosimeire Afonso Dutra Freitas
Thaysa Pacheco Cacao
Yesmin Correia Dias,

Apoio e revisão:

Cleiciene dos Santos Alves
Deyvison Vanderley da Silva
Lilian Maria de Azeredo
Liliane Arantes Theodoro Nesme
Líria Queiroz Borges
Luciana Torres

Colaboração nos Grupos Propositivos:

Adriana Mariano Brasil	Flávia Motta Santos	Paloma Santos Ferreira
Adriana R. Vargas	Francisco de Assis da Silva Lima	Patrícia de Melo Caixeta
Alessandra Brito	Francisco de Assis Gama	Patrícia Francisca de Oliveira
Alessandra Ferreira de Matos	Geralda M. C. Moreira	Patrícia Maria Vieira
Aline Motta Santos	Geralda Maria Carlos	Patrícia Teodósio Caixeta
Aline Queiroz da Cruz	Graziela S. C. Albuquerque	Patrícia Trindade
Alline Queiroz	Graziella M.L.B. de B. C. de Souza	Paula Cristina Pereria
Altair Martins Gomes	Greice Furini Lawall Sobrinho	Paula Lobo Martins
Ana Maria de A. Campos	Guilherme A, T, L. Sousa	Priscila Nunes Drumond
Ana Paula A. de S. Simionatto	Helena J. S. Lima	Priscila Rodrigues de Souza
Ana Paula Sousa Braga	Hellen Mercês da Silva	Raquel Carvalho de Aguiar Freitas
Ana Rosa Correia Pinheiro	Irlane Maria Rodrigues da Costa	Raquel Gomes A. Mendes
Andrea Ligia Rodrigues Silveira	Isabela Cordeira Lêda	Raul Barboda Vieira
Andrea Maciel de Brito	Isabella Cardoso	Regiane Batista de Souza
Andreia Lopes da Silva	Isabella Isahu	Rejane M. de A. Fontanelli
Andressa Carneiro Lopes	Jacqueline Oliveira S. Rodrigues	Renata Ferreira Kiles Barcellos
Andressa Carneiro Lopes	Janete Anaíde Guerreiro	Renata Pacini Valls Carvalho
Anísia da Silva Gitirana Umetsu	Jeane Santos Sperandio	Rosane Alves
Antônio Vieira Carneiro Marques	Jeannine C.I de C. Portilho	Rosani Secundo Alves
Áquila Cristina C. Pereira	Joana P. Bonadiman da Costa	Rosemare Gonçalves
Bianca de Rodrigues Rogoski	Josilene Estácio de Araújo	Samantha Couto
Blandine Maria Perpétuo Souza	Juliana Anselmo Correia	Sandra Regina de Souza Santos
Bruna Grazielle Martins Silva	Juliana Comin	Sara Alves de Oliveira
Camila Brasil Braga	Juliana dos Santos Abadia	Sarah Almeida
Carla Roberta Camargos	Karla Lustosa	Scheilla Carvalho Lustosa Pereira
Carlos Eduardo Lopes de Assis	Karla Rosane G. Lopes Leis	Sílvia Cristina Martins Porto
Carolina Bauchspiess	Kathelem França	Sílvio Marcos
Carolina Providenti	Katia Regina do Carmo Pereira	Sônia Aparecida M. Gonçalves
Cátia Carvalho	Kellen Candini Bastos	Soraneide Dantas Carreiro
Cátia Cilene Caif	Larissa Leite Vaz de G. Corrêa	Sulamira Viralins Volpe
Cinthia Martina de S. Silva	Laura Matos de Oliveira	Sumaia D.M. Santos
Clarice Freitas Teles	Layane Foneca	Sumara Duarte G. M. Santos
Clarissa Dutra	Liana Mara de V. Rebouças	Sumara Luz B. Ferreira
Clarissa Gomes Dutra	Lídia de Carvalho Lima	Tânia Cristina
Cláudia Cavalcante Weber	Lorena Torre Noronha	Tânia Cristina A. Ramao
Claudimeire Coutinho	Luciana Rodrigues	Tânia de Sousa Lima
Cleide A. da Costa	Lúciia Maria Ventura Maia	Tatiana Bezerra P. Santos Pereira
Daniela F. de Oliveira Souza	Marcelo Virgolini Braga	Tatiana da Silva Brito
Daniela Fernandes de D. Souza	Márcia C. Guimarães Machado	Tatiana Mendonça Barros
Daniela Silva Araújo Freitas	Márcia Fernandes Costa	Taysa Brasil S. Mendes
Daniele Araújo da Silva	Maria Aparecida Ramos R. Martins	Thaywane Gomes
Dayse B. Santos	Maria do Socorro	Thiago de Assunção dos Santos
Débora de S. Santos	Maria Elisa Carneiro Pinto	Uiara Costa Matos Oliveira
Débora de Souza Santos	Maria Leônia Marques	Valéria Rosa Barbosa Parente
Edilene Teixeira	Maria Radica	Vanessa Potiguara e Silva
Edvan da Costa Madureira	Maria Raquel de Oliveira de Lima	Vangela do Carmo O. Vasconcelos
Edvan Nery	Maria Rúbia Rodrigues da Cruz	Vivian B. Pereira
Eliane Honorato de Deus	Meire Ruti da Silva	Viviane Calce de Moraes
Elisângela A. L. de Oliveira	Michelle Queiroz Resende	Viviane Giusti Balestrin
Emanuelle Weyl Amoury	Miriam Assunção Borges	Yesmin Cavalcante
Euripedes Rodrigo das Neves	Nadia Lopes	
Euzanete Pires Rangel	Naimê da Silva Rufino	
Fernanda Assunção N. Silva	Naira Katlein dos Santos	
Fernanda Cristina Nunes	Newdalena de Oliveira Queiroz	
Fernanda S. A. Moraes	Noélia dos Anjos	

Apresentação

O presente documento constitui-se como o instrumento oficial de diretrizes técnico-pedagógicas destinado a nortear a atuação dos profissionais que integram o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Sua finalidade primordial é oferecer subsídios teóricos, conceituais e metodológicos indispensáveis para que pedagogos e psicólogos exerçam seu papel como atores estratégicos na execução de políticas públicas educacionais.

Destaca-se que, a presente diretriz está em consonância com o Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, principal diretriz das práticas pedagógicas da SEEDF. Este instrumento, pautado em pressupostos teóricos críticos e emancipatórios, promove a valorização da diversidade cultural, social e humana, reconhecendo o estudante como sujeito histórico e de direitos. Ainda, instrumentaliza quanto a processos educacionais baseados nos princípios da equidade, inclusão, justiça social e respeito às singularidades, reafirmando a escola como espaço de transformação e de construção coletiva do conhecimento.

Nesse cenário, a atuação desses profissionais fundamenta-se na perspectiva apresentada por Marinho-Araújo e Almeida, que destaca a importância de:

“facilitar a construção de estratégias de ensino diversificadas; promover a reflexão e a conscientização acerca das funções, papéis e responsabilidades dos sujeitos que atuam na escola; e buscar, coletivamente, a superação dos obstáculos à apropriação do conhecimento”. (Marinho-Araújo e Almeida, 2005, p. 89)

Para tanto, torna-se imprescindível que tais práticas estejam orientadas pela promoção da equidade, com vistas a assegurar que todos os estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem. Além disso, é fundamental contribuir para a garantia da justiça educacional e do combate das barreiras atitudinais e estruturais que perpetuam exclusões, tendo por horizonte a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos, democráticos e respeitosos, com as singularidades e subjetividades humanas.

Enquanto ferramenta norteadora, as Diretrizes Pedagógicas visam a instrumentalização da missão institucional de implementar ações que potencializem o desenvolvimento dos estudantes e equalizem as oportunidades de acesso a uma educação de qualidade. O documento reafirma o SEAA como o protagonista de uma política pública indispensável para a consolidação de uma escola efetivamente democrática e inclusiva, fundamentada na defesa do direito incondicional de aprendizagem de todos os estudantes.

Apresentação

Como atores de políticas públicas, o papel desses profissionais transcende o suporte técnico isolado; eles são agentes de transformação que atuam na superação de barreiras que dificultam o processo educativo. Nessa perspectiva, podem ser compreendidos como “burocratas de nível de rua”, conforme conceituado por Lipsky (2019), ou seja, trabalhadores que, no contato direto com os cidadãos, dão concretude às políticas públicas e influenciam seus resultados. Ao exercerem discricionariedade nas decisões cotidianas, esses profissionais não apenas aplicam normas, mas também reinterpretam e adaptam diretrizes às realidades locais, contribuindo para a promoção da equidade e para a justiça educacional. Assim, sua atuação é decisiva na ruptura de barreiras atitudinais e estruturais que perpetuam exclusões, pois são eles que, na prática, transformam princípios abstratos em ações efetivas que garantem o direito à educação e fortalecem a dimensão inclusiva das escolas.

Atualmente, o serviço contempla a atuação de:

- Pedagogos das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem;
- Psicólogos das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem;
- Professor das Salas de Apoio à Aprendizagem;
- Itinerante das Salas de Apoio à Aprendizagem;
- Coordenadores Intermediários dos Serviços Especializadas de Apoio à Aprendizagem;
- Gerência dos Serviços Especializadas de Apoio à Aprendizagem.

Desejamos que estas Diretrizes Pedagógicas sirvam como alicerce para uma prática ética e reflexiva, fortalecendo o compromisso desses profissionais com a construção de uma educação que reconheça e respeite a diversidade como valor central da sociedade. Ao orientar ações pautadas na equidade e na justiça educacional, desejamos também que elas inspirem a superação de barreiras que historicamente perpetuaram exclusões, reafirmando a escola como espaço de inclusão, diálogo e transformação social.

Introdução

O Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) constitui-se como balizador de uma política pública educacional voltada ao atendimento de estudantes que enfrentam barreiras no processo de escolarização. As ações deste serviço, em essência, se dedicam a consolidação de processos educacionais equitativos, inclusivos e que valorizem a diversidade. Organizam-se em um conjunto de cargos e atribuições na SEEDF empenhados em efetivar de uma educação inclusiva visando a efetivação da função social da escola.

A importância do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) para as políticas educacionais do Distrito Federal reside em sua capacidade de deslocar o foco das dificuldades de escolarização tradicionalmente atribuídas ao estudante para uma perspectiva institucional, preventiva e interventiva. Ancorado no Plano Distrital de Educação (PDE), o serviço atua no enfrentamento da estigmatização e da invisibilidade dos sujeitos, promovendo ações que visam à superação das barreiras pedagógicas e estruturais que comprometem o desenvolvimento integral e a permanência escolar.

No Brasil, a origem desse serviço, vincula-se às iniciativas de acompanhamento das dificuldades de aprendizagem que emergiram a partir da década de 1960, em um contexto marcado pela expansão da educação básica e pela necessidade de respostas institucionais às demandas escolares.

Nessa perspectiva, a estruturação do SEAA ocorreu em consonância com os principais marcos legais da educação brasileira. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado, criando as bases para políticas inclusivas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) reforçou o princípio da igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) definiu a necessidade de superar barreiras à aprendizagem e à participação, orientando os sistemas de ensino a desenvolver serviços especializados de apoio.

Com isso, o Distrito Federal, regulamenta em 2008, na Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) o SEAA. Atualmente, o serviço oferece, no nível local, duas frentes principais: as Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA) e as Salas de Apoio à Aprendizagem. Essas instâncias atuam de forma articulada com professores, pedagogos e psicólogos, oferecendo suporte pedagógico e metodológico para garantir que os estudantes tenham acesso efetivo ao currículo e possam desenvolver aprendizagens significativas.

Faz-se necessária, ainda, a consolidação de respaldo acadêmico-científico na estruturação das atuações dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem. Yamamoto (2004) apresenta que a educação, em sentido amplo, enquanto conjunto de processos de ensino e de aprendizagem, poderia ser vista em qualquer relação interpessoal ou mesmo na relação do homem com a natureza. Por outro lado, em seu sentido mais restrito, o autor aponta que a educação tem sido definida, prioritariamente, como um processo de transferência do saber e de perpetuação da cultura, de uma geração para outra.

Assim, o conjunto formado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN, 2013), pelo Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal (2018) e pelos pressupostos teóricos que orientam a prática pedagógica e o compromisso ético dos profissionais da SEEDF. Esses referenciais oferecem diretrizes claras e consistentes para a ação educativa, reafirmando a escola como espaço de inclusão, diversidade, equidade e justiça social. Constituem, portanto, a segurança de que o direito à educação seja efetivado em sua plenitude, amparados na formação integral, na democratização dos saberes e na promoção da cidadania.

Nessa seara, a escola, segundo define Rios (2005), objetiva transmitir sistematicamente o saber acumulado no percurso histórico da sociedade, com o intuito de formar os indivíduos e habilitá-los a participar ativamente da construção social. Porém, não qualquer saber. Para Saviani (2011), é na escola que ocorre a transmissão-assimilação do saber sistematizado – saber metódico, científico, clássico, a cultura erudita. Assim, o currículo da escola elementar, tem como conteúdo fundamental: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais.

Segundo Freire (1991; 1997), os ambientes escolares devem ser compreendidos como espaços de problematização crítica da realidade, orientados para a elaboração de projetos pedagógicos emancipatórios. A educação, nesse sentido, não se reduz à mera transmissão de conteúdos, mas constitui-se como prática social que possibilita ao sujeito apropriar-se, internalizar e reelaborar conhecimentos, habilidades, regras e práticas sistematizadas. Essa perspectiva freireana reafirma a centralidade da escola como espaço de diálogo, reflexão e ação, em que o estudante é reconhecido como protagonista de sua própria história pessoal e profissional. Ao assumir esse papel, a educação contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de intervir em seu contexto social e de transformar a realidade em que estão inseridos.

A essa perspectiva de educação para a emancipação, somam-se as ideias de Santos (2003) de uma sociedade emancipada que contemple o multiculturalismo, o direito e o respeito às diferenças. Essa compreensão amplia o papel da escola como espaço de valorização da diversidade e de reconhecimento das múltiplas identidades que compõem o tecido social.

Historicamente, a diversidade presente no ambiente escolar tem sido, em alguns contextos educativos, sucessivamente camuflada por meio de medidas adaptativas que visam homogeneizar as diferenças. Tais práticas, cristalizadas e estigmatizantes, acabam por reduzir a riqueza da pluralidade cultural e social, desconsiderando os casos que resistem às padronizações. Essa problemática, todavia, é, em geral, justificada por estratégias patologizantes, o que reforça a lógica excludente. Em outras palavras, essa perspectiva estigmatizante de que "dificuldades só podem ser explicadas por diagnósticos" deriva das dificuldades de manejar a diversidade no ambiente escolar. Invariavelmente, essa lógica compromete o princípio emancipatório defendido por Santos (2003) e por uma educação crítica e inclusiva.

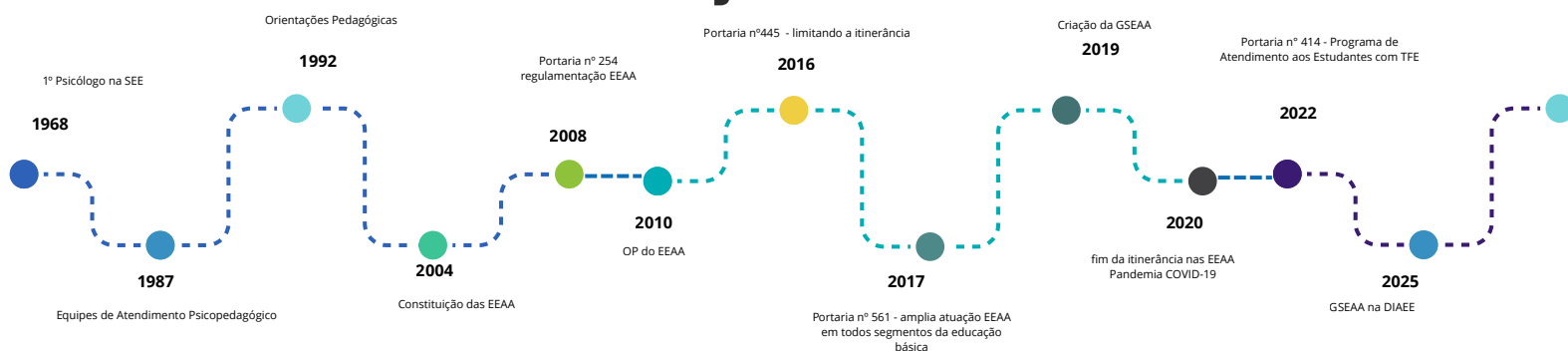
Ainda, é fundamental trazer à tona a análise sobre os processos de medicalização e a patologização da educação. Esses fenômenos manifestam-se quando o comportamento ou desempenho escolar abaixo do esperado é atribuído imediatamente a transtornos ou deficiências, ignorando-se o contexto social e pedagógico do estudante. É essencial investigar se o sujeito recebeu as condições e os meios necessários para a assimilação do saber, ou ainda entender que o tempo de aprendizagem dele pode ser diferente dos demais.

De acordo com Saviani (2011), a função da escola é viabilizar a transmissão do conhecimento sistematizado de forma gradual, garantindo que o aluno passe do não domínio ao domínio. Sem essas condições prévias, o aprendizado não se consolida. Infelizmente, muitos estudantes avançam na escolarização com essas lacunas, resultando em encaminhamentos precoces para a área da saúde antes mesmo que as possibilidades de intervenção no contexto educacional sejam esgotadas, conforme preconizado nos objetivos de aprendizagem do *Currículo em Movimento do Distrito Federal* (2018).

A reestruturação dos sistemas de ensino implica em redefinições das diretrizes que constituem as políticas educacionais e atualização de concepções que sustentam as práticas dos profissionais. Portanto, considera-se que a construção de uma cultura de êxito escolar está irremediavelmente relacionada à adoção de concepções de desenvolvimento e de aprendizagem que promovam o desapego às estruturas defasadas e cristalizadas que, até então, orientaram as práticas e os processos educativos na escola (Marinho-Araújo, 2007).

De tal modo, a necessidade de atualização das práticas profissionais dos atores da instituição educacional não pressupõe apenas o conhecimento das orientações pedagógicas que norteiam os sistemas de ensino, mas, principalmente, implicam em uma revisão das concepções teóricas adotadas por esses profissionais, visto que, assim como afirma Medeiros (2005), "por trás de toda prática educativa há sempre um conjunto de ideias e concepções que a sustentam" (p. 235).

Contextualização Histórica



A trajetória do SEAA na rede pública de ensino do Distrito Federal é marcada pela transição de um modelo clínico-diagnóstico para uma perspectiva institucional, preventiva e interventiva. Essa evolução consolidou o serviço como uma ferramenta estratégica para garantir que o sucesso escolar não seja apenas uma meta, mas um direito efetivo de todos os estudantes.

Em 1968, com a criação do Atendimento Psicopedagógico na Escola Parque 307/308 Sul, estruturou-se, no âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal, um serviço de suporte técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia. Cumpre ressaltar que a denominação Atendimento Psicopedagógico, simbolizava, desde aquela época, a natureza do serviço prestado, caracterizado pela presença e pelos trabalhos conjuntos de Psicólogos e de Pedagogos, como afirma Pain (1992):

Convém assinalar o alcance da psicopedagogia com relação à intervenção pedagógica específica; o que permite delimitar o terreno de competências do psicólogo dedicado à aprendizagem e o terreno de especialista em Ciências da Educação, que atende às perturbações na aquisição dos processos cognitivos. Este último se preocupa principalmente em construir situações de ensino que possibilitem a aprendizagem, incrementando os meios, as técnicas e as instruções adequadas para favorecer a correção da dificuldade que o educando apresenta. Diferentemente, o psicólogo se interessa pelos fatores que determinam o não-aprender no sujeito e pela significação que a atividade cognitiva tem para ele; desta forma a intervenção psicopedagógica volta-se para a descoberta da articulação que justifica o sintoma e também para a construção das condições para que o sujeito possa situar-se num lugar tal que o comportamento patológico se torne dispensável (p. 13).

Em 1971, após três anos de funcionamento, o serviço foi transferido para o Centro de Orientação Médico Psicopedagógico (COMPP), quando se firmou o convênio entre as então Fundações Educacional e de Saúde, atualmente Secretarias, para realizar diagnóstico diferencial e complementar dos educandos com história de fracasso escolar, queixa de dificuldade de aprendizagem e necessidades educacionais especiais, termo utilizado à época.

No entanto, em 1974, com o aumento da demanda, por parte das instituições educacionais, de alunos com necessidades educacionais especiais encaminhados ao diagnóstico diferencial, a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), hoje Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), retomou a coordenação do referido serviço e formou a primeira Equipe de Diagnóstico/Avaliação Psicopedagógica do Ensino Especial, no Centro de Ensino Especial O1 de Brasília.

Na década de 1980, houve um aumento na demanda dos alunos encaminhados com histórico de fracasso escolar ou queixa de dificuldade de aprendizagem, que estavam matriculados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – Séries/Anos Iniciais. Assim, em 1987, a FEDF, hoje SEEDF, por meio da então Divisão de Apoio ao Educando (DAE), instituiu o Atendimento Psicopedagógico para todo o sistema público de ensino do Distrito Federal.

Vale ressaltar que, de acordo com as concepções sobre desenvolvimento humano difundidas nas décadas de 1970 e 1980, os serviços de apoio da rede pública de ensino do Distrito Federal, ainda pautavam-se em pressupostos teóricos que preconizavam a visão de que os alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem estariam acometidos por alguma doença, estabelecida em um nível orgânico e individual (Neves, 2001).

Assim, ainda que consideradas as redefinições conceituais promovidas pela rede pública de ensino do Distrito Federal, na década de 1980, pode-se afirmar que o seu atendimento especializado, representado pelas Equipes de Diagnóstico/Avaliação Psicopedagógica do Ensino Especial e pelas Equipes de Atendimento Psicopedagógico, que atuavam junto ao ensino regular, baseava-se em uma abordagem determinista, inatista e classificatória acerca dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem (GDF, 2006), uma vez que o atendimento era centrado no aluno, partindo-se do pressuposto de estar nele a gênese da dificuldade do processo de ensino e de aprendizagem.

Contudo, a partir da década de 1990, iniciaram-se importantes avanços nos serviços de apoio multidisciplinares da rede pública de ensino do Distrito Federal, especialmente promovidos pelos estudos e pelas pesquisas desenvolvidos junto aos profissionais que os compunham (Araújo, 1995; 2003; Neves, 1994; 2001). Os progressos relacionaram-se ao reconhecimento acerca da necessidade de um trabalho especialmente focado nos professores e na equipe escolar, de forma a permitir a construção de espaços de discussão sobre pontos fundamentais como: concepções sobre processos de desenvolvimento e de aprendizagem humanos, estratégias diferenciadas de ensino e enfoques em ações coletivas e relacionais. Foi nessa mesma década que se iniciou as pesquisas acadêmicas sobre os serviços de apoio técnico-pedagógico multidisciplinares da SEDF: necessidade de superação de práticas que culpabilizam o aluno pelo fracasso escolar.

Outro fato relevante ocorreu em 1992. Naquele ano, foram publicados os documentos que orientavam os atendimentos especializados da rede pública: as Orientações Pedagógicas nº 20 e nº 225. Essa publicação surgiu 18 anos após a criação da primeira equipe de diagnóstico psicopedagógico e cinco anos depois da expansão desse serviço para todo o sistema de ensino do DF. Tais documentos reiteravam que o termo "psicopedagógica" referia-se, exclusivamente, à atuação conjunta de psicólogos e pedagogos.

A partir do ano 2000, os serviços de apoio multidisciplinares da rede pública de ensino do Distrito Federal também tiveram que assimilar as redefinições político-pedagógicas da legislação nacional, especialmente aquelas contidas nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, da Secretaria de Educação Especial (SEESP), do Ministério da Educação (MEC, 2001). Tal documento promoveu uma importante ampliação conceitual acerca da interpretação das necessidades educacionais especiais, ao postular que "todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais especiais..." (p. 33).

Em 2004, a Equipe de Diagnóstico e Avaliação Psicopedagógica e Equipes de Atendimento Psicopedagógico foram unificadas, passaram a ser compostas por pedagogos, psicólogos e orientadores educacionais, além disso, o serviço passou a ser denominado Equipe de Atendimento/Apoio à Aprendizagem (EAAA). Mudanças também ocorreram no que se refere ao objetivo "promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem aos alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem e/ou necessidades educacionais especiais, por meio do serviço de suporte pedagógico especializado" (GDF, 2006, p. 12). Quanto à operacionalização do trabalho, cada equipe atuaria em escolas polo, atendendo cerca de três a quatro instituições e aproximadamente o quantitativo de 1.500 estudantes.

Embora muitos passos em direção a uma atuação mais coadunada com os avanços no campo da produção científica fossem necessários, tais progressos ocorreram em função da busca por novas perspectivas de atuação por parte dos profissionais das Equipes, bem como da necessidade de práticas mais ampliadas que contemplassem toda a comunidade escolar. Somente após dois anos, em 2006, foi publicada uma nova Orientação Pedagógica, contendo a sistematização e detalhamento das diretrizes pedagógicas para a atuação dos profissionais das EAAA (GDF, 2010).

Em 2008, foi consolidada uma importante parceria com o Laboratório de Psicologia da Universidade de Brasília. Após várias reuniões e sensibilização da sociedade brasiliense, ocorreu o fortalecimento do coletivo e consolidação de práticas mais alinhadas aos avanços teóricos no campo da Psicologia Escolar e da Pedagogia. Destacam-se as seguintes conquistas significativas:

- Em 15 de dezembro de 2008, por meio da Portaria Nº 254, do Diário Oficial do Distrito Federal, ocorreu a primeira oficialização do serviço que passou a ser denominado Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem.
- Foi constituída a comissão responsável pela reelaboração das diretrizes pedagógicas, da qual participaram profissionais das equipes e as professoras do Laboratório de Psicologia Escolar da UnB.

- Ampliação do número de pedagogos e psicólogos das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA) em todas as regionais de ensino do DF.
- Curso de extensão “Novas Diretrizes Pedagógicas para a atuação das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem”, com duração de 40 horas e certificado pela UnB.
- Participação coletiva no processo de reelaboração da Orientação Pedagógica e ressignificação da atuação na perspectiva institucional.

Após a conclusão da análise da versão preliminar da Orientação Pedagógica, por parte das instâncias gerenciais e da apreciação dos integrantes das EEAA, em 2010 foi publicado o documento oficial que nortearia toda a atuação dos pedagogos e psicólogos das equipes por mais de uma década.

Portanto, em 2010, foi publicado o documento de Orientações Pedagógicas das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem. O referido instrumento representa um importante marco na organização da atuação das EEAA. Este protocolo aprofundou os subsídios teóricos e metodológicos, marcando a transição de um modelo clínico-diagnóstico para a consolidação da perspectiva institucional, preventiva e interventiva. O assessoramento ofertado pelas equipes foi fortalecido em diretrizes que apontavam para a importância da existência de um serviço de apoio educacional especializado orientado para a análise do contexto educacional e para o conhecimento da ação pedagógica. Essas ações deveriam ser desenhadas por meio do contato com os professores, com o ambiente da sala de aula, com o processo de ensino e de aprendizagem e com suas respectivas estratégias metodológicas e avaliativas.

O Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, devido seu papel estratégico para a SEEDF, conquistou, ao longo de sua história, espaços de ação nos níveis local, intermediário e central. Apesar de cada nível apresentar configurações diversificadas de intervenção, são todas, fundamentalmente, pautadas pelas dimensões de atuação desenhadas no documento de Orientações Pedagógicas de 2010. Este documento, além da importância histórica, representa o principal referencial teórico- metodológico, uma vez que a atuação das equipes especializadas de apoio à aprendizagem, como se tem nesta secretaria, é ainda pioneiro e exclusivo. A OP foi elaborada em conjunto com a Universidade de Brasília com a intencionalidade tática de garantir a validação institucional concomitante à validação acadêmico-científica. Assim, ele se alicerça como diretriz formal ao planejamento de intervenções do SEAA.

Aquele documento inaugurou a designação da atuação das EEAA pautadas em três dimensões de prática: Mapeamento Institucional, Assessoria ao Trabalho Coletivo e Acompanhamento do Processo de Ensino e Aprendizagem. O instrumento institucionalizou uma atuação sistêmica e colaborativa, que desloca o foco do diagnóstico individual do estudante para a análise das barreiras no processo de escolarização. Assim, os profissionais das equipes, no documento, redefiniram seu papel como mediadores, atuando na formação continuada dos docentes, no assessoramento à gestão escolar e na proposição de estratégias pedagógicas inclusivas. Ao padronizar protocolos e fluxos de trabalho, o guia fortalece a identidade dessas equipes, garantindo que suas intervenções sejam preventivas e voltadas à melhoria da qualidade do ensino e à garantia do direito à aprendizagem de todos os alunos.

O reconhecimento institucional da relevância das EEAA foi, também, gradativamente ampliado. Em 2017, duas mudanças exitosas formalizaram a ampliação das atuações ofertadas e a consolidação desse conjunto de práticas compondo um serviço especializado: a Portaria, nº 81, de 06 de março de 2017 e Portaria nº 561, de 27 de dezembro de 2017. A primeira dispunha sobre a atuação das Equipes de Apoio Intermediária nas Coordenações Regionais de Ensino, sendo primordial para a interlocução entre as ações institucionais e os profissionais da ponta. Além disso, ampliou, sobremaneira, as ações de governança do referido serviço.

Já a Portaria nº 561, garantiu a ampliação dos atendimentos das EEAA em todos os segmentos da educação básica. Essa oficialização respalda a importância da atuação institucional, com ênfase nos aspectos preventivos para os mais diferentes segmentos ofertados pela SEEDF.

No ano de 2019, com a criação da Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (Subin), foi instituída a Gerência dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem. Essa nova alocação institucional conferiu à nova unidade administrativa certa autonomia decisória e a segurança jurídica necessárias para a execução eficiente de suas competências. Assim, a criação dessa estrutura organizacional específica fortaleceu a identidade institucional do SEAA, propiciando a interlocução com outros setores e garantindo a continuidade das políticas públicas.

O ano de 2020, por sua vez, foi marcado por uma pandemia que trouxe impactos significativos nas relações sociais em todas as dimensões. Invariavelmente, a pandemia da Covid-19 impôs uma transformação abrupta na atuação das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA) da rede pública do DF, exigindo que pedagogos e psicólogos superassem o isolamento social por meio do Programa Escola em Casa. Esse cenário trouxe desafios críticos, como a exclusão digital de parcela dos estudantes e a necessidade urgente de novas competências tecnológicas por parte dos docentes. As equipes precisaram lidar com o sofrimento emocional da comunidade escolar, focando em ações de acolhimento e na busca ativa de alunos desconectados para garantir a continuidade do processo educativo em um ambiente de incertezas.

Por outro lado, a atuação remota impulsionou avanços significativos, consolidando práticas pedagógicas inovadoras e fortalecendo o foco das EEAA em intervenções de cunho institucional e coletivo. O uso de metodologias virtuais ampliou a visibilidade do trabalho dessas equipes e fortaleceu o suporte a gestores e famílias, reconhecendo o ambiente online como um espaço viável para o bem-estar. Essa reconfiguração resultou em uma maior integração das relações interpessoais e na melhoria dos processos de ensino-aprendizagem, modernizando a dinâmica de apoio escolar. Ainda, foi destacada a atuação da EEAA na promoção de contextos escolares acolhedores e inclusivos, ampliando as aprendizagens a diferentes realidades.

Outra conquista de grande relevância para a fundamentação de uma atuação de qualidade conduzida pelas EEAA, foi o exercício definitivo dos Pedagogos e Psicólogos Escolares apenas nas unidades de lotação, portanto, findando a itinerância, a partir da Portaria nº 55, de 24 de janeiro de 2022. Apesar dos impactos sobre o quantitativo de unidades escolares atendidas, é inegável o progresso nos padrões de atendimento prestados. Ainda, esta mudança foi essencial para o fortalecimento do trabalho institucional que alicerça toda a atuação proposta para esse serviço.

A Portaria nº 414, de 03 de maio de 2022, inaugura o Programa de Atendimento aos Estudantes com Transtornos Funcionais Específicos na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Apesar do atendimento desenvolvido pelas Salas de Apoio à Aprendizagem, dedicado a esse público, ser anterior à referida portaria, a regularização desse serviço como um programa tem impactos importantes para a SEEDF. A formalização de um programa para estudantes com transtornos funcionais específicos (como Dislexia, Transtorno por Déficit de Atenção e Hiperatividade-TDAH ou Discalculia) dentro de uma Secretaria de Educação é um marco de equidade e justiça social, pois transforma o que antes era uma iniciativa isolada em uma política perene. Ao institucionalizar esse atendimento, o órgão público deve garantir a previsão orçamentária, a padronização de protocolos e a formação contínua da rede, assegurando que o suporte pedagógico não dependa de gestões temporárias, mas de uma estrutura consolidada. Em termos práticos, isso significa sair da lógica do improvisado para uma gestão baseada em dados e evidências, que protege o direito à aprendizagem desses alunos e combate diretamente a evasão e o fracasso escolar, promovendo uma educação cada vez mais próxima de uma educação verdadeiramente inclusiva e democrática.

No ano de 2025, novas mudanças na estrutura da SEEDF refletem o reconhecimento do potencial estratégico da GSEAA. Em 25 de abril de 2025, houve uma reestruturação da Subsecretaria de Educação Inclusiva e de Tempo Integral (Subin) e a gerência passou a compor uma nova diretoria, a Diretoria de Atendimentos Educacionais Especializados (Diaee). Amparando, assim, estes serviços na conquista de espaços cada vez mais amplos e fundamentados na promoção de ações institucionais, preventivas e interventivas.

Cabe considerar que o resgate histórico apresentado, revela que o SEAA não se limita a práticas de diagnóstico ou remediação, mas se constitui como agentes de política pública educacional voltada à promoção da qualidade social do ensino, ao enfrentamento das barreiras que dificultam a escolarização e à valorização da diversidade presente no ambiente escolar. Ao longo das décadas, o serviço foi se fortalecendo como espaço de mediação entre escola, família e comunidade, reafirmando o compromisso ético da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) com a função social da escola e com os princípios defendidos por autores como Freire (1997), que compreende a educação como prática emancipatória, e Santos (2003), que ressalta a necessidade de uma sociedade multicultural e inclusiva.

Assim, o SEAA se consolida como um serviço que articula fundamentos legais, pedagógicos e políticos em âmbito local, nacional e internacional. Sua trajetória revela um movimento contínuo de ressignificação, que acompanha as transformações sociais e educacionais do Brasil e dialoga com marcos normativos como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (2013) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), além de documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

Sua trajetória evidencia que a escola não pode ser reduzida a um espaço de homogeneização, mas deve assumir sua função social de acolher a diversidade, promover a equidade e garantir o direito à aprendizagem em sua plenitude. Nesse sentido, o SEAA atua como instância mediadora entre escola, família e comunidade, fortalecendo práticas pedagógicas inclusivas e preventivas, que reconhecem o estudante como sujeito histórico, cultural e de direitos.

Ao ampliar sua composição e práticas, o SEAA incorpora uma perspectiva interdisciplinar que valoriza a contribuição de diferentes áreas do conhecimento para além das existentes, no âmbito da SEEDF — Psicologia, Pedagogia, Serviço Social, Orientação Educacional, entre outras —, reafirmando que a aprendizagem não pode ser compreendida apenas em sua dimensão cognitiva, mas também em suas dimensões sociais, emocionais e culturais. Essa abordagem integral está em consonância com os princípios defendidos por Paulo Freire (1997), que compreende a educação como prática emancipatória, e por Boaventura de Sousa Santos (2003), que destaca a necessidade de uma sociedade multicultural e inclusiva.

Dessa forma, o SEAA reafirma o compromisso ético da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) com a democratização dos saberes e com a formação de cidadãos críticos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade. Mais do que um serviço de apoio, o SEAA se configura como instrumento estratégico de justiça educacional, capaz de enfrentar as desigualdades históricas, valorizar a diversidade e contribuir para a construção de uma escola pública de qualidade social, alinhada às demandas contemporâneas e aos desafios globais da educação.

Fundamentação Legal

A atuação dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem (SEAA), no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), objetiva a análise e mediação nos processos da organização do trabalho pedagógico. Como mencionado, é um trabalho que inevitavelmente se estrutura por meio de toda a comunidade escolar, com vistas ao acesso a uma educação de qualidade e emancipatória para todas e todos os estudantes. Configura-se essencialmente como um serviço público finalístico, cuja execução está necessariamente vinculada a diretrizes, programas e planos de educação das esferas distritais e nacional. Sob essa ótica, sua missão de analisar e mediar a organização do trabalho pedagógico não é apenas uma escolha técnica, mas o cumprimento de um dever estatal fundamentado nas diretrizes legais nacionais e do DF, visando assegurar o direito constitucional à educação de qualidade.

Os processos históricos de luta pelo acesso à educação, ao serem integrados ao arcabouço normativo brasileiro, transformaram as demandas sociais em obrigações institucionais para a Administração Pública. Essa evolução resultou em modificações na configuração e na identidade do SEAA, consolidando-o como um serviço de apoio especializado que opera sob o rigor das políticas públicas de Estado. Assim, a ação dessas equipes deixa de ser meramente assistencial para se tornar uma engrenagem fundamental da administração pública no suporte ao processo de ensino-aprendizagem.

A educação, na condição de direito social inalienável, exige que os serviços especializados que a integram atuem como guardiões da dignidade da Pessoa Humana e da justiça social. É dever do órgão público, fundamentado na Constituição Federal e nas leis distritais, reconhecer e proteger os grupos diversos — mulheres, pessoas com deficiência, negros, povos indígenas, população LGBTQIA+, quilombolas e populações vulneráveis — cujos direitos são frequentemente violados. A formalização desse atendimento especializado é a garantia de que o Estado do Distrito Federal cumpre seu papel de erradicar barreiras e promover o pleno desenvolvimento de todos os estudantes, independentemente de padrões preestabelecidos.

Diante da urgência em superar o paradigma homogeneizante que limita o direito à aprendizagem, a atuação dos SEAA deve estar pautada em metodologias e formas de organização institucional que reflitam as garantias legais de inclusão. Como agentes do serviço público, os referidos profissionais devem ter ações pautadas em diretrizes governamentais para assegurar que a estrutura educacional se adapte às particularidades dos sujeitos, e não o contrário.

1- LGBTQIA+ é um acrônimo que representa a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero, unindo Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e o sinal "+" para incluir outras identidades

A atuação dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem (SEAA) na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) transcende a assistência técnica para configurar-se como um serviço público essencial, vinculado aos compromissos de promoção da dignidade humana e equidade educacional. Este suporte fundamenta-se em uma arquitetura normativa que integra desde os compromissos globais de Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU), até as legislações federais e distritais mais recentes. Ao alinhar as intervenções das equipes às diretrizes do Plano Distrital de Educação, ao *Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018)* e aos diversos protocolos de proteção e inclusão da SEEDF, o Estado assegura que a mediação dos processos de ensino-aprendizagem ocorra sob o rigor da segurança jurídica e da eficiência administrativa. Assim, o trabalho dos SEAA materializa o dever do Estado de remover barreiras institucionais e pedagógicas, garantindo o direito constitucional à educação de qualidade para todos os estudantes, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade ou com necessidades específicas.

Os profissionais que compõem o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem — psicólogos e pedagogos — atuam na condição de agentes do Estado, investidos da responsabilidade de materializar o direito à educação conforme o ordenamento jurídico vigente. Suas atribuições transcendem o atendimento individualizado, configurando-se como uma assessoria técnica especializada à organização do trabalho pedagógico (OTP).

É fundamental a convergência entre essas normativas e a organização de diretrizes, documentações e ações destes serviços. Assim, a formalização do SEAA em conformidade com as legislações indicadas, para além de uma atribuição operacional, é uma atuação que alicerça a construção de métricas que assegurem a validação das políticas públicas vigentes.

Ainda, reitera-se que os documentos públicos precisam seguir rigores e critérios para garantir sua legitimidade. Todos os documentos produzidos institucionalmente têm uma importância oficial, portanto, devem cumprir alguns parâmetros básicos fundamentados em marcos regulatórios que amparem responsabilidade legal de seus atos.

A legislação que ampara a fundamentação jurídica e institucional de atuação dos SEAA é pautada nos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro e pelo Governo do Distrito Federal com a educação pública. Para auxiliar na compreensão da correlação entre essas normas e a gestão das políticas públicas atravessadas pelo SEAA, foram organizadas duas tabelas que ilustram, de maneira sintética, como algumas legislações nacionais e distritais atestam a garantia desses serviços.

A atuação do SEAA é amparada por um robusto arcabouço legal e metodológico, essencialmente fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural estabelecidas pelo Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018), adotado pela SEEDF. Destaca-se, ainda, alinhamento aos normativos como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (2013), no que se refere: “possibilitar as aprendizagens, a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão considerando os Eixos Transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade”.

Além de, encontrar consonância com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes, assegurando a equidade educacional e a formação integral. Soma-se a isso, o atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, ampliando a dimensão ética e social da educação. Com destaque, podemos citar: O ODS 4 – Educação de Qualidade estabelece a necessidade de assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O ODS 5 – Igualdade de Gênero reforça o compromisso com a equidade entre meninas e meninos, combatendo discriminações e promovendo igualdade de oportunidades educacionais. O ODS 10 – Redução das Desigualdades destaca a urgência de enfrentar as disparidades sociais e educacionais, garantindo que todos os estudantes tenham acesso às mesmas condições de aprendizagem.

De igual modo, o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes fortalece a função social da escola como espaço de cidadania, direitos humanos e convivência democrática, enquanto o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação evidencia a importância da articulação entre escola, família, comunidade e diferentes setores sociais para a efetividade das políticas educacionais.

Ainda, é relevante o destaque a regulamentações que orientem a atuação de profissionais da psicologia no campo da educação básica. As normativas mais atuais do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em consonância com as leis orientam atuação do psicólogo em unidades educacionais, reiteram que trabalho dos Psicólogos em instituições educacionais deve acontecer na forma de equipes multiprofissionais, destacando o caráter complementar e integrado de sua atuação.

A Lei 13.935/ 2019 estabelece que a atuação de profissionais da psicologia e do serviço social no campo da educação. Orienta, ainda, que as equipes multiprofissionais devem “desenvolver ações para a melhora da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação de relações sociais e institucionais” e que este trabalho “deverá considerar o projeto político pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino” (Brasil, 2019).

Tal delimitação explicita que a atividade das equipes multiprofissionais, além das normativas específicas das profissões regulamentadas que a compõem, encontra seu escopo mais amplo na realização de atividades de assessoramento técnico e apoio permanente às secretarias de educação, aos órgãos de gestão regional da rede de ensino e às escolas públicas, embasado pelos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnicooperativos da psicologia e do serviço social, para a melhoria contínua da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem.

As atividades de assessoramento técnico e apoio permanente envolvem a participação de profissionais da psicologia e do serviço social: a) nos processos de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e ações lideradas pelas secretarias de educação; b) nos processos de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de programas e ações lideradas por órgãos da gestão regional das redes de ensino e que se destinam precipuamente à melhoria das condições que estruturam o processo de ensino-aprendizagem e de seus resultados e c) nos processos de gestão escolar, de acompanhamento, de mediação das relações sociais e institucionais, de mediação das relações sociais e institucionais experimentadas nas unidades educacionais e de articulação, encaminhamento e acompanhamento de situações que exigem a colaboração com serviços de saúde, assistência social e outros serviços do sistema de garantia de direitos.

A visão contemporânea da atuação desses profissionais nas escolas, expressa, portanto, a compreensão de que suas atividades se vinculam ao cumprimento dos objetivos educacionais, apoiando, assessorando e participando junto aos profissionais da educação na melhoria contínua dos processos de ensino-aprendizagem e das políticas educacionais, reconhecendo as singularidades e necessidades dos contextos e das comunidades escolares. Tais profissionais devem estar comprometidos com o desenvolvimento integral e a aprendizagem de todas(os) as(os) educandas(os), com a valorização e acolhimento da diversidade, e a promoção da convivência escolar democrática capaz de enfrentar as situações de violência, discriminação e preconceito.

Tabela 1: Marco Regulatório Nacional e Internacional

Âmbito	Norma / Documento	Contribuição para o Serviço Público (EEAA)
Internacional	Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU)	Estabelece o direito universal à educação e dignidade.
Internacional	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4)	Meta global para educação inclusiva, equitativa e de qualidade.
Nacional	ECA (Lei nº 8.069/90)	Garante prioridade absoluta e proteção integral à criança e adolescente.
Nacional	LDBEN (Lei nº 9.394/96)	Define as bases da educação e o dever do Estado com o ensino.
Nacional	Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15)	Assegura sistema educacional inclusivo e acessibilidade plena.
Nacional	Política Nac. de Ed. Especial Inclusiva (PNEEI) - Decreto 12.686/2025	Orienta a rede para o atendimento às necessidades específicas dos estudantes.
Nacional	Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08	Tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena.
Nacional	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	Norteia a formação para cidadania e respeito às diversidades.
Nacional	Lei nº 14.811/2024	Institui medidas de proteção contra violência e bullying no ambiente escolar.
Nacional	Prog. Brasil sem Homofobia / Equidade	Promove o enfrentamento à discriminação e inclusão de grupos vulneráveis.
Nacional	Programa Escola que Protege (ProEP)	Foca na prevenção de violências e abuso contra crianças e adolescentes.
Nacional	Lei nº 13.935/2019	Torna obrigatória a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas brasileiras

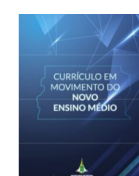
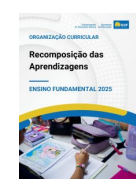
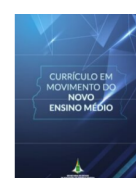


Tabela 2: Marco Regulatório e Normativo do Distrito Federal

Categoria	Norma / Documento Local	Aplicação na Prática do SEAA
Planejamento	Plano Distrital de Educação (PDE)	Define metas de aprendizagem e expansão do suporte especializado.
Estratégia	Plano Estratégico Institucional da SEEDF	Alinha a atuação da gerência aos objetivos macro da pasta.
Normativa	Regimento Interno da SEEDF	Define as competências regimentais das unidades administrativas.
Pedagógica	Currículo em Movimento da Educação Básica	Base para a mediação do trabalho pedagógico das equipes.
Pedagógica	Orientações Pedagógicas do Ensino Especial	Define fluxos para estudantes com deficiência e altas habilidades.
Inclusiva	Protocolo de Educação Antirracista	Baliza a atuação institucional contra o racismo estrutural.
Proteção	Protocolo de Mediação de Violências (Cultura de Paz)	Guia a intervenção em conflitos e promoção da convivência escolar.
Saúde/Vida	Guia de Valorização da Vida / Programa Saúde na Escola	Fundamenta ações de saúde mental e prevenção ao autoextermínio.
Diversidade	Cadernos de Meninas e Mulheres / População de Rua	Orienta o acolhimento e garantia de direitos para grupos específicos.
Diversidade	Atendimento a Migrantes, Indígenas e Quilombolas	Estabelece diretrizes para a educação em contextos de diversidade étnica.
Acesso	Estratégia de Matrícula 2026	Garante a organização da rede para o acolhimento dos estudantes.
Atuação	<u>PORTARIA Nº 414, DE 03 DE MAIO DE 2022</u>	Dispõe sobre os critérios de funcionamento do Programa de Atendimento aos Estudantes com Transtornos Funcionais Específicos na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal
Atuação	<u>PORTARIA Nº 1.374, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025</u>	Dispõe sobre os critérios referentes à organização e atuação, dentre outras, nas Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem



Fundamentação Teórica

A atuação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) fundamenta-se nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, perspectivas teóricas que compreendem o desenvolvimento humano e os processos de aprendizagem como fenômenos historicamente construídos e socialmente mediados.

A Psicologia Histórico-Cultural, desenvolvida a partir dos estudos de Lev Semionovitch Vygotsky, concebe o sujeito como resultado das relações sociais estabelecidas ao longo de sua história. Para o autor, “o desenvolvimento das funções psicológicas superiores dá-se inicialmente no plano social, para depois ocorrer no plano individual” (Vygotsky, 2007, p. 57).

A perspectiva histórico-cultural relaciona o desenvolvimento dos processos psicológicos humanos aos aspectos culturais, históricos e instrumentais. Por defender a compreensão da realidade de forma dinâmica, sistêmica e complexa, esclarece que a investigação em desenvolvimento humano não pode concebê-la como algo simples, ou que possa ser descrito a partir de poucas leis universais (Penna-Moreira, 2007, SEDF 2010).

Nesta vertente, o amadurecimento cognitivo é visto como um fenômeno histórico, resultante da interação entre as bases biológicas do sujeito e o contexto sociocultural em que ele se insere. Defende-se que a interação humana com a realidade é sempre mediada, nunca imediata. Sob essa ótica, o progresso psicológico é viabilizado por ferramentas e sistemas simbólicos — com destaque para a linguagem —, de modo que o ensino atua como o motor que precede e estimula o desenvolvimento. Segundo Vygotsky (2007), a instrução bem estruturada desencadeia dinâmicas mentais que levam ao crescimento cognitivo. Esse movimento envolve a internalização, processo no qual atividades externas são assimiladas e reconstruídas subjetivamente. Assim, ao operar com signos, o indivíduo converte significados sociais em sentidos próprios, desenvolvendo funções psicológicas complexas por meio da mediação interpessoal. Em última análise, a imersão na cultura e o domínio da língua são o que possibilitam a constituição do pensamento simbólico.

Para Vygotsky (1989) e Leontiev, a linguagem é o suporte da consciência e do pensamento. Sob essa ótica, a aprendizagem promove o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. No contexto da SEEDF, essa premissa fundamenta a atuação do SEAA que, em conformidade com a Lei nº 13.935/2019 e a Portaria nº 1374/2025, atua de forma multiprofissional e institucional. A escola, como espaço de socialização do saber elaborado (Saviani, 2011), exige uma mediação pedagógica intencional que garanta o acesso ao conhecimento sistematizado e a superação de barreiras educacionais.

De acordo com Luria (1990), a linguagem proporcionou ao pensamento rudimentar novos horizontes, integrando-se à fala à medida que o ser humano aprendeu a expressar verbalmente suas demandas para alcançá-las com maior eficácia. Como o principal sistema simbólico da humanidade, a linguagem permite ir além da vivência imediata: ao designar um objeto, o indivíduo o isola de seu contexto e o estabiliza em seu plano mental (Penna-Moreira, 2007). Desse modo, a formação das funções psicológicas superiores — resultantes da síntese entre biologia e história social — depende diretamente de processos de aprendizagem que impulsionam o amadurecimento cognitivo. Essa é a tese central de Vygotsky (1989): o desenvolvimento é uma consequência do aprendizado. Nesse sentido, a cultura é o alicerce indispensável, sem a qual o comportamento propriamente humano não se consolidaria. Tal compreensão ratifica a relevância da intervenção pedagógica planejada e da cooperação social no ambiente escolar.

A articulação entre a Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica define o ensino como motor do desenvolvimento humano. Segundo Saviani (2011), a escola deve propiciar a aquisição de instrumentos que permitam o acesso ao saber elaborado. Nesse sentido, a atuação do SEAA transcende a visão clínica, focando na mediação das aprendizagens e no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais previstas na BNCC. O trabalho coletivo e a intervenção preventiva visam transformar a prática social e garantir o sucesso escolar de todos os estudantes, conforme o Regimento Escolar da SEEDF.

Nessa concepção, o ensino assume papel central no desenvolvimento humano, atribuindo ao professor a função de mediador consciente e planejado do processo educativo. O processo pedagógico organiza-se a partir da prática social, da problematização, da instrumentalização, da depuração e do retorno à prática social, visando à formação crítica dos sujeitos e à superação das desigualdades educacionais.

Dessa forma, a atuação institucional, preventiva e interventiva do SEAA alinha-se a essas concepções ao priorizar ações que promovem o acesso ao conhecimento sistematizado e a transformação das práticas pedagógicas.

CONCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A compreensão do desenvolvimento humano evoluiu de visões inatistas (Rousseau, Kant) e ambientalistas (Locke) para uma perspectiva biopsicossocial, consolidada pela Lei nº 13.146/2015. Sob essa ótica, o desenvolvimento não é apenas biológico, mas resultado da interação entre impedimentos físicos ou cognitivos e as barreiras socioambientais. Na SEEDF, essa visão fundamenta a atuação do SEAA, que deixa de focar na "cura" ou "padronização" para focar na eliminação de barreiras e na garantia de acessibilidade curricular, conforme as diretrizes da BNCC e o compromisso com a educação inclusiva.

Historicamente, as concepções dividiam-se em dois grandes eixos:

- Ambientalismo (Locke): Compreendia a mente como uma "tábula rasa", onde o desenvolvimento é moldado exclusivamente por estímulos externos e aprendizagem.
- Inatismo (Rousseau e Kant): Defendiam que o ser humano nasce com um aparato cognitivo e biológico pré-determinado, que se desdobra ao longo da vida com pouca influência do meio.

A partir de meados do século XX, surgem teorias que superam essa dicotomia, sendo essenciais para a prática pedagógica atual:

· Construtivismo (Piaget): Introduz a ideia de que o desenvolvimento é uma construção ativa do sujeito na interação com o objeto, através dos processos de assimilação e acomodação.

· Sócio-histórica (Vygotsky): Postula que o desenvolvimento das funções psicológicas superiores é mediado pela cultura e pela linguagem. Aqui, o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, e o papel do "outro" (professor, pares) é central na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP).

A partir de uma visão mais ampla, integradora e contextualizada, através da articulação dos diversos conhecimentos produzidos pelas ciências, tais como, a Psicologia, a Biologia, a Sociologia, a Antropologia, entre outros, o desenvolvimento humano tem sido compreendido em uma perspectiva de curso de vida, na medida em que o seu interesse ampliou-se, ultrapassando os anos iniciais da existência humana (infância e adolescência) e interessando-se em estudar e compreender como o adulto e o idoso continuam desenvolvendo habilidades e recursos pessoais, interpessoais, cognitivos, entre outros, embora aconteça um declínio das funções biológicas.

Portanto, o próprio conceito de desenvolvimento foi ressignificado, não mais sendo concebido como um fenômeno linear e cumulativo, mas sim, como um processo dinâmico e complexo de interação entre fatores biológicos, históricos e culturais ao longo do tempo. Os conceitos de padronização e de universalização dos comportamentos humanos, balizadores de diversos procedimentos e estratégias de trabalho psicológico e pedagógico, também foram revistos, tendo em vista a necessidade de se levar em conta as especificidades culturais, sociais e históricas que interferem no desenvolvimento cognitivo, afetivo e, até mesmo genético, ao longo das gerações (Aspesi, Dessen e Chagas, 2005).

Dificuldades de Aprendizagem na Perspectiva Histórico-Cultural

A Psicologia Histórico-Cultural orienta que a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento por meio da mediação intencional. No contexto da SEEDF, o SEAA e o corpo docente devem organizar o ensino para converter o saber cotidiano em saber científico. As dificuldades de aprendizagem, muitas vezes patologizadas, devem ser abordadas via reorganização das práticas pedagógicas e fortalecimento das funções psicológicas superiores (Vygotsky, 2008).

Dessa forma, reforça-se a importância da interferência intencional na aprendizagem, de modo que sejam provocados avanços que, de maneira espontânea, não ocorreriam, sempre considerando o nível de desenvolvimento real de cada sujeito, para que não lhe seja apresentado algo que esteja além daquilo que ele possa realizar com ajuda.

Nesse sentido, a instituição educacional assume papel determinante para a transformação cognitiva, visto que a atividade escolar permite-nos aprender coisas que não aprendemos nas demais atividades do nosso contexto habitual. A escola responsabiliza-se por um saber diferente daquele a que temos acesso em outros contextos – o saber cotidiano, cujo foco de atenção do pensamento são os próprios eventos, os objetos e as pessoas envolvidas no contexto. Esta atuação institucional é reforçada pela Lei nº 13.935/2019, que fundamenta a obrigatoriedade de serviços psicossociais na educação básica para promover estratégias coletivas de superação das dificuldades escolares.

Portanto, a aprendizagem precede e impulsiona o desenvolvimento quando mediada de forma intencional. Quando o ensino não considera as possibilidades de desenvolvimento do estudante, surgem dificuldades no processo de escolarização, que revelam descompassos entre práticas pedagógicas e necessidades formativas. O papel do professor e dos pares é central na superação das dificuldades de aprendizagem. A mediação ocorre por meio da linguagem, dos signos e dos instrumentos culturais.

As dificuldades de aprendizagem também podem indicar processos ainda não consolidados das funções psicológicas superiores, como atenção voluntária, memória lógica e pensamento conceitual, as quais: “não se desenvolvem naturalmente, mas se formam no processo de ensino” (Vygotsky, 2008, p. 143).

Nesse sentido, a Psicologia Histórico-Cultural se opõe a explicações medicalizantes das dificuldades de aprendizagem, ao defender que a intervenção deve priorizar a reorganização do ensino e das práticas pedagógicas, em vez da patologização do estudante.

A Defectologia Histórico-Cultural, campo de estudos também desenvolvido por Vygotsky, contribui de forma significativa para a compreensão das diferenças, deficiências e dificuldades no processo de escolarização. Nessa perspectiva, a deficiência não é reduzida apenas a uma condição biológica, mas compreendida como um fenômeno socialmente constituído.

Integrando a perspectiva histórico-cultural ao Modelo Social da Deficiência (LBI), o SEAA atua na mediação pedagógica para minimizar barreiras que intensificam os “defeitos secundários”. A intervenção concentra-se na construção coletiva de estratégias que reconheçam as diferenças como constitutivas do processo educativo, conforme o Regimento Escolar da SEEDF. Ao priorizar a compensação social e o acesso ao conhecimento, a escola cumpre seu papel de transformar práticas segregadoras em processos de desenvolvimento humano pleno e inclusivo.

A perspectiva defectológica também fundamenta a compreensão das dificuldades de aprendizagem como fenômenos produzidos nas relações entre o sujeito, o ensino e as condições sociais.

Assim, as dificuldades de aprendizagem não são entendidas somente como déficits individuais fixos, mas como expressões de processos de escolarização que não consideram as possibilidades de desenvolvimento dos estudantes. A intervenção do SEAA deve, portanto, concentrar-se na mediação pedagógica intencional e na construção coletiva de estratégias que promovam a aprendizagem de todos.

A defectologia histórico-cultural fundamenta, ainda, uma perspectiva de educação inclusiva, ao defender a escola regular como espaço legítimo de desenvolvimento humano e ao criticar práticas segregadoras que intensificam os defeitos secundários. Essa abordagem reforça o compromisso do SEAA com a transformação das práticas pedagógicas e com a construção de uma escola que reconhece as diferenças como constitutivas do processo educativo.

Desenvolvimento Humano na Perspectiva Histórico- Cultural

Nessa abordagem, o desenvolvimento mental é entendido como um processo histórico, no qual tanto o ambiente e as relações sociais, quanto o funcionamento orgânico e o aparato biológico dos indivíduos, induzem o desenvolvimento das funções mentais superiores. Em outras palavras, tal perspectiva afirma que o relacionamento do homem com o mundo não é direto, mas sim, mediado.

Vygotsky não propôs fases rígidas e universais de desenvolvimento. Na Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento humano é compreendido como um processo contínuo, dinâmico e socialmente mediado. Para o autor, “o curso do desenvolvimento psicológico não é determinado de forma automática pela maturação biológica, mas pelas condições históricas e sociais” (Vygotsky, 2007, p. 88).

Ainda assim, Vygotsky descreveu períodos do desenvolvimento marcados por crises e atividades predominantes, que auxiliam na compreensão das transformações qualitativas do desenvolvimento psicológico. Essas crises representam momentos de reorganização das funções psíquicas e não devem ser interpretadas como regressões. É fundamental destacar que tais períodos não configuram estágios fixos, uma vez que: “o desenvolvimento não segue uma linha reta, mas apresenta avanços, rupturas e reorganizações” (Vygotsky, 2008, p. 112).

Vygotsky (1989), em oposição às formas tradicionais de avaliação que vinham sendo realizadas e difundidas até então, que somente consideravam aquilo que os indivíduos eram capazes de realizar de forma independente, propôs que o estudo do desenvolvimento humano se desse por meio de um olhar prospectivo, e não retrospectivo, oferecendo, assim, uma contribuição inédita até então.

Para o autor, era importante conhecer o nível de desenvolvimento já alcançado pelos indivíduos, ou seja, aquilo que eles eram capazes de realizar de maneira autônoma, uma vez que este representava o nível de desenvolvimento psíquico já estabelecido pelo sujeito, chamado de nível de desenvolvimento real. Contudo, em concordância com seus próprios pressupostos epistemológicos e conceituais, que apontavam que o aprendizado deveria caminhar à frente do desenvolvimento, o que mais lhe interessava eram as atividades que os indivíduos ainda não conseguiam realizar sozinhos, mas sim, por intermédio da cooperação, isto é, sob a orientação de um outro mais capaz e experiente, o que ele nomeou de nível de desenvolvimento potencial (Vygotsky, 1989).

Vygotsky (1989), concebendo que o processo de aprendizagem necessitava privilegiar as funções que estavam em processo de amadurecimento, revelou que ao realizar uma atividade com ajuda e cooperação, os indivíduos, e em especial as crianças, se preparam para efetuar-las de maneira independente.

A distância entre o nível de desenvolvimento real, caracterizado pela capacidade de resolução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, estabelecido por meio da resolução de problemas com a orientação e ajuda de outro indivíduo mais experiente, foi designada por Vygotsky (1989) como zona de desenvolvimento proximal (ZDP).

Implicações para a Atuação do SEAA

A atuação do SEAA, fundamentada no Regimento Escolar da SEEDF e na Lei nº 13.935/2019 e deve priorizar o planejamento pedagógico institucional e intersetorial, orientado pelos princípios da diversidade e inclusão (LBI, 2015). Este planejamento constitui prática reflexiva que articula objetivos e avaliações às necessidades dos estudantes, garantindo o suporte psicopedagógico e social necessário. Como defendem Vygotsky (2007) e Charlot (2000), a aprendizagem é um processo histórico-cultural, exigindo que a escola democratize saberes e assegure a apropriação do conhecimento sistematizado (Saviani, 2011) por meio de uma gestão democrática e colaborativa.

À luz da BNCC e da Portaria nº 414/2022 dedicada à institucionalizar o programa de atuação das Salas de Apoio à Aprendizagem, a intervenção do SEAA deve focar na superação de barreiras à aprendizagem, especialmente para estudantes com dificuldades acentuadas de escolarização, por meio de mediação pedagógica intencional. A escola, como espaço de produção de sentidos, deve utilizar a avaliação formativa para compreender trajetórias individuais, em consonância com o ODS 4 que, lembrando, busca assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O trabalho coletivo, embasado em Vygotsky (2007), visa ampliar a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), garantindo que estratégias diversificadas promovam a educação integral e emancipatória sem reduzir o rigor do currículo escolar.

Como destaca Saviani (2011), o currículo deve garantir a apropriação dos saberes historicamente acumulados, assegurando que todos os estudantes tenham acesso às bases científicas, artísticas e culturais necessárias à formação plena. A avaliação formativa, centrada no processo, desloca o foco da mensuração de resultados para a compreensão das trajetórias de aprendizagem, permitindo que o professor identifique avanços, dificuldades e possibilidades de intervenção pedagógica.

A atuação do SEAA integra a dimensão pedagógica à normativa da SEEDF, unindo a teoria histórico-cultural de Vygotsky (2007) às exigências de diretrizes que orientam a promoção de medidas integradoras e inclusivas na educação básica. A aprendizagem não é vista como resultado exclusivo das capacidades individuais, mas como processo potencializado pelas relações sociais e pelo acesso a práticas culturais significativas. Assim, a intervenção pedagógica, centrada na avaliação formativa e na ampliação da ZDP, reconhece o estudante como sujeito histórico, garantindo que o planejamento institucional responda aos desafios contemporâneos da educação básica com foco na qualidade social e na democratização do saber.

A mudança paradigmática proposta fortalece o papel da SEEDF na promoção de ambientes inclusivos e emancipatórios, alinhados às competências socioemocionais da BNCC e ao Guia de Valorização da Vida (2023). O SEAA deve priorizar o planejamento pedagógico intencional e a valorização das interações sociais, utilizando intervenções que ampliem a Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky).

Essa perspectiva desloca o foco da concepção de “estudante rotulado pelas dificuldades” para a análise crítica das práticas pedagógicas, das relações institucionais e das condições concretas de ensino e aprendizagem. Em vez de responsabilizar o estudante por suas limitações, evidencia-se a necessidade de repensar o papel da escola, das políticas públicas e das práticas docentes na construção de ambientes educativos inclusivos, democráticos e emancipatórios.

Essa mudança paradigmática fortalece o papel da SEEDF na promoção da democratização dos saberes. Reafirma-se o compromisso com a valorização da diversidade e a construção de práticas inclusivas. Consolida-se, assim, a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos na vida social. Portanto, as ações do SEAA devem, em essência, centra-se em:

- priorizar o planejamento pedagógico mediado e intencional;
- valorizar o trabalho coletivo e as interações sociais;
- utilizar estratégias diversificadas, sem empobrecimento curricular;
- adotar avaliação formativa, centrada no processo;
- desenvolver intervenções que ampliem a Zona de Desenvolvimento Proximal dos estudantes.

Atuação baseada em Projetos

A educação contemporânea exige a superação de modelos tradicionais fragmentados, buscando práticas que promovam a integração de saberes e a formação crítica do sujeito. Nesse contexto, a Pedagogia de Projetos (ou Aprendizagem Baseada em Projetos – ABP) não se apresenta apenas como uma técnica de ensino, mas como uma postura metodológica que ressignifica o espaço escolar. Para a SEEDF, a adoção dessa abordagem justifica-se pela necessidade de alinhar a prática de sala de aula aos princípios do Currículo em Movimento, que preconiza a educação integral, a interdisciplinaridade e a contextualização social do conhecimento.

A base teórica que sustenta a Pedagogia de Projetos conversa diretamente com as correntes pedagógicas que valorizam a interação social e a construção ativa do conhecimento, fundamentais para a rede pública do DF.

A atuação do SEAA baseada em projetos deve alinhar-se às competências gerais da BNCC e ao Regimento Escolar da SEEDF. Sob a égide da Lei nº 13.935/2019, o trabalho por projetos permite que a equipe multiprofissional atue na superação de barreiras à aprendizagem. Fundamentada na Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, essa prática operacionaliza a Zona de Desenvolvimento Proximal coletiva, garantindo que a intervenção especializada considere a realidade social do estudante, conforme os princípios da Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2008). Paralelamente, dialoga com a epistemologia genética de Piaget, ao exigir que o aluno aja sobre o objeto de conhecimento para compreendê-lo, saindo da passividade.

No âmbito do SEAA, a Pedagogia de Projetos é ferramenta essencial para o suporte a estudantes com dificuldades acentuadas de aprendizagem e para a flexibilização curricular das atualizações de diretrizes curriculares nacionais, em especial, as orientadas para o Novo Ensino Médio (Portaria nº338/2025). Ao partir da “leitura de mundo” freireana e da epistemologia de Piaget, os projetos permitem que o apoio à aprendizagem ocorra por meio de situações-problema reais. Isso transforma o atendimento em um ato de práxis, onde o conhecimento sistematizado é utilizado para promover a autonomia e a inclusão plena na rede pública do DF.

Ainda, sob a ótica da Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2008), essa metodologia também encontra respaldo, já que o projeto é o instrumento para que o aluno acesse o conhecimento sistematizado (clássico) de forma significativa e o utilize para a superação da visão de senso comum, atingindo a consciência filosófica. O *Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018)* destaca a importância dos Eixos Transversais (Cidadania, Diversidade, Sustentabilidade, etc.). A metodologia de projetos no SEAA integra o desenvolvimento cognitivo e socioemocional, em consonância com o Guia de Valorização da Vida (2023) e a Lei nº 6.992/2021, que fortalece a garantia de acompanhamento assistencial para alunos e profissionais das escolas públicas e privadas do Distrito Federal. Ao utilizar a mediação vygotskyana, o serviço especializado promove intervenções que articulam os Eixos Transversais do Currículo em Movimento à saúde mental escolar. O projeto torna-se o espaço para que o estudante acesse o saber clássico (Saviani, 2008) enquanto desenvolve competências da BNCC, fundamentais para uma educação inclusiva, integral e transformadora da realidade social.

Atuação do SEAA:

Perspectiva Institucional, Preventiva e Interventiva

A atuação dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem (SEAA) fundamentam-se no compromisso do DF com o a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante, conforme preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Essa legitimidade é reforçada pela Lei nº 13.935/2019, que institui a obrigatoriedade de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas. No âmbito distrital, a Lei nº 6.992/2021 e a Portaria nº 1374/2025 garantem a legitimidade das equipes multiprofissionais, assegurando uma intervenção institucional e preventiva. Tais dispositivos asseguram que a intervenção dessas equipes ocorra de forma institucional e preventiva, superando modelos clínicos para atuar diretamente nos processos de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, a compreensão da avaliação no percurso educacional alinha-se às diretrizes mais recentes do Ministério da Educação e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que a definem como um processo contínuo, processual e formativo. Sob essa ótica, a avaliação deixa de ter caráter meramente classificatório para assumir uma função diagnóstica e mediadora, priorizando os aspectos qualitativos do desempenho escolar sobre os quantitativos. Cabe ao SEAA, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, apoiar a identificação dos resultados avaliativos como subsídios para a Organização do Trabalho Pedagógico, garantindo que o erro seja tratado como uma oportunidade de reorientação pedagógica e promoção do bem-estar dos sujeitos no ambiente escolar.

Ainda, o Regimento Escolar da SEEDF apresenta como princípio da atuação das EEAA contribuir para a superação das dificuldades presentes no processo de ensino e escolarização, por meio de uma atuação institucional. O conjunto de normativas e diretrizes, tanto nacionais como distritais, têm reiterado a atualização tática desses serviços de apoios como balizadores de processos educacionais mais inclusivo e diversos.

A atuação do SEAA é balizada pelo compromisso com a educação inclusiva e o desenvolvimento integral, unindo as diretrizes da Lei nº 13.935/2019 e da Lei Distrital nº 6.992/2021 à operacionalização da Portaria nº 1374/2025. O serviço atua de forma institucional e preventiva, subsidiando a Organização do Trabalho Pedagógico – OTP com dados de avaliações diagnósticas e mediadoras, conforme a BNCC. Em conformidade com a Portaria nº 414/2022 e o Regimento Escolar (2025), o SEAA promove espaços de reflexão sobre os papéis dos atores educacionais, garantindo o acolhimento à diversidade e a superação de dificuldades no percurso escolar.

Este serviço, devido seu papel estratégico para a SEEDF, conquistou, ao longo de sua história, espaços de ação nos níveis local, intermediário e central. Fundamentalmente, é responsável pela promoção de ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos atores visando a promoção de espaços que favoreçam a consolidação de uma educação inclusiva.

Reitera-se que a perspectiva de educação inclusiva, preconizada pela SEEDF, deve extrapolar a compreensão da educação especial, todavia, sem negligenciá-la. Assim, nos diversos campos de atuação, os SEAA devem desenvolver ações que apoiem a identificação e a construção de espaços crítico-reflexivos que propiciem a diversidade e a inclusão.

O SEAA atua no assessoramento pedagógico para identificar fatores que interferem na aprendizagem. Baseando-se no Currículo em Movimento integrado à BNCC, os profissionais mobilizam estratégias que transcendem conteúdos formais, focando no desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. Essa intervenção articulada visa fortalecer os vínculos entre os atores educacionais e garantir que a avaliação formativa identifique precocemente barreiras à melhoria do processo de escolarização.

A construção de conhecimento depende necessariamente de fatores socioculturais. A atuação integrada do SEAA, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) subsidia a análise dos processos de ensino-aprendizagem, considerando aspectos objetivos e subjetivos que afetam o estudante. A estruturação identitária do SEAA prioriza a intervenção institucional e o suporte à diversidade, alinhando o planejamento do serviço ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) para tornar a escola um espaço de pertencimento, equidade e valorização da vida.

Ao integrar as vivências, saberes e contextos sociais dos estudantes ao processo de ensino-aprendizagem, a escola rompe com a lógica da homogeneização e valida a singularidade de cada sujeito. Dessa forma, o ambiente educacional deixa de ser apenas um local de acesso e torna-se um espaço de pertencimento real, onde a pluralidade atua como motor pedagógico indispensável para combater desigualdades sistêmicas e consolidar uma formação democrática e emancipatória. Portanto, desde os níveis centrais, até a atuação local, o SEAA apoia a elaboração de orientações institucionais, planejamentos e consolidação de ações que pretendem alcançar a perspectiva da escola como ambiente potencializador das aprendizagens, estimulando e fortalecendo vínculos entre os diferentes atores educacionais. Por essência, são intervenções articuladas que devem integrar os diferentes sujeitos dos espaços partilhados.

Ademais, as intervenções dos profissionais do SEAA priorizam o pressuposto de que a escola é uma instituição sujeita às transformações cotidianas dos atores que a compõem. A atuação desses profissionais é bastante ampla e complexa o que torna desafiador a elaboração de diretrizes de atuação sem limitar as possibilidades de intervenção que devem ser adaptadas a cada realidade. Entretanto, é também essencial o delineamento das atribuições e planejamento das ações visando, não apenas a estruturação identitária deste serviço, como a organização de atuação em coerência com as políticas educacionais e com aplicabilidade em diferentes contextos pedagógicos.

Os processos de ensino-aprendizagem estruturam o eixo central da educação formal. Assim, enquanto agentes de promoção das políticas públicas de educação, os educadores da rede pública de ensino da SEEDF devem mobilizar-se para implementar estratégias educativas, baseadas no currículo em movimento, visando a aprendizagem, não apenas de conteúdos formais, mas de habilidades e conhecimentos que levem à formação de cidadãos críticos. Os SEAA, no papel de assessoramento, devem subsidiar a análise desses processos e identificar os fatores de êxito e de interrupção. Essa avaliação depende do reconhecimento dos elementos objetivos e subjetivos que interferem na estruturação da educação naquele espaço.

Os pressupostos teórico-metodológicos da SEEDF orientam a alguns vieses importantes para essa análise. Para além dos componentes curriculares, é essencial que sejam observados os aspectos metodológicos, sociais e culturais que orientam a atuação dos educadores e que afetam a aprendizagem dos estudantes. A organização do trabalho pedagógico é o cerne do planejamento institucional, portanto, o que fundamenta os processos educacionais de uma escola. Eixo que também estrutura o planejamento do SEAA.

A atuação dos profissionais dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem (SEAA) na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal fundamenta-se na compreensão de que o processo educativo é multidimensional e coletivo. Nos diversos eixos de atuação, os serviços especializados de apoio à aprendizagem intervêm como elos estratégicos entre diferentes setores, seja no nível da escola, ou nas dimensões centrais. Como elos estratégicos, os SEAA intervêm entre a escola e as redes de proteção, garantindo que demandas de saúde mental e vulnerabilidade social sejam tratadas de forma intersetorial. Essa articulação institucional visa remover barreiras à aprendizagem, conforme a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), assegurando que o suporte externo complemente a ação pedagógica sem fragmentar o cuidado ao estudante.

Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, a atuação em rede do SEAA é indispensável para compreender a aprendizagem em suas condições materiais e históricas. Ao integrar o trabalho especializado com a gestão e os professores regentes, rompe-se com a patologização das dificuldades de ensino, focando na mediação pedagógica e no acesso ao saber elaborado. Essa prática interdisciplinar conecta a escola aos serviços de saúde e assistência, e priorizando intervenções dentro do contexto escolar com a utilização do Guia de Valorização da Vida (2023) como balizador para ações de prevenção e promoção do bem-estar coletivo, garantindo a plena humanização do estudante.

Para os SEAA, essa atuação articulada é vital porque a escola não consegue suprir, isoladamente, demandas que extrapolam o campo pedagógico, como questões de saúde mental, vulnerabilidade socioeconômica ou violação de direitos. A articulação permite um atendimento integral, onde as ações da escola são complementadas por suportes externos, evitando a fragmentação do cuidado ao estudante.

Essa dinâmica de rede visa superar a fragmentação das ações pedagógicas, promovendo um suporte institucional que identifica e remove barreiras à aprendizagem. Por meio de uma prática interdisciplinar, os profissionais dos SEAA articulam saberes e conectam os serviços internos à SEEDF e externos de assistência, saúde e garantia de direitos à realidade do cotidiano escolar. Assim, sua missão transcende o atendimento individualizado, consolidando-se na construção de espaços educacionais multidimensionais, mais inclusivos, democráticos e sensíveis às singularidades do estudante, garantindo que o direito à educação seja exercido integralmente.

Nos níveis intermediários e local de atuação dos SEAA é imprescindível que se dirija atenção aos fatores que impactam no desenvolvimento integral do estudante, como os contextos sócio-culturais de desigualdades, vulnerabilidades, violência e de saúde. Ainda, perpassa a interlocução com rede integradora, atuando como mediador entre a escola, a família e as políticas de proteção social e saúde.

Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, a atuação em rede dos SEAA é indispensável porque compreende a educação como uma prática social coletiva, e não como um esforço isolado. Ao integrar o trabalho da equipe especializada com os professores regentes, a gestão e a família, rompe-se com a visão de que a dificuldade de aprendizagem é um problema individual do estudante, passando a entendê-lo dentro de suas condições materiais e históricas. Assim, o trabalho colaborativo fortalece a mediação pedagógica, garantindo que o acesso aos conhecimentos científicos (saber elaborado) seja efetivo para todos, promovendo a plena humanização do estudante.

Nesse sentido, a Rede Interinstitucional é contemplada pelos diferentes atores que intervêm direta e indiretamente na atuação do SEAA. O trabalho com essa rede envolve integrar-se aos diferentes programas que complementam a educação básica, interlocução com Orientação Educacional, identificação de contextos e ações dos Direitos Humanos e Diversidade, articulação com a Assessoria e Cultura de Paz e vínculos com a Diretoria de Atendimento à Saúde do Estudante.

De forma complementar, a Rede Integradora (ou Rede de Proteção Social), por sua vez, é o conjunto articulado de instituições, serviços e equipamentos públicos que atuam de forma intersetorial para garantir os direitos fundamentais de crianças, adolescentes e suas famílias. Esta rede é formada pelos diferentes órgãos públicos e privados dedicados às garantias de desenvolvimento e proteção dos estudantes. Alguns exemplos dos agentes da rede integradora mais próximos da educação são o Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde (principalmente através do Programa de Saúde do Estudante), os serviços da política de assistência social, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), dentre outros dispositivos da proteção social.

Portanto, a articulação entre a Rede Interinstitucional e a Rede Integradora demonstra que a efetividade das ações do SEAA depende da consolidação de um sistema articulado de proteção e promoção educacional, capaz de enfrentar desigualdades históricas e garantir o direito à aprendizagem em sua plenitude. Esse movimento interinstitucional e intersetorial desloca a compreensão da escola como espaço isolado, inserindo-a em uma rede mais ampla de proteção social. Nesse horizonte, reafirma-se sua função política e social de democratizar os saberes, valorizar a diversidade e contribuir para a formação de sujeitos críticos, conscientes e participativos na vida coletiva.

Minuta

Ação em rede

A atuação dos profissionais dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem (SEAA) na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal fundamenta-se na compreensão dos cenários em que está inserido para planejar as intervenções que apoiem a respectiva instituição a alcançar uma educação inclusiva e diversa. As diferentes estratégias dirigem à convergência entre os atores, sejam eles protagonistas ou coadjuvantes, do processo de ensino-aprendizagem.

O trabalho do SEAA é composto por um conjunto de ações que perpassam toda instituição, assim, é essencial que o profissional vise articular-se, propiciando interlocuções entre educadores - estudantes - comunidade escolar, com a intencionalidade de aprimorar as práticas educativas. Enfatiza-se, portanto, a rede interna à instituição educacional que sustenta essas práticas. As ações dos SEAAs envolvem integrar-se com as equipes pedagógica e gestora, com os estudantes, seus responsáveis, os diferentes profissionais que perpassam a escola e a comunidade que estão inseridos. Afinal, as práticas pedagógicas são elaboradas e implementadas em acordo com o cotidiano da escola, logo, os processos de ensino-aprendizagem vão sendo estruturados a medida que ações educacionais transcorrem.

Neste documento serão apresentados alguns exemplos dos principais agentes e dimensões que integram as redes de ação junto ao SEAA.

Fundamentalmente, as ações dos SEAA nas escolas direcionam-se à promoção de análises sobre o planejamento, a execução e a avaliação das práticas pedagógicas. Assim, organiza-se a primeira rede de ação desses serviços, composta pelos profissionais das instituições escolares e a comunidade em que estão inseridos.

- rede interna à instituição educacional: equipe gestora, orientadores educacionais, corpo docente, coordenadores, supervisores, secretários, monitores, voluntários, profissionais de limpeza e manutenção, responsáveis, estudantes.

Há, ainda, a integração da escola com programas e projetos que interferem no cotidiano das atividades educacionais, ou ainda que afetam os processos de aprendizagem de estudantes. Logo, é relevante a integração desses não apenas com o planejamento educacional da instituição (portanto, ao Projeto Político Pedagógico da escola), como também com as interferências no desenvolvimento dos estudantes.

- rede interinstitucional: projetos da Diretoria de Atendimento e Apoio à Saúde do Estudante (DIASE); programa saúde na escola (PSE); programas de avanços educacionais (Alfaetrando e Superação); Assessoria Especial da Cultura de Paz; Projetos de Desporto; Protocolos e ações de Direitos Humanos e Diversidade; projetos da Diretoria de Qualidade de Vida no Trabalho (DQVT).

É imprescindível lembrar que os processos de ensino-aprendizagem são afetados direta e indiretamente por fatores sociais, culturais e econômicos. Assim, é essencial considerar as interferências que extrapolam os espaços escolares. As estratégias educacionais são impactadas por aspectos do cotidiano dos estudantes e da comunidade que integram, portanto, é fundamental acionar os outros serviços de garantia de direitos para apoiar o desenvolvimento integral e a participação escolar dos alunos.

- rede intersetorial e de proteção social: Conselho Tutelar, Centro 18 de Maio e unidades da SEJUS; Proeduc e demais unidades do Ministério Público; CRAS/CREAS; SES; instituições parceiras; batalhão escolar.

Figura 02: Ação em rede - Componentes principais da Rede Intersectorial de ações articuladas com SEAA

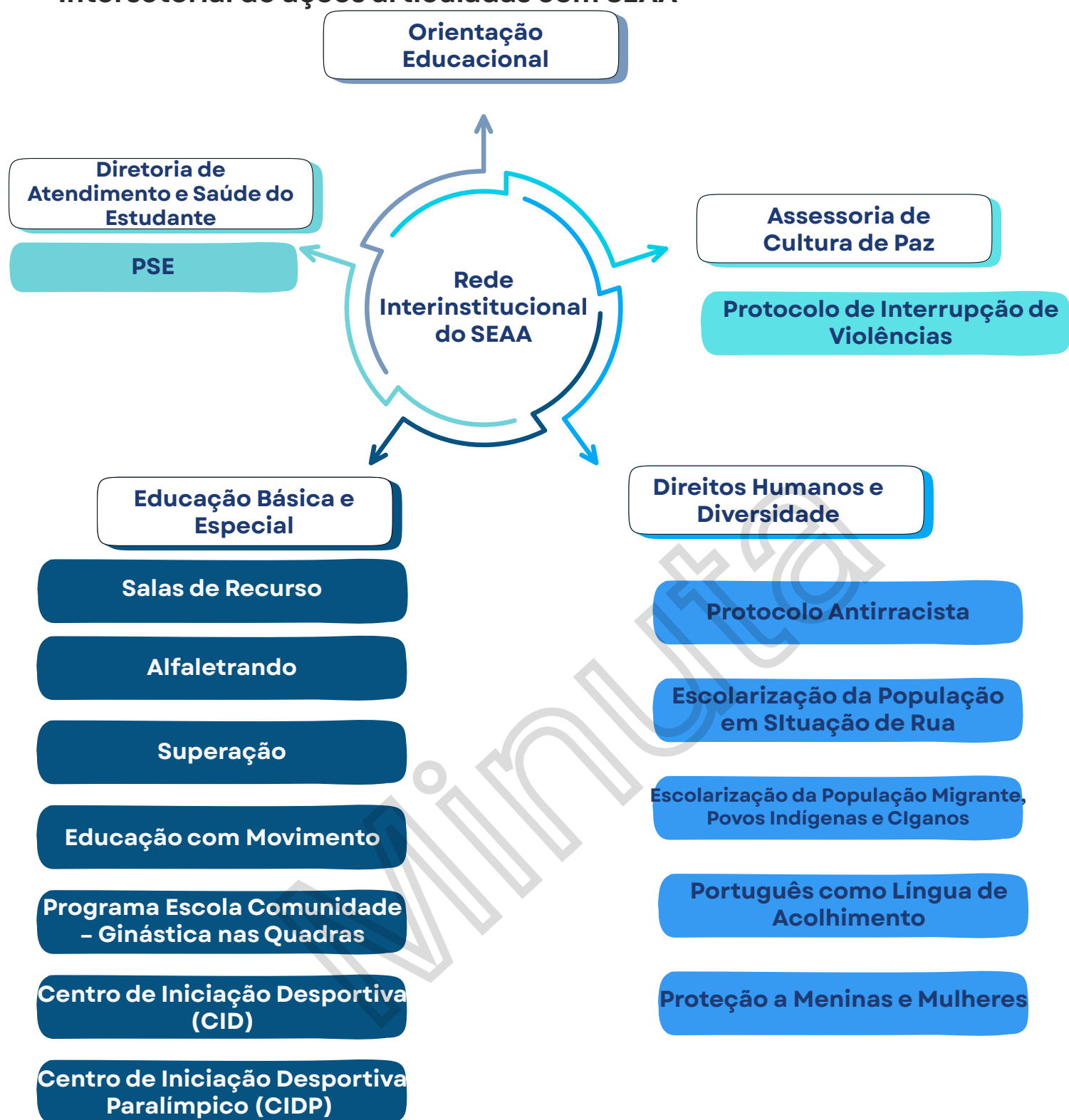


Figura 02. Elaboração GSEAA

Rede Integradora

SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA

Deve ser acionado para a execução de políticas públicas e o alcance a direitos.

Conselho Tutelar
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
Centro 18 de Maio
Conselho Distrital de Promoção da Igualdade Racial

Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos DH
Conselho de Políticas sobre Drogas
Conselho do Programa às Vítimas, Testemunhas e Familiares

MINISTÉRIO PÚBLICO

Atua na defesa da ordem jurídica, assim, deve ser acionado quando direitos são violados.

Núcleo de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente – Nevesca
Núcleo de Enfrentamento à Discriminação – NED
Núcleo de Gênero – NG

Promotoria de Justiça de Defesa da Educação – PROEDUC

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

É responsável pela execução das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e de Segurança Alimentar e Nutricional

CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)

Atua na prevenção e na proteção social básica:

- Promove acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- Promove aquisições sociais e materiais às famílias;
- Previne a ruptura dos vínculos familiares e comunitários

CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) – atua no atendimento especializado a casos mais graves e complexos de violação de direitos
Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua)

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Responsável pelos planos e políticas públicas voltados para a promoção, prevenção e assistência à saúde

UBS – porta de entrada
Hospitais e UPAs – para emergências
Policlínicas-atendimento ambulatorial especializado

- COMPP – Centro de Orientação Médica e Psicopedagógica
- CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil

Farmácias do Componente Especializado (Farmácias de “Alto Custo”)

Atendimento Especializado em Reabilitação Física, Intelectual e Auditiva:

- Atendimento Ambulatorial Especializado em Reabilitação Física e Intelectual e Transtorno do Espectro do Autismo (CER II Taguatinga)
- Centro de Referência Especializado em Transtorno do Espectro Autista (Cretea)
- Assistência à Saúde aos Usuários com Deficiência Auditiva, Intelectual e com Transtorno do Espectro do Autismo (CER II – CEAL- LP)

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

convênios realizados pela SEEDF para garantir a ampliação de direitos

Creches conveniadas
UCB (Programa de Atendimento Educacional Especializado nas áreas de Educação Física)
Atendimentos Educacionais Especializados:

- APAE
- Associação Pestalozzi
- APAED

Centros de Equoterapias:

- ANDE- Brasil
- Instituto do Cavalo Solidário
- IFB
- RPMON Regimento de Polícia Montada

CETEFÉ – Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial

Rede Integradora

BATALHÃO DE POLICIAMENTO ESCOLAR

Segmento da PMDF responsável por garantir a segurança pública e a preservação da ordem no ambiente escolar

CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS

Espaços da Secretaria de Esporte e Lazer com a oferta do programa Esporte Educa, cuja gestão é compartilhada com SEEDF e dedica atendimento prioritário aos estudantes da rede pública de ensino.

Minuta

Documentação e Registro

A produção documental no âmbito do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui prática estruturante e indispensável para a consolidação e sistematização desses serviços. Relatórios, pareceres pedagógicos, planos de ação, dentre outros, não se limitam, apenas, aos registros burocráticos, mas configuram-se como instrumentos de análise crítica, mediação pedagógica e tomada de decisão coletiva além de subsidiar e evidenciar a proposição de projetos, programas, planos e políticas públicas.

Do ponto de vista da Administração Pública, tais práticas devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), que estabelece princípios como finalidade, adequação, necessidade, transparência e segurança no tratamento de dados pessoais, especialmente aqueles considerados sensíveis, como informações sobre crianças, adolescentes e estudantes público da educação especial inclusiva. No âmbito do Distrito Federal, o Decreto nº 42.036/2021 regulamenta a aplicação da LGPD na administração pública distrital, reforçando o dever das instituições educacionais de garantir privacidade, integridade e uso responsável das informações. Complementarmente, a Portaria nº 159/2023 da SEEDF instituiu o Aviso de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais, e a Resolução nº 1/2024 estabeleceu padrões de anonimização, como a ocultação parcial do CPF em documentos oficiais, assegurando maior proteção à identidade dos sujeitos.

Entretanto, o princípio da transparência exige que tais documentos não sejam restritos ao âmbito institucional, mas estejam acessíveis aos estudantes e seus familiares, em linguagem simples e adequada, garantindo-lhes o direito à informação e à participação nos processos educativos. A acessibilidade documental fortalece a corresponsabilidade entre escola, estudantes e famílias, assegura maior legitimidade às práticas e serviços prestados, além de reafirmar o compromisso da educação pública com a proteção integral e a inclusão social.

Do ponto de vista pedagógico e acadêmico, a documentação assume caráter formativo e interventivo, pois articula investigação e ação, oferecendo subsídios para a reflexão crítica sobre os processos de ensino e aprendizagem. Como destaca Luckesi (2011), a avaliação deve ser compreendida como prática emancipatória, voltada para a transformação institucional e não apenas para a mensuração de resultados. Nesse sentido, os registros produzidos no SEAA/AEE revelam a direção social e política do projeto educativo, reafirmando o compromisso com a democratização dos saberes, a valorização da diversidade e a formação de sujeitos críticos e participativos.

Portanto, a produção documental no SEAA/AEE deve ser entendida como prática que articula dimensão técnica, normativa e ético-política. Técnica, porque sistematiza informações e orienta intervenções pedagógicas; normativa, porque se ancora em legislações nacionais e distritais que asseguram a proteção de dados e o princípio da transparência; e ético-política, porque expressa o compromisso da escola pública com a inclusão, a equidade e a justiça social. Ao garantir que os documentos estejam protegidos, transparentes e acessíveis aos estudantes e familiares, reafirma-se a função social da escola como espaço de cidadania, inclusão e emancipação.

Com vistas à padronização da produção documental, da coleta de dados e da sistematização das informações, a área competente em nível central da Secretaria de Educação do Distrito Federal será responsável pela elaboração e, sempre que necessário, pela revisão do Caderno de Registro. Esse instrumento normativo deverá ser utilizado de forma obrigatória e uniforme em toda a rede pública de ensino do Distrito Federal, assegurando a coerência metodológica, a fidedignidade dos registros e a transparência dos processos educativos.

A padronização proposta não se limita a um aspecto administrativo, mas constitui uma estratégia de gestão democrática e de garantia de direitos, pois possibilita a comparabilidade dos dados, a construção de indicadores educacionais e a produção de evidências que subsidiem políticas públicas. Além disso, ao alinhar-se às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e às normativas distritais correlatas, o Caderno de Registro reafirma o compromisso institucional com a proteção da privacidade, a integridade das informações e o princípio da transparência, garantindo que os registros estejam acessíveis aos estudantes e seus familiares em linguagem clara e adequada.

Dessa forma, o Caderno de Registro consolida-se como um instrumento pedagógico, administrativo e político, que fortalece a função social da escola, assegura a legitimidade das práticas educativas e contribui para a construção de uma rede educacional mais inclusiva, equitativa e comprometida com a qualidade social da educação.

As dimensões de atuação do SEAA e as intervenções nos processo de ensino aprendizagem

Integração das ações do SEAA

A atuação dos SEAA é dirigida à consolidação de espaços pedagógicos que orientem à aprendizagem de conteúdos formais, sociais/ interacionais e culturais, ou seja, a formação sistêmica dos estudantes. Apesar de, continuamente, as diretrizes deste documento, resgatarem o complexo de ensino – aprendizagem como o pilar de toda atuação escolar, neste capítulo, focaremos no eixo da aprendizagem, como motriz para a organização das ações deste serviço.

A Pedagogia Histórico-Crítica reiteradamente orienta a aprendizagem formal como a internalização de conhecimentos, habilidades e valores sistematizados. A escola é um dos espaços mediadores dessas informações que as organiza e prepara para que possam ser ensinadas. Destacamos dois grupos de importantes atores desse processo: os estudantes e os docentes. Esses grupos interagem reciprocamente: os professores coordenam as informações, por sua vez, os alunos interagem com elas, revelando, individualmente, o que se torna conhecimento. Essa síntese apesar de simplificar a complexidade e amplitude desse processo, não pretende reduzi-lo, apenas orientar, didaticamente, uma intencionalidade de recorte para apoiar a compreensão dos papéis do SEAA nesse cenário.

No contexto escolar, esse intercâmbio de informações deve cumprir alguns critérios que são dirigidos pelo currículo – no caso da rede pública do DF, o Currículo em Movimento. Logo, os docentes, enquanto mediadores do ensino, são norteados pelo currículo para selecionar as informações que serão apresentadas. Para isso, apoiam-se em metodologias e recursos instrucionais a fim de que dados se tornem informações e estas, quando aprendidas, configuram-se conhecimento. Todavia, há muitos fatores que permeiam essa trilha e, em especial, que impactam no processo de compreensão dos estudantes. O SEAA, enquanto serviço de apoio, auxilia na análise desse fluxo para que, junto ao docente, seja possível ofertar recursos que facilitem essa tradução de informações e, assim, gere conhecimentos acessíveis à maior amplitude de estudantes.

Através do Mapeamento Institucional, o SEAA realiza um levantamento de cenários, assim, apoia a análise de como o Projeto Político Pedagógico, as ações dos diferentes agentes e, principalmente, as relações (não apenas entre os atores, mas com os recursos e metodologias de ensino-aprendizagem) impactam no acesso ao conhecimento.

A partir desse mapeamento, devem ser traçadas estratégias de intervenção institucional. Assim, o SEAA pode auxiliar na conscientização dos processos educacionais. Como já evidenciado, através do trabalho em rede, em especial, da rede interinstitucional, esse serviço pode identificar formações e/ou estratégias de interlocução que propiciem o alinhamento de concepções e pressupostos que devem pautar o espaço educativo. O recurso próprio desse serviço para desenhar os critérios e planos de intervenção é o Plano de Ação. Esse instrumento tem a finalidade de orquestrar atuações que tragam coesão entre os projetos da escola, com as demandas sócio-culturais e de acesso aos conhecimentos formais que se apresentam na instituição.

Ainda, nesse assessoramento ao trabalho coletivo, o serviço pode fomentar a instrumentalização da equipe escolar para ações de ensino intencionalmente planejadas. Portanto, mediar com os educadores a análise de como os estudantes têm consolidado os conhecimentos, tanto coletivamente, como individualmente, e planejar ações de ofertas instrucionais e de avaliação que amparem o processamento adequado das informações. Para o alcance desse eixo, podem ser propostas: formações; adesões a projetos e programas; consolidação de protocolos da SEEDF ao PPP da escola; avaliação dos recursos adaptativos e de acessibilidade; dentre outras possibilidades de intervenção não apenas em grupos e/ou turmas específicas, mas prioritariamente, coletivamente já que a construção de conhecimentos é processo que deve ter uma continuidade entre todos que partilham o ambiente de aprendizagem.

O acompanhamento das intervenções ofertadas e, dos respectivos impactos, é inerente a esse processo de construção coletiva do conhecimento. Ao acompanhar os docentes no planejamento de ação sobre o fluxo de saberes, o SEAA auxilia a análise e intervenção sobre os múltiplos fatores que interferem na aprendizagem dos estudantes. Assim é possível, continuamente revisitar e revisar todo o processo até que se consolide um ambiente educacional que favoreça aprendizagens diversificadas. As análises orientadas pelo SEAA, nesse eixo, integram as avaliações sobre como a instituição educacional tem se aproximado dos indicadores de qualidade da educação; como os docentes têm desenvolvido ações alinhadas ao Currículo em Movimento e demais diretrizes da SEEDF; e, também, como os estudantes tem conseguido acessar os conhecimentos ofertados. As análises particularizadas de alguns estudantes que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem podem ser sintetizadas no documento próprio do SEAA denominado Relatório de Avaliação e Intervenção Institucional

Figura 04. Fluxo de coordenação entre as dimensões de atendimento do SEAA

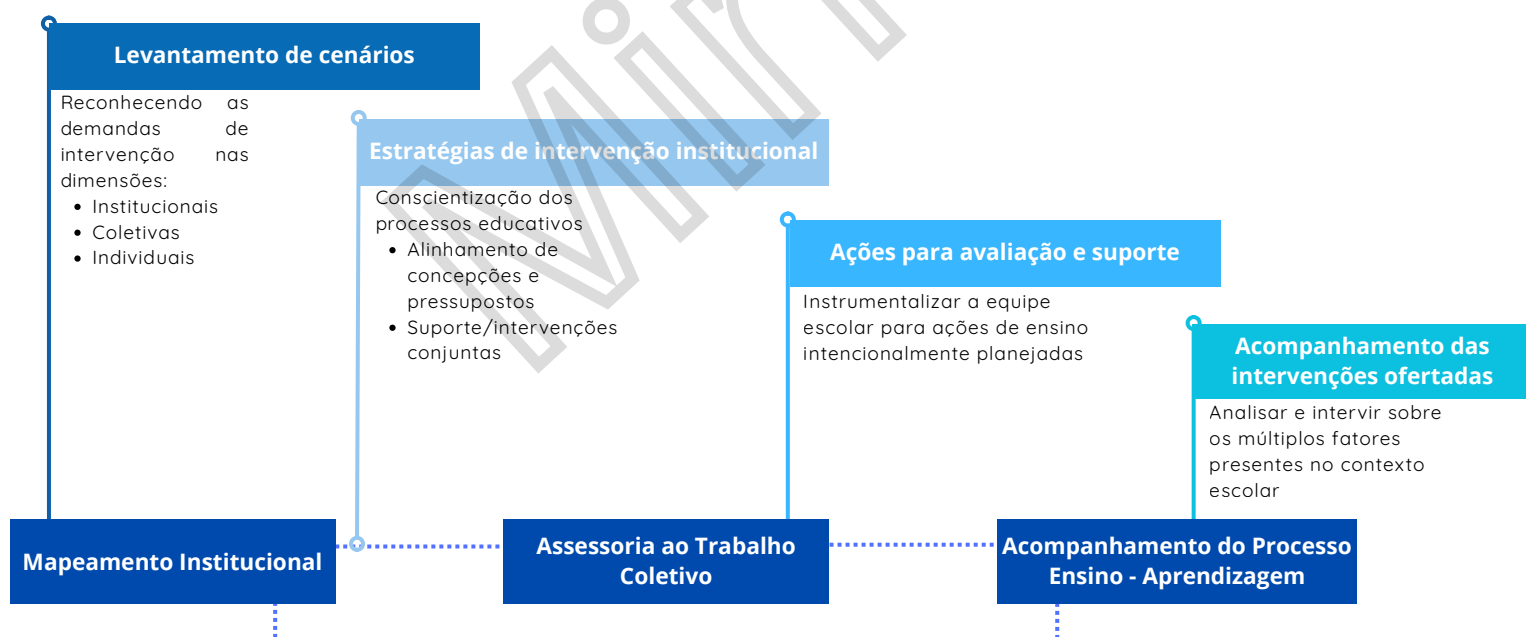
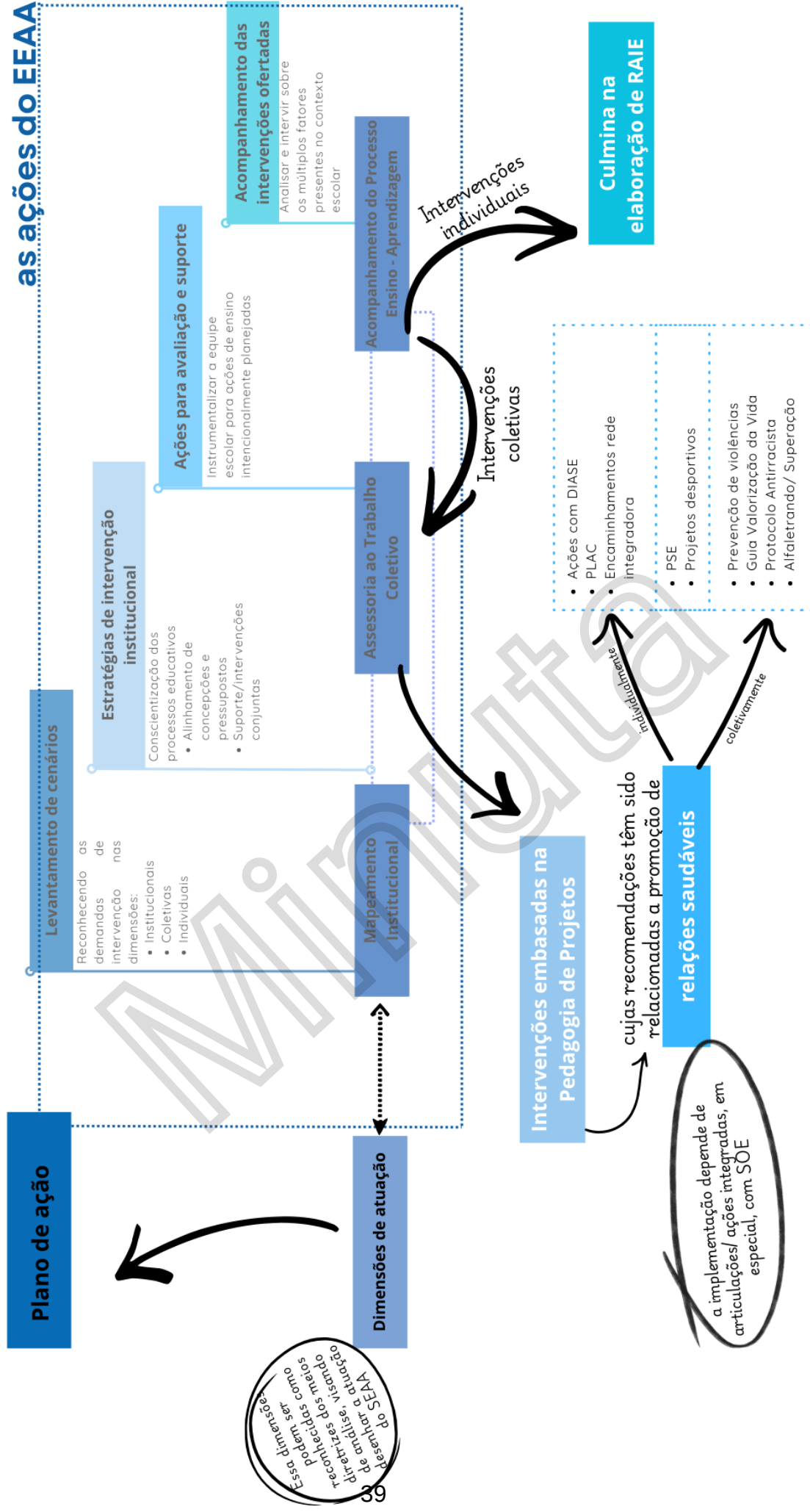


Figura 04. Elaboração GSEAA

Mapa de integração entre as ações do EEAA



Essa dimensão pode ser desenhada de análise, visando ao SEEA

a implementação depende de articulações/ ações integradas, em especial, com SOE

Intervenção institucional frente a contextos de dificuldades acentuadas de aprendizagem

Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, as dificuldades de aprendizagem são entendidas como fenômenos multideterminados e de origem social. Elas representam um distanciamento entre o desenvolvimento real, portanto, o que o sujeito já domina, e o que poderia realizar com auxílio, ou seja, o desenvolvimento potencial.

Para essas escolas de pensamento, os intervenientes que afetam a aprendizagem podem ser agrupados em três fatores principais:

1. Fatores Institucionais e Pedagógicos:

- Metodologias inadequadas: o esvaziamento de conteúdos e metodologias inadequadas à realidade dos estudantes, prejudicam sobremaneira o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.
- Práticas excludentes: a falta de mediação qualificada por parte do professor ou falhas no sistema de ensino; quando o conteúdo escolar é desconectado da realidade e da prática do estudante, há prejuízos no sentido dado ao ato de aprender, o que pode acarretar em dificuldades.

2. Fatores Sociais e Culturais:

- Desigualdade de acesso: condições de vida, nutrição e moradia precárias que limitam o desenvolvimento psíquico e a capacidade de aprendizagem.
- Ausência de mediação cultural: falta de estímulos ou instrumentos simbólicos no ambiente familiar e social.
- Patologização de Questões Sociais: a tendência de transformar problemas de ordem pedagógica ou social em diagnósticos, ignorando a necessidade de mediação cultural adequada

3. Fatores Subjetivos e Afetivos:

- Questões emocionais e interacionais (inclusive a relação individual com o processo de aprendizagem) impactam no desenvolvimento das funções psicológicas superiores; a aprendizagem depende de uma mediação efetiva, entre a oferta e o acesso ao conhecimento, o que se dá, fundamentalmente na consolidação de relações.

O SEAA tem um trabalho pautado em apoiar processos educacionais equitativos, logo, que alcancem os estudantes considerando suas particularidades, necessidades e desafios específicos, promovendo estratégias e recursos que alcancem resultados equiparados a todos. É importante, assim, reiterar que medidas de integração dos estudantes com demandas diversas de aprendizagem não necessariamente contemplam essa intencionalidade. Ao apenas integrar espera-se que ele se ajuste às normas, métodos e ritmos já estabelecidos. A inclusão traz um paradigma que exige a transformação do ambiente, em que a escola reconhece que as dificuldades de aprendizagem não estão nos estudantes, mas nas barreiras do sistema em acessá-los em suas particularidades. Portanto, é essencial o suporte à organização de trabalhos pedagógicos inclusivos e que apoiem esses fatores.

A atuação do serviço é dirigida à superação das dificuldades de aprendizagem prioritariamente pela promoção de ações coletivas, ou seja, a instituição se mobiliza para superar os fatores metodológicos, sociais, culturais, emocionais e interacionais. Assim, inicialmente as estratégias são orientadas a seguirem um fluxo que se inicia na promoção de planejamentos educacionais equitativos, mas também incluem ações individualizadas e/ou complementares que apoiem a superação de prejuízos no processo ensino –aprendizagem.

Nos diferentes níveis de atuação do SEAA estrutura-se a mobilização para a consolidação de uma cultura inclusiva na SEEDF. Nos níveis centrais e intermediários as ações são orientadas para elaboração e acompanhamento de diretrizes institucionais. Ainda, são eixos responsáveis pelo acompanhamento da implementação nos níveis locais. Assim, na dimensão local, as Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA) e as Salas de Apoio à Aprendizagem (SAA) mediam um conjunto de ações que contemplam desde ações institucionais até atendimentos individualizados visando analisar, intervir e superar os múltiplos fatores que impactam em dificuldades de aprendizagem.

Essas duas possibilidades de atuação do SEAA operam de maneira integrada. Enquanto as EEAA priorizam a atuação institucional e preventiva. As SAA centralizam as intervenções dedicadas ao atendimento individualizado. Essas ações articuladas propiciam um fluxo que ao mesmo tempo que promove a inclusão, também mobiliza ações integradoras das especificidades educacionais.

Figura 07: Fluxo de intervenção institucional frente a contextos de dificuldades acentuadas de aprendizagem

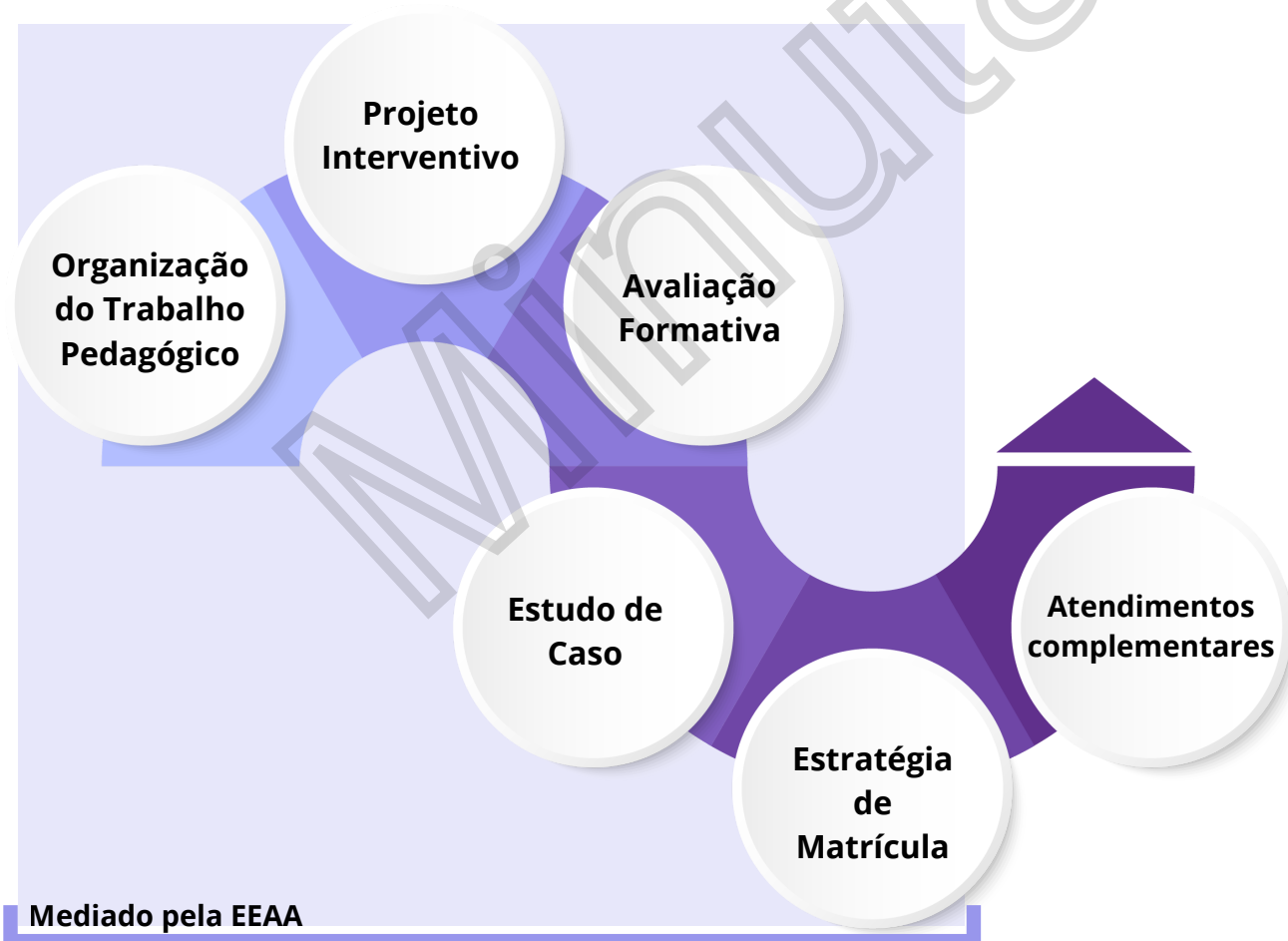
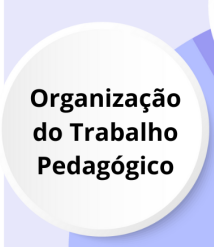


Figura 07: Elaboração GSEAA

Organização do Trabalho Pedagógico



Organização do Trabalho Pedagógico

A Organização do Trabalho Pedagógico é uma diretriz do *Currículo em Movimento* que o enfatiza como um conceito central da prática docente. Essa etapa é também o eixo motriz das intervenções mediadas pelo SEEA em conjunto com os diferentes atores do processo de ensino-aprendizagem. É, necessariamente, culminância das três dimensões de atuação do SEEA.

A partir da análise crítica das múltiplas dimensões do contexto educativo, elaboram-se estratégias diversificadas que possam alcançar diferentes realidades de aprendizagem. Reitera-se a ênfase de que o trabalho desenvolvido por este serviço visa a promoção de processos educacionais inclusivos e equitativos, portanto, as respectivas ações devem priorizar as estratégias institucionais e coletivas que favoreçam a construção de significados que efetivamente apoiem esse paradigma.

No Currículo em Movimento, são apresentados os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, e Educação para a Sustentabilidade. É essencial se apropriar que esses orientadores não são conteúdos extras, mas lentes através das quais se ensina a base comum, logo, embasamento para o planejamento intencional, da gestão do tempo, dos espaços e da articulação entre teoria e prática para garantir a aprendizagem. Para além do PPP da instituição educacional, o planejamento de conteúdos e aulas a partir da Pedagogia de Projetos – também pressuposto da SEEDF – apresenta-se como o principal recurso de planejamento para implementação dos conteúdos transversais.

A atuação do SEEA nessa dimensão se inicia no Levantamento de Cenários do Mapeamento Institucional, em que se busca identificar a cultura da instituição escolar e o seu impacto nos processos de ensino-aprendizagem. A partir do PPP é possível identificar os projetos que refletem os eixos transversais e como a atuação está planejada para colocar em prática a integração entre conteúdos formais e os fatores sócio-culturais da comunidade que a integra a escola.

Destacam-se os cadernos temáticos da SEEDF como instrumentos de planejamento dos conteúdos transversais agregados aos conteúdos básicos. A integração desses conteúdos com projetos complementares desenvolvidos pela secretaria apoiam a promoção de espaços que fomentem relações saudáveis, tanto entre a comunidade escolar como com o processo ensino-aprendizagem.

No mapeamento conduzido pelo SEEA é possível identificar as necessidades de intervenção na respectiva instituição e a análise de quais projetos complementares podem apoiar àquela realidade. Além disso, o serviço pode auxiliar as construções de como integrar os projetos assumidos pela instituição, ao planejamento de cada modalidade presente naquela instituição educacional.

A consolidação das estratégias de intervenção institucional é coletiva e os profissionais do SEEA estão dedicados a orientar esses olhares e mediar os paradigmas dessas metodologias e pressupostos teóricos para fundamentação de um cotidiano inclusivo e diverso.

Projeto Interventivo

Os Projetos Interventivos devem ser pensados sob a mesma ótica, em consonância com as intervenções metodológicas propostas pelas diretrizes da SEEDF, para favorecer contextos educativos diversos. Essas intervenções devem, também, buscar convergência com as transversalidades do Currículo em Movimento e orientações de calendários temáticos e demais projetos elaborados pela instituição educacional.

A graphic element consisting of a white circle with the text "Projeto Interventivo" inside, set against a background of overlapping purple and blue circles.

Ainda, devem ser previstas as necessidades de particularização de recursos e estratégias para contemplar as adequações curriculares que se fizerem necessárias.

A construção de práticas baseadas em projetos interventivos é decorrente da Organização do Trabalho Pedagógico, a partir da Pedagogia de Projetos. Os projetos interventivos devem ser planejados com base nas particularidades que se apresentam no referido contexto institucional. Algumas especificidades demandarão planejamento pedagógico orientados a corrigir distorções de aprendizagem, combater a defasagem escolar e/ou promover a inclusão e a diversidade. Assim, estruturam-se propostas para agir diretamente sobre essas especificidades.

Nessa dimensão, o acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem do SEAA é bastante ativo e constituído por um conjunto de intervenções de Assessoramento ao Trabalho Coletivo. A consolidação de uma educação efetivamente inclusiva e diversa depende da reorganização das estratégias pedagógicas que envolvam: o rompimento com a perspectiva educacional individualizante centrada no desempenho; e o fortalecimento de metodologias que privilegiem processos de uma aprendizagem mais sistêmica.

O SEAA oferece orientações que ajudam nessa evolução pedagógica. Para entender os desafios desses profissionais, é preciso olhar para a história do serviço. Ainda há a expectativa atrelada às ações individualizadas e/ou de atendimento complementar que eram o foco das intervenções originais. No entanto, a educação atual busca focar no progresso real do estudante, e não em padrões fixos. Isso reforça a importância de um trabalho voltado para a instituição e para o coletivo, em vez de focar apenas no individual.

O atendimento individualizado passa a ser concebido como culminância das intervenções coletivas, com foco em identificar os desajustes do processo e não mais da inadequação dos sujeitos. Em espaços em que todos são pertencentes, as inadequações na participação de alguém deriva de lacunas na estruturação do processo de ensino-aprendizagem e não de problemas individuais (como era endossado por concepções anteriores).

O acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem não tem por finalidade subsidiar os atendimentos individuais, ao contrário, estes correspondem a etapas desse processo amplo de consolidação de estratégias educacionais inclusivas e diversas.

Assim, as intervenções individualizadas devem apoiar:

- Gestão da Aprendizagem;
- Investigar múltiplos fatores que interferem na escolarização;
- Mapear recursos escolares existentes e responsabilizar o corpo docente pelas intervenções;
- Subsidiar a oferta de apoios temporários e ajustáveis para a resolução de tarefas;
- Fortalecer a articulação em rede (em trabalho colaborativo com a Orientação Educacional, Coordenação Pedagógica, Salas de Apoio e Salas de Recursos, integrando o suporte a estudantes com deficiência ou necessidades específicas);
- Orientar o planejamento pedagógico e auxiliar em adequações curriculares/pedagógicas que subsidiem a prática do professor.

Avaliação Formativa

A etapa de Avaliação Formativa está condicionada, portanto, a avaliação de todas as estratégias construídas para atender às demandas educacionais coletivas e, também, as particularizadas. Portanto, essa etapa não deve dizer respeito somente ao desempenho do estudante, mas à revisão da integração entre as estratégias ofertadas e as respostas alcançadas.



Está vinculada ao Currículo em Movimento da SEEDF e às Diretrizes de Avaliação Educacional, que baseiam as práticas na pedagogia histórico-crítica e na psicologia histórico-cultural.

Essa dimensão contempla um processo contínuo e orientador, integrado ao cotidiano escolar para acompanhar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem em todas as suas dimensões. É um recurso avaliativo que se diferencia de modelos puramente classificatórios que focam no progresso individual e na regulação do ensino. A avaliação formativa pressupõe analisar a evolução dos estudantes diante das intervenções ofertadas. É uma estratégia metodológica que oportuniza que o professor ajuste suas metodologias e para que o estudante construa autonomia no próprio processo de aprendizagem.

Portanto, evidencia-se que esse processo avaliativo não corresponde ao estágio simplificado de apresentação do desempenho em atividades específicas, mas às respostas de evoluções cotidianas construídas do processo recíproco de ensino-aprendizagem. Essa sistematização deve incluir registros qualitativos, observações, portfólios, autoavaliações e feedbacks constantes, indo além das notas quantitativas. Como culminância dessa etapa, as EEAs podem, em alguns casos, sintetizar as indicações construídas por meio do Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional (RAIE). Este documento tem grande importância no registro do desenvolvimento educacional do estudante com dificuldades acentuadas de aprendizagem.

A etapa de Avaliação Formativa está condicionada, portanto, a avaliação de todas as estratégias construídas coletivamente para atender às demandas educacionais coletivas e, também, as particularizadas. Portanto, essa etapa não deve dizer respeito somente ao desempenho do estudante, mas à revisão da integração entre as estratégias ofertadas e as respostas alcançadas. Como culminância dessa etapa, as EEAs podem, em alguns casos, sintetizar as indicações construídas por meio do Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional (RAIE). Este documento tem grande importância no registro do desenvolvimento educacional do estudante com dificuldades acentuadas de aprendizagem.

Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional - RAIE

O Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional (RAIE) constitui-se como um documento técnico-pedagógico exclusivo das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEA) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). É o documento, de caráter analítico, reflexivo e propositivo, que compila o registro do processo avaliativo-interventivo decorrentes das ações construídas na organização do trabalho pedagógico.

A apropriação das intencionalidades que abrangem a produção do RAIE perpassa a transição entre paradigmas da integração e da inclusão no contexto educacional. O trabalho das EEAA visa priorizar a construção de intervenções coletivas, já que essa é a intencionalidade de planejamentos e espaços pedagógicos inclusivos e diversos: que acolha diferentes realidades. Entretanto, não se pode excluir o olhar para singularidades e a necessidade de adaptações a elas. Assim, esse relatório sintetiza o impacto das ações do trabalho pedagógico no desenvolvimento do estudante a que se refere, de modo a impulsionar a revisão e reestruturação das estratégias educacionais.

O RAIE visa fornecer dados educacionais significativos que contribuam com o desenvolvimento pedagógico, por meio da organização de informações sobre as intervenções pedagógicas realizadas, das avaliações e do planejamento das ações propostas.

Diferentemente de registros meramente descritivos ou classificatórios, o RAIE tem como finalidade central elucidar o percurso avaliativo-interventivo vivenciado pelo estudante no contexto escolar, explicitando as mediações pedagógicas realizadas, as análises construídas a partir dessas intervenções e as proposições delineadas para o fortalecimento do processo de ensino e aprendizagem. Trata-se, portanto, de um instrumento de natureza educacional, cujo foco recai sobre o desenvolvimento, as potencialidades e as necessidades educacionais do estudante. É relevante reiterar que não se configura como documento de cunho diagnóstico-clínico, apesar de poder subsidiar processos investigativos clínicos – portanto, externos ao espaço escolar – já que explana eixos importantes do desenvolvimento do estudante a que se refere.

A finalidade do RAIE é apresentar os procedimentos e as conclusões gerados no processo de avaliação, contemplando as intervenções realizadas, os encaminhamentos, as orientações, as sugestões e, quando necessário, a solicitação de outros acompanhamentos. Nessa perspectiva, o relatório não apenas sintetiza o conjunto de intervenções construídas no trabalho pedagógico do professor e da equipe escolar, como pode oferecer elementos concretos para a organização de práticas educativas mais responsivas às singularidades do estudante.

O RAIE é uma síntese da investigação realizada pela EEAA e, por esse motivo, configura-se como documento exclusivo dessa equipe. Não há obrigatoriedade de elaboração de RAIE para todos os estudantes em que foram mediadas atuações individualizadas, uma vez que ele decorre diretamente de um processo sistemático de avaliação e intervenção conduzido pela EEAA. Assim, somente os estudantes que passaram por esse processo terão RAIE, independentemente da existência ou não de diagnóstico formal. É importante enfatizar que o critério para elaboração deste documento é de propriedade do profissional de equipe. Reitera-se, entretanto, a relevância da sistematização e registro das ações desses profissionais diante dos critérios de escrituração já apontados nesta diretriz.

No que se refere aos princípios éticos e institucionais, o RAIE deve permanecer arquivado na pasta do estudante, sendo destinado prioritariamente a subsidiar o trabalho docente. Recomenda-se rigoroso zelo quanto às informações de vida pessoal, evitando sua divulgação a pessoas não envolvidas no processo educativo, de modo a preservar a individualidade e a dignidade do estudante.

Da mesma forma, orienta-se cautela na redação de informações que possam gerar interpretações equivocadas ou dúvidas, sendo responsabilidade da escola buscar esclarecimentos junto à EEAA sempre que necessário. Ressalta-se ainda o caráter situacional e temporal das informações registradas, as quais se referem a um determinado momento do desenvolvimento do estudante e estão sujeitas a mudanças contínuas. Em casos de reavaliação, o RAIE deve contemplar o percurso escolar até a data atual e substituir relatórios anteriores.

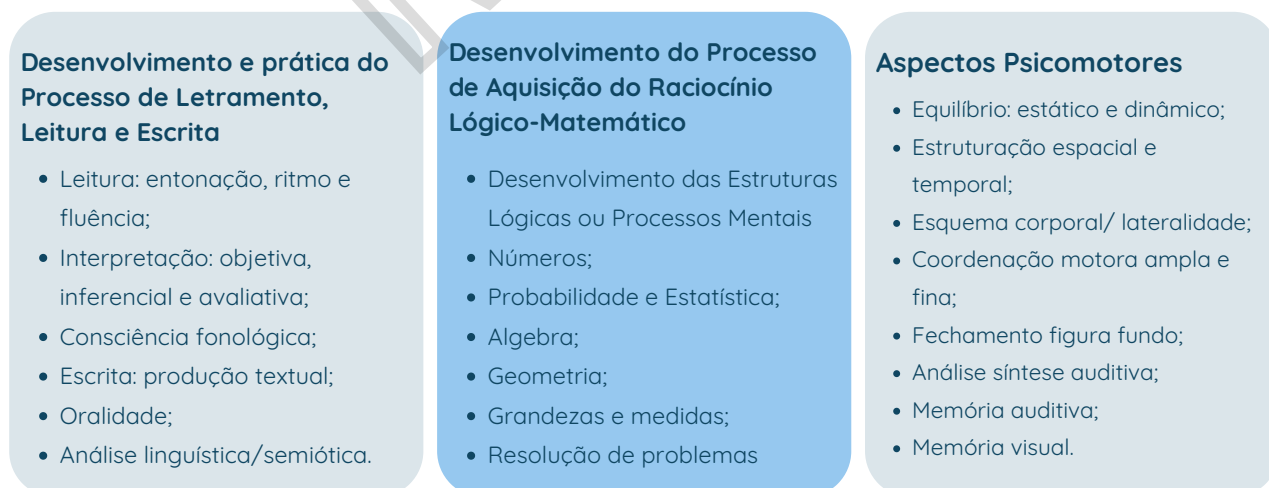


Quanto à estrutura e ao conteúdo, o RAIE deve contemplar diferentes dimensões de análise, articulando aspectos objetivos e subjetivos do processo de escolarização. No âmbito do contexto escolar e histórico, espera-se uma análise criteriosa do histórico escolar do estudante, considerando dados como frequência, mudanças de unidade escolar, eventuais problemas no percurso educacional (troca de professores, déficit de dias letivos, organização do tempo escolar, educação integral), desenvolvimento acadêmico e registros constantes no dossiê escolar. Devem ser considerados os relatos docentes, as avaliações anteriores (em casos de reavaliação) e as ações dos diferentes atores institucionais, como Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional, EEAA, Sala de Recursos e Sala de Apoio à Aprendizagem, quando couber. Esse mapeamento permite compreender a trajetória escolar do estudante, suas permanências, rupturas e as estratégias já empreendidas.

No contexto familiar, o RAIE deve reunir informações que contribuam para a compreensão do estudante em sua totalidade, tais como configuração familiar, condições socioeconômicas, escolaridade dos responsáveis, rotina doméstica, formas de acompanhamento escolar e a percepção da família acerca da solicitação de apoio. Conhecer a história escolar do estudante a partir do olhar da família amplia a análise e favorece a construção de intervenções mais coerentes e compartilhadas.

A síntese do processo de avaliação e intervenção pedagógica e/ou psicológica constitui o núcleo analítico do RAIE. Nesse item, devem ser articulados os dados das entrevistas com professores, as estratégias pedagógicas já adotadas, as respostas do estudante às intervenções, suas formas de aprender, interesses, motivações, dificuldades, entraves e possibilidades no processo de ensino-aprendizagem. Devem ser explicitadas as potencialidades do estudante, os aspectos já superados e aqueles que ainda demandam mediação intencional. Também é relevante descrever o contexto em que ocorreram as avaliações e intervenções (espaços, recursos, profissionais envolvidos), bem como aspectos relacionais, comunicacionais e socioafetivos observados.

Figura 08: Análise dos aspectos Pedagógicos



No campo dos aspectos pedagógicos e psicológicos, a análise deve considerar o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores — percepção, pensamento (generalização, abstração, dedução e inferência), raciocínio e solução de problemas, imaginação, emoção, autoanálise, autoconsciência, atenção voluntária e linguagem — articulando tais funções à periodização do desenvolvimento infantil e aos conteúdos escolares previstos no currículo. Essa análise exige uma leitura dialética do desenvolvimento, compreendendo o estudante em interação com o meio escolar e social, e evitando interpretações fragmentadas ou reducionistas.



Figura 09: Funções Psicológicas Superiores



Figura 09. Exemplos de funções psicológicas superiores a serem referenciadas com marcadores de acompanhamento no processo de aprendizagem dos estudantes. Elaboração GSEAA.

Compete aos profissionais responsáveis pelo relatório a identificação dos elementos , tanto pedagógicos quanto das funções psicológicas, que são relevantes à análise de cada estudante. Os indicadores apresentados são apenas norteadores, portanto, não necessariamente configuram elementos constitutivos do relatório. Os critérios que constituem esse documento devem focar no registro dos avanços identificados frente às intervenções conduzidas, tanto por estratégias pedagógicas personalizadas, como às adaptadas ao contexto escolar que o estudante vivencia.

A conclusão do RAIE deve apresentar uma síntese clara e coerente das potencialidades e fragilidades identificadas no processo de escolarização do estudante, reafirmando o caráter provisório e contextual das análises realizadas.

No que se refere às possibilidades de intervenção e adequação educacional, o RAIE deve propor sugestões concretas e contextualizadas. As recomendações de intervenção devem ser alinhadas ao contexto de desenvolvimento e aprendizagem do estudante, além da indicação de adaptações do processo de escolarização identificadas quando necessárias. As proposições devem dialogar diretamente com as análises realizadas ao longo do relatório, contemplando ações junto à escola, à família e ao próprio estudante, com foco na promoção do desenvolvimento e da aprendizagem.

Por fim, os encaminhamentos internos e externos devem ser apresentados de forma criteriosa, considerando a real necessidade do estudante e a articulação com os recursos disponíveis, tais como projetos interventivos, reagrupamentos, atividades físicas, reforço escolar, Sala de Recursos, Sala de Apoio à Aprendizagem, atendimento complementar em Centro de Ensino Especial e, quando pertinente, encaminhamentos à rede integradora e/ou à área da saúde.

Dessa forma, o RAIE reafirma-se como um instrumento fundamental de mediação pedagógica, planejamento e reflexão coletiva, comprometido com uma educação inclusiva, crítica e socialmente referenciada, em consonância com os princípios que orientam a atuação da EEAA no âmbito da SEEDF.

Estudo de caso



O estágio representado pelo Estudo de Caso deve retratar o registro de todas as intervenções construídas coletivamente, em especial, dos estudantes com dificuldades acentuadas de aprendizagem (com ou sem laudo) que demandem estratégias específicas de adaptação do contexto educacional e que resultem em alterações nas previsões padronizadas de enturmação e/ou de adequação curricular.

Enfatiza-se que frente às especificidades e importância do referido documento, ele precisa ser entendido como um instrumento de responsabilidade de todos os atores do processo de acompanhamento das dificuldades acentuadas de aprendizagem. As diretrizes dos estudos de caso orientam que deve ser elaborado de maneira coletiva e sob responsabilização compartilhada entre: equipe gestora, docentes e serviços de apoio. A EEAA enquanto mediador das ações institucionais dirigidas à promoção de estratégias de fortalecimento dos processos de ensino-aprendizagem também devem participar desta etapa para apoiar a consolidação de estratégias adequadas às diretrizes institucionais de intervenção nos casos previstos.

O relatório de Estudo de Caso é um documento técnico-pedagógico fundamental, utilizado principalmente no contexto da Educação Especial e da inclusão escolar.

As diretrizes institucionais da SEEDF indicam que é um registro que pretende assegurar adequações particularizadas frente a dificuldades acentuadas de aprendizagem, a partir da síntese do desenvolvimento do estudante ao qual se refere e das estratégias pedagógicas desenvolvidas. É, portanto, um documento fundamental para garantia de acesso aos atendimentos diversificados ofertados nesta secretaria. Além disso, é indispensável para garantir que as adaptações curriculares e as flexibilizações sejam personalizadas, evitando a exclusão do estudante dentro da própria sala de aula. Assim, deve ser amparado no documento de Estratégia de Matrícula para alinhar as possibilidades de intervenção previstas por ela e/ou extrapolá-la.

Em essência, esse documento intenciona apresentar o estudante em sua singularidade. Ele não deve ser confundido com um registro clínico, mas sim como uma análise pedagógica que visa:

- Identificar barreiras que prejudicam a participação plena do estudante nos processos educacionais.
- Evidenciar as potencialidades, extrapolando as dificuldades de aprendizagem enfrentadas que demandem adaptações específicas.
- Fundamentar especificidades de atendimento.
- Integrar informações da escola, da família e, quando houver, de profissionais de saúde.

Portanto, a EEAA, em conjunto com demais atores que acompanham as estratégias educacionais particularizadas aos estudantes com dificuldades acentuadas de aprendizagem, colabora com informações e análises que subsidiem a elaboração do documento de Estudo de Caso.

Figura 10. Fluxo de intervenções nos Estudos de Caso

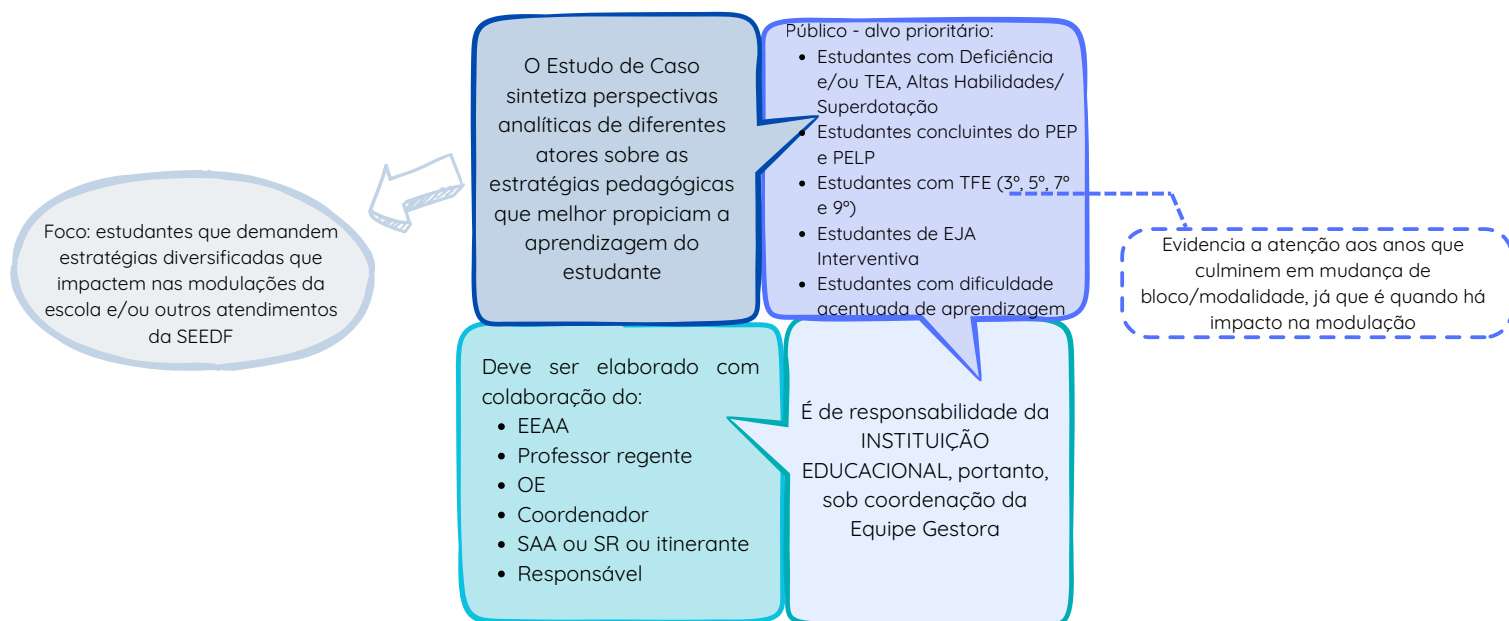


Figura 10: Elaboração GSEAA

Estratégia de Matrícula

A etapa da Estratégia de Matrícula envolve, principalmente, a indicação a diferentes instâncias da SEEDF das possibilidades de enturmação particularizadas, bem como de atendimentos complementares previstos.



Essa etapa, apesar de não ser de responsabilidade das EEAA também pode favorecer o acompanhamento das estratégias educacionais adotadas pela instituição educacional. Portanto, é importante que os profissionais do SEAA tenham acesso a essas medidas visando promover e fortalecer a coesão entre as possibilidades de intervenção dirigidas aos estudantes com dificuldades acentuadas de aprendizagem.

A Estratégia de Matrícula é o documento norteador anual que define as diretrizes para a organização das instituições educacionais e o fluxo de vagas na rede pública de ensino. Já o processo da mediação da estratégia de matrícula pelas instituições de ensino engloba a análise e identificação das demandas específicas de adequação educacional aos estudantes com dificuldades acentuadas de aprendizagem, bem como das demais particularidades de atendimentos que podem ser ofertadas na SEEDF. Este processo envolve o cronograma e os procedimentos para renovação de matrícula, remanejamento, inscrição de novos alunos e transferências. Ainda, contemplam os critérios para a constituição das turmas em todas as etapas e modalidades, incluindo o quantitativo de alunos por sala e as especificidades para turmas integradoras e do ensino especial.

As definições dessas especificidades são reconhecidas coletivamente, em especial pelo colegiado escolar. Assim, equipe gestora, secretaria, equipe docente e demais serviços de apoio devem estar envolvidos na identificação das medidas pedagógicas que favoreçam uma educação inclusiva e diversa que melhor contemplem a realidade da respectiva unidade escolar, bem como das particularidades de atendimento a serem contempladas.

É relevante destacar que a oferta de modalidades diversificadas de atendimento, ajustes especificados no quantitativo de estudantes por turma, além de adequações curriculares configuram-se medidas integradoras que devem apoiar o planejamento de estratégias inclusivas. Esses critérios são amparados legalmente, em especial pelo documento destacado de Estratégia de Matrícula, como norteadores para adaptar o trabalho pedagógico da instituição a realidades diversas.

As EEAA ao acompanharem essas especificidades podem apoiar a consolidação de estratégias educacionais que ampliem os impactos das medidas integradoras. Cientes das múltiplas realidades dos contextos educacionais, podem auxiliar na consolidação de recursos e estratégias que alcancem a amplitude de necessidades de aprendizagem que a respectiva comunidade escolar demande.

ESTRATÉGIA DE MATRÍCULA

FIGURA 11. MODALIDADES DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E DE ENTURMAÇÃO PREVISTAS NA ESTRATÉGIA DE MATRÍCULA DA SEEDF

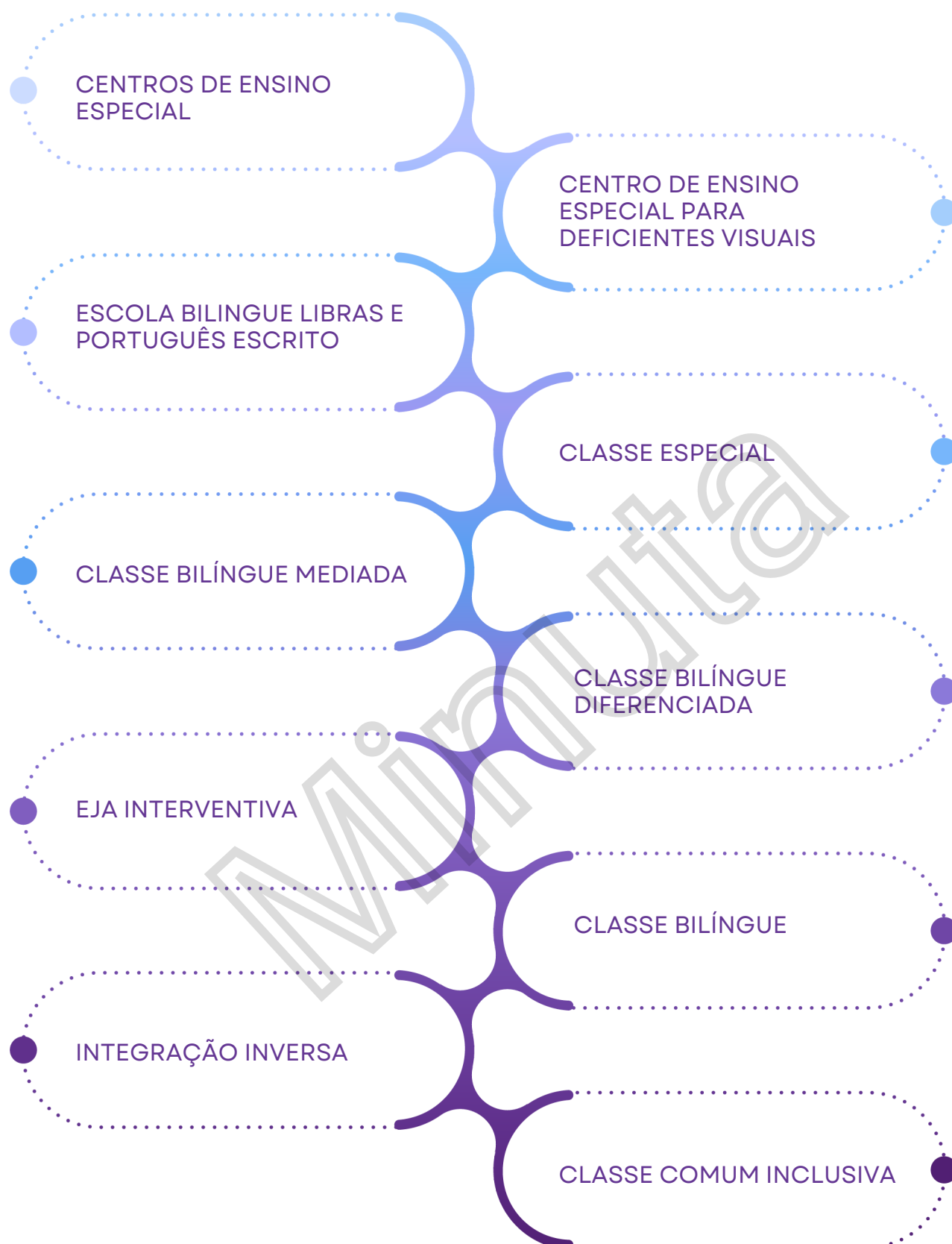


Figura 11: Elaboração GSEAA

Atendimentos Complementares

O atendimento complementar ofertado pela SEEDF deve coadunar com as previsões legais e orientações institucionais de cada modalidade. Assim, após análise das possibilidades de suporte para a respectiva dificuldade de aprendizagem, a EEAA poderá apoiar através de orientações e, junto às equipes gestora e docente, mediar os encaminhamentos aos serviços ofertados.



Atendimentos
complementares

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) oferece atendimentos complementares e suplementares para estudantes com demandas específicas de aprendizagem, visando garantir a inclusão e o desenvolvimento pedagógico. O acesso a esses atendimentos geralmente ocorre após uma avaliação pedagógica, seguidos pelo estudo de caso.

Os principais serviços ofertados são:

- Programa de Educação Precoce: Focado no atendimento de crianças de 0 a 3 anos e 11 meses que apresentam atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, deficiências confirmadas ou riscos biológicos (como a prematuridade). A finalidade do programa é estimular as potencialidades da criança em seus aspectos cognitivos, afetivos, sociais e psicomotores, visando minimizar os impactos de deficiências e prevenir o agravamento de atrasos no desenvolvimento.
- Sala de Recursos (SR): O principal atendimento de caráter complementar e/ou suplementar, realizado em turno inverso ao do ensino regular. Atende estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades / Superdotação.
 - a. generalista:
 - i. Público-alvo: Estudantes com Deficiência Intelectual (DI), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Deficiência Física (DF).
 - ii. Foco: Atendimento pedagógico que visa eliminar barreiras à aprendizagem e à participação, desenvolvendo competências cognitivas e sociais. No Ensino Médio, podem ser organizadas por áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, etc.).
 - b. específica DA
 - i. Público-alvo: Estudantes surdos ou com deficiência auditiva.
 - ii. Foco: Desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e do Português Escrito como segunda língua. Inclui o uso de tecnologias assistivas e sistemas de FM para otimizar a percepção sonora e a comunicação
 - c. específica DV
 - i. Público-alvo: Estudantes cegos ou com baixa visão.
 - ii. Foco: Ensino do Sistema Braille, técnicas de Orientação e Mobilidade, uso do Soroban para cálculos e adaptação de materiais com recursos ópticos e não ópticos. O objetivo é garantir a autonomia no ambiente escolar e o acesso aos conteúdos curriculares.
 - d. altas habilidades/ superdotação
 - i. Público-alvo: Estudantes que apresentam potencial elevado em áreas intelectuais, acadêmicas, artísticas ou psicomotoras.
 - ii. Foco: Diferente das anteriores, este atendimento é suplementar. Utiliza o Modelo de Enriquecimento Escolar, permitindo que o aluno aprofunde pesquisas e projetos em seus grupos de interesse, estimulando a criatividade e o envolvimento com tarefas complexas.

- Programa de atendimento interdisciplinar complementar no CEE: o atendimento interdisciplinar complementar, oferecidos nos Centros de Ensino Especial (CEE) da SEEDF, são um serviço de suporte especializado que atua de forma integrada à prática pedagógica para estudantes com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento. A finalidade do atendimento perpassa oferecer suporte técnico-pedagógico por meio de uma equipe multiprofissional para potencializar o processo de ensino-aprendizagem.
- Sala de apoio à aprendizagem: são espaços de intervenção pedagógica específica destinados a estudantes da rede pública de ensino que apresentam dificuldades acentuadas na aquisição da leitura, escrita e conceitos matemáticos básicos. A finalidade contempla oferecer suporte intensivo e temporário para consolidar as competências de alfabetização e letramento, evitando que o estudante acumule lacunas pedagógicas ao longo da trajetória escolar

Intencionalidades no atendimento das Salas de Apoio à Aprendizagem:

A Sala de Apoio à Aprendizagem da SEEDF configura-se como um espaço de intervenção pedagógica preventiva e proativa. Sua finalidade central é oferecer um atendimento diversificado aos estudantes da educação básica que demonstram dificuldades acentuadas de aprendizagem ou comportamentais com impacto no processo de escolarização. As intervenções são dirigidas para atuar de forma integral, compreendendo que o melhoria da aprendizagem escolar depende da harmonia entre as competências cognitivas, físicas e sociais. Para além do suporte curricular, o atendimento visa o desenvolvimento global do estudante por meio dos seguintes pilares:

- Superação de Defasagens Pedagógicas: Utilização de metodologias diferenciadas para consolidar habilidades de leitura, escrita e matemática, respeitando o ritmo individual e garantindo o direito à educação plena.
- Fortalecimento da Integração entre Pares: Os atendimentos são ofertados de maneira coletiva estimulando a convivência, colaboração e comunicação entre pares. A integração é incentivada para que o estudante aprenda a respeitar turnos de fala, compartilhar materiais e construir conhecimentos coletivamente, fortalecendo seu sentimento de pertencimento.
- Adaptação aos Estímulos Ambientais: Muitos estudantes enfrentam desafios ao processar o excesso de estímulos do ambiente (ruídos, luminosidade, excesso de estímulos visuais). O trabalho pedagógico alcança ainda o gerenciamento de emoções e reações sensoriais. Ao organizar o manejo de estímulos do ambiente, é possível aprimorar o processamento de informações, foco e atenção para os processos de aprendizagem.
- Estímulo à Propriocepção: Refere-se à capacidade de o estudante perceber seu próprio corpo no espaço (postura, força e movimento) sem a necessidade da visão. Na SAA, trabalhar a propriocepção é fundamental para o controle motor fino (escrita) e a consciência corporal, o que pode impactar na inquietude motora e favorecer a concentração.

Figura 12. Fluxo de ações nos atendimentos conduzidos pela SAA

Atendimentos pela

SAA

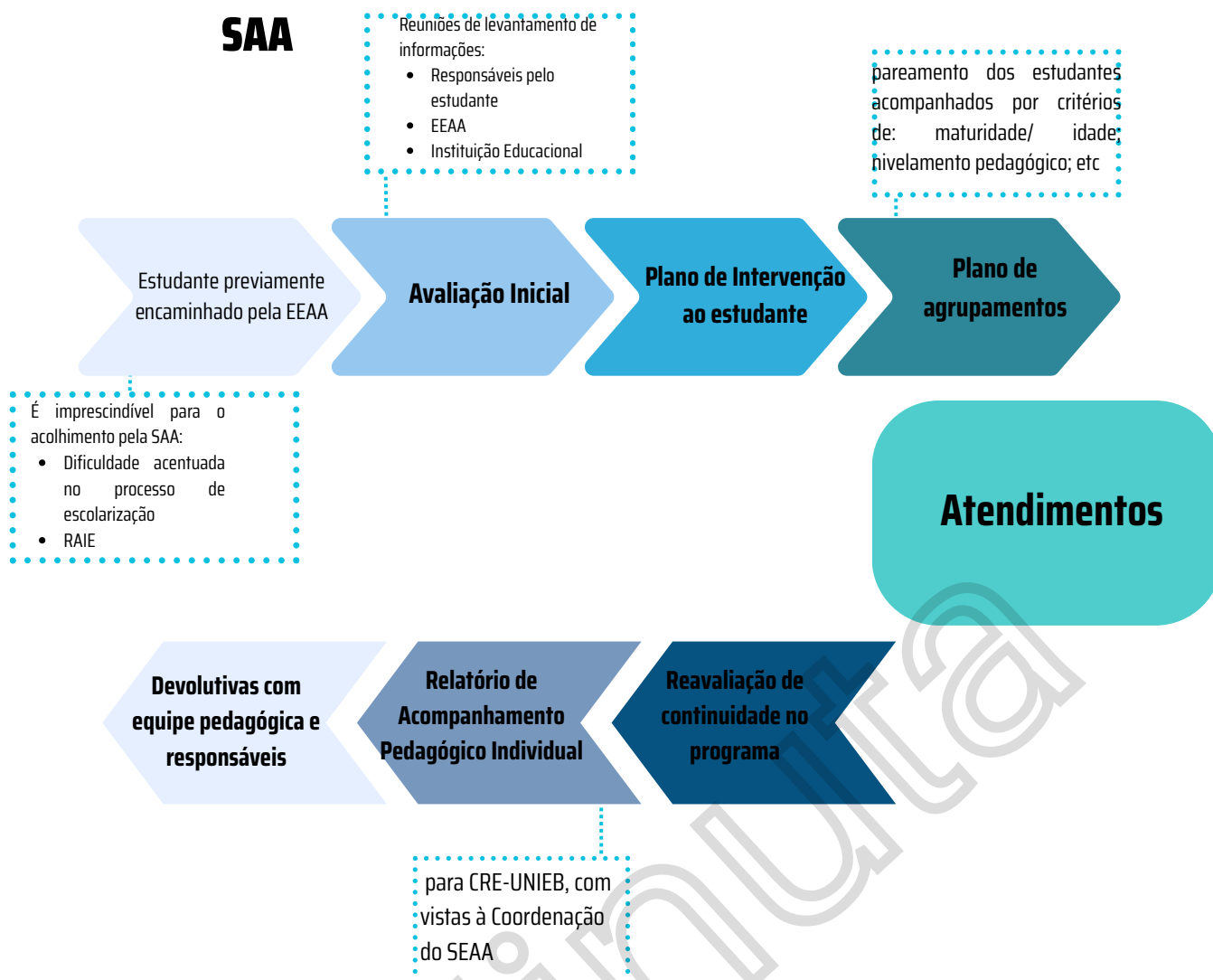


Figura 12.: Elaboração GSEAA

Critérios de Atendimento e Fluxo de Trabalho:

As funções do professor atuante na SAA abrangem desde a avaliação inicial e o planejamento de mediações pedagógicas até a elaboração do Plano de Intervenção Individual. Este último deve basear-se no Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional (RAIE) e ser revisado continuamente. Adicionalmente, compete ao docente a organização de agrupamentos por critérios de idade e nível pedagógico, a participação na realização do estudo de caso e a elaboração do Relatório de Acompanhamento Pedagógico Individual, com as devidas devolutivas à equipe escolar e família.

As Salas de Apoio à Aprendizagem poderão ser iniciadas nas instituições educacionais que cumpram os critérios previstos na portaria vigente que oriente às condições de abertura.

Ainda, poderão ser organizadas em polos de atendimento que contemplem estudantes de diferentes instituições educacionais, segundo previsões da respectiva regional de ensino. É de grande relevância que os critérios de agrupamento das instituições atendidas por polo sejam acompanhados pela respectiva Itinerância da SAA e Coordenação Intermediária do SEAA.

O atendimento ofertado aos estudante é, a priori, semestral, podendo ser prorrogado conforme avaliação dos profissionais do SEAA responsáveis pelo encaminhamento. Ainda, deve seguir parâmetros específicos de organização, previstos em estratégia de matrícula, portanto, podendo seguir revisão anual da estratégia matrícula vigente.



Os atendimentos ofertados pelas SAA serão realizados prioritariamente:

- Grupos de até 4 estudantes;
- No caso de grupos com estudantes que apresentam TC ou TOD, os agrupamentos serão de, no máximo, 3 estudantes (dos quais apenas um dos estudantes poderá apresentar o quadro especificado acima);
- O atendimento de cada estudante será composto por 3 encontros semanais, com 1 hora-aula, facultado um atendimento de 2 horas-aulas.

Obs.:

1- O público-alvo da SAA são estudantes com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou comportamentais com impacto no processo de escolarização. Porém, o atendimento na SAA é complementar as intervenções ofertadas na escola, não configurando reforço escolar. Portanto faz-se imperioso o encaminhamento do estudante após ofertado todos os projetos e programas institucionais e acompanhamento da EEAA, com devido relatório especificando esses acompanhamentos.

2- ressalta-se que o critério de que o atendimento aos estudantes das Escolas do Campo deverá ser garantido em suas instituições educacionais.

3- podem ser revisados os critérios de agrupamento dos atendimentos frente a particularidades dos atendimentos.

Para a viabilização do atendimento, é imprescindível dificuldade acentuada de aprendizagem (não atendido por Sala de recursos) e apresentação do RAIE, bem como o encaminhamento da Equipe Especializada da IE de origem do estudante. A atuação da SAA é formalizada por meio dos seguintes documentos:

- Plano de Ação da SAA: Síntese do planejamento para as intervenções anuais em nível institucional e de atendimentos aos estudantes, alinhada ao Currículo em Movimento e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Ficha de Captação e Termo de Compromisso: Documentos de controle de fluxo e anuência formal dos responsáveis legais.
- Plano Interventivo: Registro individualizado de estratégias e resultados observados, servindo como histórico do desenvolvimento do educando.
- Relatório de Acompanhamento Pedagógico Individual: Síntese das intervenções individuais conduzidas a cada estudante e o impacto das ações dedicadas no processo de aprendizagem.

Dimensões de Atuação do SEAA

A atuação do serviço estrutura-se em três dimensões articuladas, concebidas como processos contínuos, avaliativos e interventivos: Mapeamento Institucional (MI), Assessoria ao Trabalho Coletivo e Acompanhamento do Processo de Ensino e Aprendizagem. Essas dimensões não se configuram como etapas estanques, mas como movimentos interdependentes que se retroalimentam, constituindo um ciclo permanente de análise, reflexão e ação.

- O Mapeamento Institucional: possibilita a leitura crítica da realidade escolar, identificando potencialidades, fragilidades e contradições que atravessam o cotidiano educativo. Trata-se de um processo que vai além da coleta de dados, pois implica compreender as condições históricas, sociais e culturais que estruturam a instituição, permitindo que a intervenção seja contextualizada e significativa.;
- A Assessoria ao Trabalho Coletivo: reafirma a centralidade da corresponsabilidade e da cooperação entre os sujeitos da escola. Mais do que apoiar tecnicamente, essa dimensão busca fomentar práticas de diálogo, reflexão e tomada de decisão compartilhada, reconhecendo que a transformação institucional depende da construção coletiva de sentidos e da valorização das relações sociais que sustentam o processo educativo;
- O Acompanhamento do Processo de Ensino e Aprendizagem, por sua vez, desloca o foco da avaliação meramente classificatória para uma perspectiva formativa, centrada no acompanhamento crítico das trajetórias dos estudantes e das práticas pedagógicas. Esse acompanhamento valoriza a mediação docente e a intencionalidade pedagógica, promovendo intervenções que ampliem as possibilidades de aprendizagem e assegurem o direito à educação em sua plenitude.

Essas três dimensões pressupõem uma concepção de avaliação integrada à investigação e à intervenção, que não se limita a mensurar resultados, mas se orienta para oferecer subsídios concretos ao processo educacional. Nesse horizonte, a avaliação assume seu verdadeiro sentido: ser instrumento de transformação institucional, de democratização dos saberes e de fortalecimento da escola como espaço de inclusão, equidade e emancipação.

Essas dimensões pressupõem uma avaliação que integra investigação e intervenção, valorizando a mediação e a corresponsabilidade dos sujeitos no desenvolvimento institucional. Nessa proposta, o verdadeiro sentido da avaliação será o de oferecer subsídios ao processo educacional.

Figura 13: Dimensões de Atendimento do SEAA

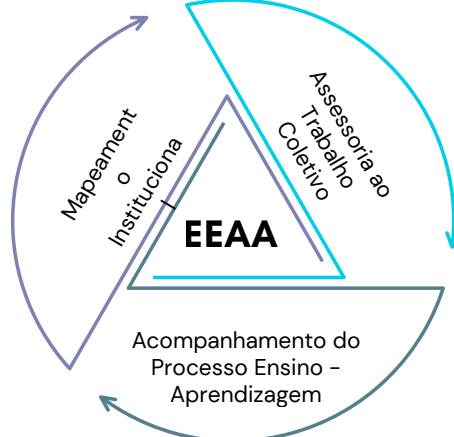


Figura 13: Elaboração GSEAA

As três dimensões se relacionam continuamente, levando a um fluxo de ações que se retroalimentam, à medida que as limitações e barreiras nos processos de ensino-aprendizagem são superadas. Ainda, esse fluxo deve favorecer que as intervenções individuais sejam continuamente superadas pelas estratégias coletivas, privilegiando que a apropriação de práticas inclusivas e diversas sejam um consenso. Ao integrar recursos e estratégias metodológicas que possam alcançar às diversas demandas de um contexto escolar, os recursos individualizantes e segregadores podem se tornar cada vez mais obsoletos.

Mapeamento Institucional

O Mapeamento Institucional (MI) é uma das três dimensões fundamentais de atuação dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem (SEAA) da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), ao lado da assessoria ao trabalho coletivo e do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem.

É um processo que visa trazer um reconhecimento integral da instituição educacional e das potenciais demandas de atuação do SEAA. É fundamental resgatar o papel de articulação das equipes em busca de coesão entre as ações dos diferentes atores do espaço escolar, para uma educação efetivamente inclusiva e integradora.

O Mapeamento Institucional (MI) constitui-se como ferramenta central da atuação preventiva e institucional das SEAA. Seu objetivo é possibilitar a compreensão aprofundada do contexto escolar, considerando aspectos administrativos, pedagógicos, sociais, culturais e familiares (Orientação Pedagógica do SEAA, DISTRITO FEDERAL, 2010).

O MI subsidia a elaboração do Plano de Ação dos SEAA e deve ser realizado no início do ano letivo, sendo atualizado continuamente, em razão do caráter dinâmico da instituição educacional. O processo de mapeamento, portanto, é composto por levantamentos dos cenários de atuação direcionando ao desenho do Plano de Ação da SEAA. É fundamental que o plano de ação tenha consonância com as demandas institucionais, assim, o mapeamento revela-se um processo estratégico de apropriação das relações e realidades que compõem aquele espaço para “uma atuação intencional, sistematizada, adequadas às necessidades da UE (sic)”. (OP, pág. 69)

O Mapeamento Institucional foi ampliado para o contexto multidisciplinar das SEAA. Ele constitui a etapa inicial e contínua do trabalho, funcionando como uma ferramenta para conhecer, refletir e analisar o contexto de intervenção da equipe. O objetivo principal é identificar as dinâmicas da instituição educacional para que as intervenções não sejam apenas focadas no estudante individualmente, mas sim em todos os aspectos do contexto que interferem na aprendizagem.

Para realizar um MI eficaz, a equipe deve buscar respostas para questões que revelam a identidade e o funcionamento da escola, tais como:

- Qual a história da instituição educacional (quais os acontecimentos importantes, em que contexto foi fundada)?
- O que dizem o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e outros documentos que regem o funcionamento da instituição?
- Como a escola se organiza fisicamente e funcionalmente (espaços, turnos, turmas, localização)?
- Como se dão os vínculos e as comunicações entre os diversos atores (gestores, professores, estudantes, famílias)?
- Quais são a sua filosofia, sua missão e seus objetivos? São evidenciados no cotidiano da instituição educacional?

- Como tais concepções são vivenciadas e praticadas pelos diferentes atores da instituição educacional?
- Qual a conjuntura social, política e econômica na qual a instituição educacional se insere?

A operacionalização do mapeamento no nível local (na escola) envolve responsabilidades específicas das EEAs:

- **Análise Documental e Observação:** investigar convergências, conflitos ou avanços a partir da leitura de documentos e da observação direta das práticas escolares.
- **Identificação de Barreiras:** avaliar os fatores que podem estar dificultando o sucesso escolar, sejam eles de ordem administrativa, pedagógica ou relacional.
- **Visão Multidisciplinar:** o mapeamento deve integrar os olhares da Psicologia e da Pedagogia para promover uma reflexão do grupo escolar que ajude a superar situações de dificuldades escolares.

Em suma, o Mapeamento Institucional é o que permite aos SEAs traçar as estratégias de intervenção e atuar de forma preventiva e institucional, garantindo que as estratégias de apoio à aprendizagem sejam coerentes com a realidade e as necessidades específicas de cada comunidade escolar.

Minuta

Figura 14: Eixos estruturantes do mapeamento institucional

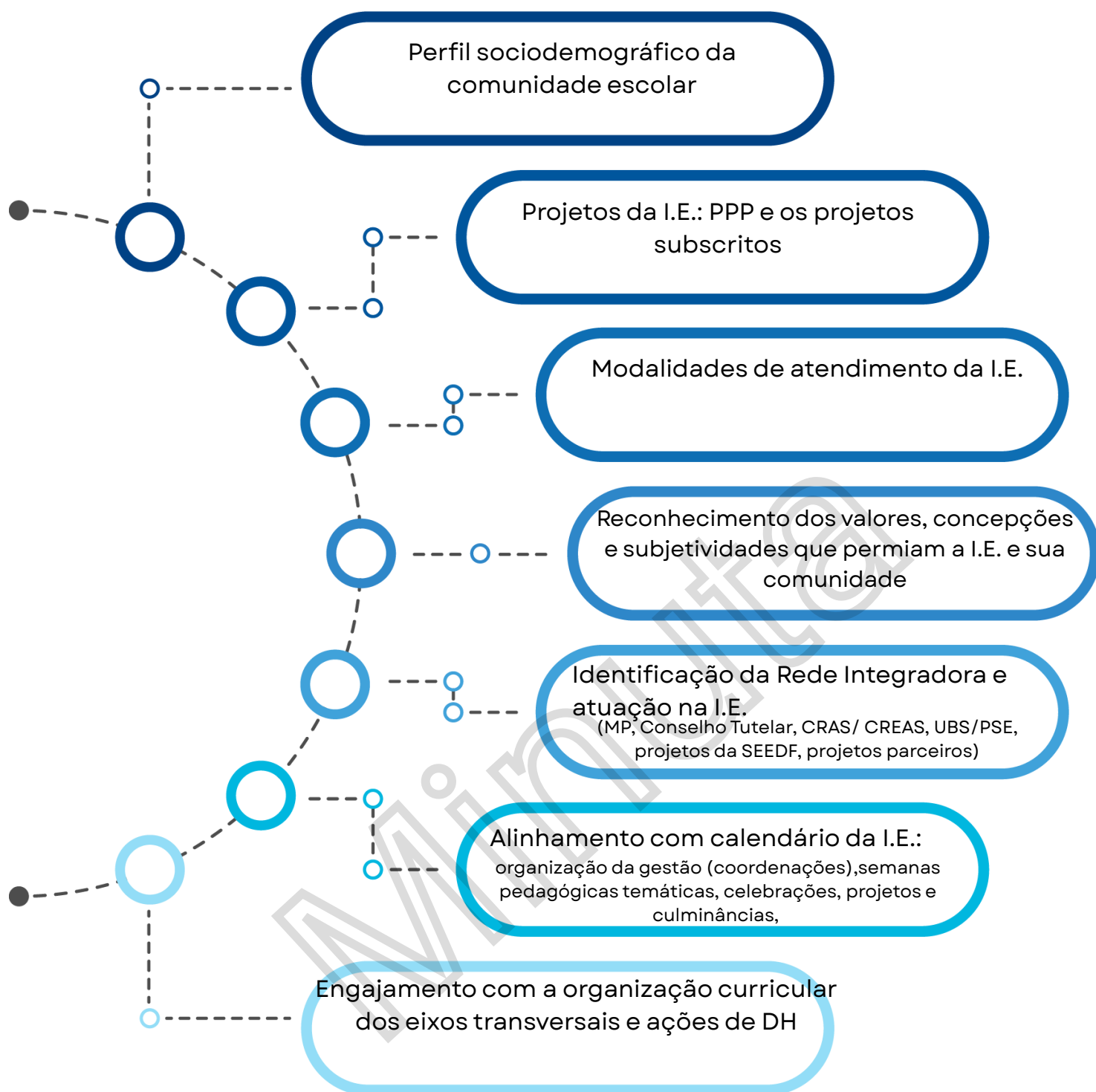


Figura 14.: Elaboração GSEAA

Plano de Ação

Documento que orienta objetivamente e transversalmente a atuação do SEAA, além de traçar as metas de intervenção do profissional na respectiva Instituição Educacional para o ano letivo. O plano de ação deve integrar o Projeto Político-Pedagógico da instituição educacional e estar plenamente articulado com suas metas e estratégias, associando-as aos planos e projetos de políticas educacionais distritais e nacionais.

O plano de ação dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem (SEAA) é um instrumento fundamental para a transparência e o controle das políticas públicas educacionais na SEEDF. Ao formalizar metas, metodologias e cronogramas integrados ao PPP, o documento deixa de ser apenas um guia técnico para se tornar um registro oficial que permite à gestão e à comunidade escolar monitorar a eficácia das intervenções do SEAA. Essa sistematização garante que a atuação dos profissionais esteja alinhada às diretrizes governamentais, subsidia os processos de governança institucional e assegura a continuidade de estratégias voltadas para a melhoria dos processos de escolarização dos estudantes.

O Ministério da Educação, através do PDDE Interativo, organizado em programas, sistematiza ferramentas de apoio ao desenvolvimento pedagógico. A atuação deste Serviço converge com o “Programa Escola Acessível” enquanto promotor de condições de acessibilidade aos recursos didáticos e pedagógicos, além de incentivar a comunicação e informação na unidade escolar. Além de fomentar o “Programa Mais Alfabetização”, através do assessoramento do trabalho coletivo visando a integração dos programas e consolidação das transversalidades.

Em 2024, foi disponibilizado pela SEEDF o novo Planejamento Estratégico Institucional – PEI (2024–2027), cuja finalidade perpassa a integração entre diferentes Unidades e Serviços, em prol do melhor caminho a ser seguido pela Instituição. O Mapa Estratégico, traçado no referido documento, retrata no Objetivo Estratégico 13 – Educação – “Proporcionar educação de excelência, inclusiva e pautada na Educação em Direitos Humanos para a formação cidadã e preparação para o mundo do trabalho”, descrevendo, ainda, a iniciativa do SEAA: “Implementação de projetos no Plano de Ação dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem (SEAA), pautados na Educação em e para Direitos Humanos, tendo como base o “Guia de Valorização da Vida – Orientações e prevenção ao bullying, automutilação e suicídio”.

A organização do plano de ação contempla, ainda, a oportunidade de síntese de algumas das intervenções do SEAA. O referido documento visa esclarecer as possibilidades de atuação ao longo do ano letivo, entretanto, sem limitar a flexibilidade de redefinição das prioridades. A opção por relativizar o planejamento das ações, está também prevista nos documentos norteadores listados e formalizada na diretriz “ofertar uma política pública de ensino de acordo com a necessidade de cada especificidade da rede” (Currículo em Movimento). Assim, reitera-se que as intervenções previstas representam sugestões e estão sujeitas tanto à avaliação da profissional do SEAA quanto à relevância para a referida Instituição Educacional, no momento oportuno.

Em nível local, o referido documento visa elucidar à Comunidade Escolar algumas das diretrizes do SEAA e traçar as metas de atuação para a EEAA e para SAA na Instituição de Ensino, a cada ano.

Assessoria ao Trabalho Coletivo

A Assessoria ao Trabalho Coletivo visa propiciar a conscientização dos processos educativos, a partir da análise crítica da identidade profissional dos atores da escola, especialmente do corpo docente. Suas ações ocorrem nos tempos e espaços coletivos, como coordenações pedagógicas, conselhos de classe, reuniões pedagógicas e eventos institucionais, contribuindo para a ressignificação das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes (DISTRITO FEDERAL, 2010).

Nesta dimensão, o plano de ação se concretiza por meio de propostas de atuação e intervenções que têm por finalidade instrumentalizar os colaboradores e, sobretudo no nível local, o corpo docente, no estudo, planejamento, operacionalização e avaliação de ações educacionais intencionalmente concebidas.

A dimensão de Assessoria ao Trabalho Coletivo pode ser organizada em dois eixos principais:

Estratégias de Intervenção Institucional - Formação Continuada

Conscientização dos processos educativos, o que envolve realizar coletivamente a análise crítica, revisão e reajuste das intervenções propostas.

- Contribuir com conhecimentos especializados acerca dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem;
- Favorecer a tomada de consciência, por parte dos atores da instituição educacional, acerca de sua história, sua identidade e de suas potencialidades para atuação;
- Compreender, com profundidade, como trabalham os atores da instituição educacional, o que pensam e como contribuem para desenvolvimento escolar;
- Promover a manutenção de espaços de reflexão, capazes de favorecer a ressignificação das concepções de desenvolvimento, de aprendizagem, de ensino, de avaliação, dentre outras;
- Contribuir com a formação continuada dos professores, viabilizando a aquisição de conhecimentos teóricos, o desenvolvimento de habilidades e de recursos para a mobilização de competências, e a construção de conhecimentos que atendam às especificidades do contexto de cada instituição educacional.
- Oferecer saberes técnicos sobre desenvolvimento humano e as dinâmicas da aprendizagem;
- Assessorar a direção e a comunidade escolar na criação de reflexões que facilitem a tomada de decisões e a implementação de estratégias administrativo-pedagógicas (apoio à gestão);
- Contribuir diretamente com a formação do corpo docente, ajudando a discutir e construir novas metodologias de ensino;
- Estimular a autopercepção dos profissionais da escola sobre sua trajetória, identidade e capacidades de intervenção.

Ações para avaliação e suporte

Instrumentalizar a equipe escolar para ações de ensino intencionalmente planejadas e efetivamente inclusivas e diversas no cotidiano.

Dessa forma fornecer subsídios para que sejam formadas intervenções tanto coletivas, quando individuais a partir da valorização dos saberes docentes e suas práticas, estimulando inovações na metodologia do trabalho. Portanto:

- Promover momentos de reflexão acerca da forma pela qual se dá a aplicação de métodos e de técnicas pedagógicas, por parte do corpo docente, assim como na prática diária de sala de aula, na realização de projetos interdisciplinares, entre outros.
- Analisar coletivamente os impactos do cotidiano na comunidade escolar, para adaptação dos projetos institucionais;
- Promover a consolidação de estratégias de adequação dos espaços, recursos e processos de ensino para um cotidiano com práticas educacionais adaptadas a múltiplas realidades de aprendizagem;
- Apoiar a construção de processos avaliativos que priorizem as potencialidades dos estudantes;
- Compreender as lacunas que fragilizam os processos de ensino;
- Promover materiais de apoio que subsidiem a consolidação dos processos de ensino-aprendizagem convergentes com o Currículo em Movimento;
- Contribuir com ações que orientem a promoção do desenvolvimento e saúde dos estudantes, em consonância com projetos integrados (PSE e Guia de Valorização da Vida);
- Mediar a interlocução entre diferentes atores que impactam nos processos de ensino-aprendizagem;
- Analisar detalhadamente as práticas e o pensamento dos educadores, compreendendo como colaboram para o fortalecimento do processo educativo;
- Sustentar momentos de diálogo e reflexão que permitam revisar e dar novos sentidos às visões sobre ensino, avaliação e desenvolvimento;
- Atuação junto às coordenações pedagógicas, conselhos de classe, reuniões de pais e mestres e outros projetos escolares;
- Promover a análise crítica da identidade profissional e melhorar os processos de comunicação e inter-relações entre os membros da escola;
- Identificar os espaços de convergência com redes interinstitucional e integradora.

A Assessoria ao Trabalho Coletivo é uma das dimensões centrais de atuação dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem (SEAA) na Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Diferente de modelos tradicionais focados apenas no estudante, essa frente busca intervir na dinâmica da escola para fortalecer o grupo de educadores e gestores.

Figura 15. Dimensões gerais do eixo Assessoria ao Trabalho Coletivo



Figura 15: Elaboração GSEAA

Acompanhamento do Processo de Ensino e Aprendizagem

O Acompanhamento do Processo de Ensino e Aprendizagem é etapa que envolve a revisão e reajuste das intervenções propostas com ao intuito de promover "momentos de reflexão acerca da aplicação de métodos e de técnicas pedagógicas, por parte do corpo docente, assim como na prática diária de sala de aula, na realização de projetos interdisciplinares, entre outros." (OP, p. 72).

Essa dimensão ocorre de forma integrada às demais e objetiva a reflexão sobre o planejamento, a execução e a avaliação das práticas pedagógicas. Também, visa fomentar a continuidade das reflexões sobre "concepções de desenvolvimento, de aprendizagem e de ensino que são subjacentes às práticas pedagógicas e que podem ser mediadas em discussões junto aos professores;" (OP, p.72)

No acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, planeja-se as intervenções que culminam das contradições do processo educativo que permanece atrelado a conquista de padrões de desempenho acadêmico. Como já explorado ao longo do presente documento, o modelo educacional do DF ainda não alcançou os marcos representativos de uma educação efetivamente inclusiva e diversa, uma vez que essas mudanças envolvem romper com paradigmas que predominam nas estruturas educacionais. Assim, nessa transição entre processos metodológicos fundamentais, insere-se algumas possibilidades de adaptação e adequação dos contextos educativos, visando aproximar-se dos novos ideais.

As adaptações dos processos educacionais envolvem a análise dos espaços, metodologias e contextos de ensino-aprendizagem para organização de estratégias que inovem os recursos e favoreçam as aprendizagens. Por sua vez, as adequações pedagógicas referem-se a particularizações dos planos educacionais para alcançar situações de aprendizagem que se diferenciam de maneira mais acentuada. Assim, as estratégias dessa dimensão, necessariamente derivam da contínua avaliação coletiva dos processos educacionais, mas trazem implicações mais personalizadas para suprir dificuldades acentuadas de aprendizagem.

As intervenções estruturadas neste eixo devem, necessariamente, estar relacionadas à atuação em rede. Frente às dificuldades particulares de aprendizagem, é inerente a compreensão de que são também reflexo de todos os contextos que permeiam o processo de ensino-aprendizagem. Assim, não é possível intervenções eficazes que sejam restritas a ações individualizantes.

Todavia, faz-se necessário atenção e cuidado sobre as implicações das análises e reflexões aqui propostas. A atuação em rede, não exclui a perspectiva de culminâncias personalizadas a realidades particulares de ensino-aprendizagem. A condução de adequações pedagógicas ainda é imprescindível, especialmente, diante das contradições de construção da educação inclusiva e diversa. Mas essa transição implica, também, em inicialmente consolidarem as intervenções sobre os múltiplos fatores que afetam o processo educacional.

Níveis de Atuação do SEAA

Figura 16. Níveis de atuação do SEAA na SEEDF

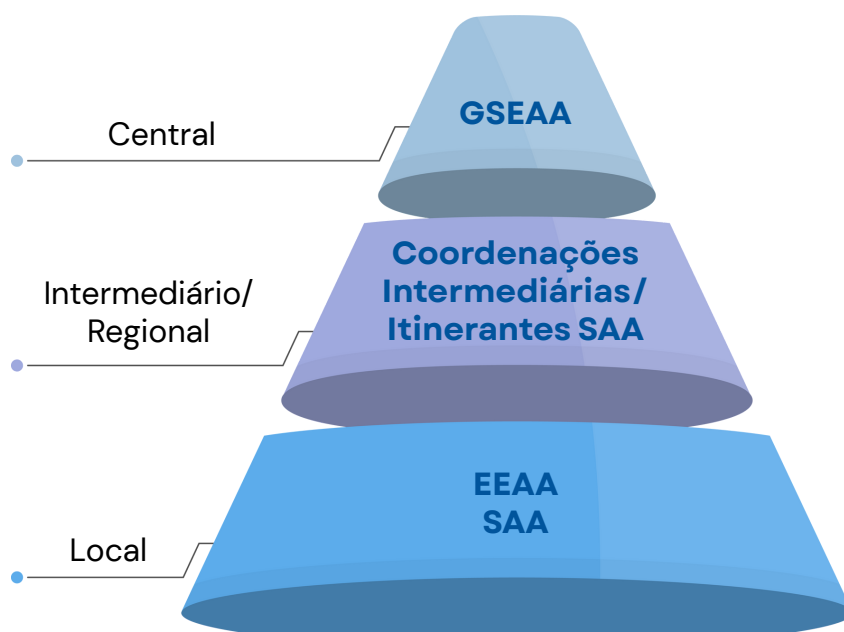


Figura 16: Elaboração GSEAA

O Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) na SEEDF organiza-se em três níveis para garantir que as políticas pedagógicas cheguem efetivamente à sala de aula.

1. Nível Central (Gestão Estratégica)

Contemplado pela Gerência do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem – GSEAA, este nível possui um foco gerencial e normativo.

- Formula as diretrizes pedagógicas, elabora orientações técnicas e acompanha o desenvolvimento do serviço em todo o DF.
- Gerencia a implementação de políticas e a formação continuada dos profissionais.

2. Nível Intermediário/ Regional (Gestão de Apoio)

Representado pelas Coordenações Intermediárias (CIs), ainda, encontram grande convergência nas Itinerantes das SAAs

- Atuam como uma ponte entre a GSEAA e os profissionais que atuam *in loco*. São responsáveis por supervisionar a aplicação das normas e oferecer suporte técnico às equipes locais.
- Realizam função gerencial-operacional. Acompanham os indicadores das escolas da sua região, mediam impasses administrativos ou técnicos que o nível local não consegue sanar sozinho.

3. Nível Local (Operacional e Executivo)

Ocorre dentro das Instituições de Ensino, por meio das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAAs) e Salas de Apoio à Aprendizagem (SAAs).

- É onde o serviço de fato acontece. Os profissionais (pedagogos e psicólogos escolares) realizam as intervenções institucionais, o assessoramento aos professores e o acompanhamento dos estudantes.
- O foco está na execução direta das estratégias pedagógicas e no suporte cotidiano ao processo de ensino-aprendizagem.

Ações Práticas no Nível Central

A Gerência de Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (GSEAA) é o setor da área central responsável pelo acompanhamento, orientação e elaboração de ações e políticas relativas ao Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem na Rede Pública de Ensino no Distrito Federal. Sua atuação se insere no âmbito estratégico, orientando diretrizes, decisões e processos institucionais. Nesse nível, caracteriza-se pela definição de prioridades, pela coordenação de ações e pelo alinhamento às políticas educacionais.

A GSEAA é responsável por:

- acompanhar e orientar as ações desenvolvidas pelos profissionais que atuam nas EEAA e SAA;
- participar, juntamente com o coordenador intermediário das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem e itinerantes das Salas de Apoio à Aprendizagem, de ações específicas a serem desenvolvidas com as EEAA e SAA;
- realizar reuniões mensais para orientação técnica com os coordenadores intermediários EEAA e Itinerantes SAA;
- realizar visitas as Coordenações Regionais de Ensino para supervisão técnica;
- incentivar, promover e executar a formação continuada por meio dos Encontros de Articulação Pedagógica (EAP) Formativos;
- participar de estudo de caso como membro da Comissão Central Permanente de Estudo de Caso – CCPEC conforme Portaria Nº 953 de 23 de setembro de 2022;
- elaborar documentos normativos sobre o trabalho das EEAA/SAA;
- emitir pareceres técnicos;
- promover ações formativas para o SEAA como fóruns e jornadas;
- Realizar processo de Aptidão para profissionais pedagogos que desejam habilitação para atuar como pedagogo EEAA, Professor SAA e Itinerante SAA;
- Condução e participação na elaboração de portarias, normativos e diretrizes que regulamentam o SEAA;
- Promoção de políticas públicas para atuação do SEAA
- Autorização para abertura de Salas de Apoio à Aprendizagem junto a CRE (Uniplat, Unieb, Unigep);
- Promover, em parceria com a EAPE, UnB e/ou outras Instituições de Ensino Superior, cursos de formação continuada destinados aos profissionais das EEAA/SAA;
- Executar quaisquer outras atividades que se relacionem à gestão central das EEAA.
- Avaliar o impacto dos Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem (SEAA) na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, considerando a qualidade e a efetividade das ações prestadas, com vistas à proposição de melhorias, ao aperfeiçoamento contínuo e à manutenção das práticas que se mostram exitosas.

Ações Práticas no Nível Intermediário - Coordenador Intermediário

Coordenadores Intermediários do SEAA: Atuam na coordenação, capacitação e supervisão intermediária do SEAA, e, em especial, às ações relacionadas à adequada operacionalização do Serviço. Sua atuação situa-se no nível tático, desempenhando papel de mediação entre as diretrizes estratégicas e a execução das práticas no nível operacional. São também suas responsabilidades:

- Promover, articular e acompanhar programas, projetos e ações, relativos ao Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, nas IE vinculadas. Sendo assim, ressalta-se a importância da realização de visitas às escolas para acompanhamento e orientações a respeito do SEAA, junto aos profissionais que atuam no mesmo e equipe gestora.
- Promover os Encontros de Articulação Pedagógica (EAP), conforme portaria de atuação vigente;
- Participar de reuniões mensais com o nível central, ou quando solicitado, pela Gerência de Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem- GSEAA;
- Promover momentos de trocas de experiência, junto às IE vinculadas e às IE de outras CRE, referentes às práticas pedagógicas e às experiências significativas do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem nos Encontros de Articulação Pedagógica, Fóruns Regionais, etc.
- Participar de reuniões, encontros e eventos com os coordenadores e/ou representantes da Educação Inclusiva e da Orientação Educacional, para estabelecer articulação e parceria técnico-pedagógica.
- Elaborar Plano de Ação do SEAA (nível regional) e acompanhamento dos Planos de Ação do SEAA das IE.
- Divulgar documentos normativos sobre o trabalho do SEAA e outros que possam impactar nas ações do serviço
- Compôr, articular e fortalecer a Rede de Proteção Social, sendo importante articular ações junto à rede de apoio local - CRAS, CREAS, Centro Olímpico, Conselho Tutelar, Ministério Público, Projetos Sociais, UBS, CAPS, etc.
- Favorecer o trabalho em rede e a corresponsabilização frente ao desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.
- Definir, junto ao chefe de UNIEB, a lista de prioridades de IEs para exercício dos profissionais de SEAA, assim como o encaminhamento do Pedagogo e do Psicólogo às IEs, conforme critérios estabelecidos na portaria de atuação vigente;
- Acompanhar junto à UNIGEP as carências, movimentações e distribuições de profissionais do SEAA, mantendo atualizado o mapeamento do SEAA regional.
- Articular junto à UNIPLAT espaços físicos adequados para o funcionamento das EEAA e SAA, contribuindo no processo de Modulação das turmas;
- participar de estudo de caso como membro da Comissão Regional Permanente de Estudo de Caso – CRPEC conforme Portaria Nº 953 de 23 de setembro de 2022;
- Orientar os profissionais do SEAA sobre a produção do RAIE e demais formulários já padronizados e disponibilizados pela GSEAA;
- Executar outras atividades que se relacionem à coordenação intermediária do SEAA.

Ações Práticas no Nível Intermediário - Itinerante da SAA

- Orientar e acompanhar os professores das SAAs na elaboração e efetivação do Plano de Trabalho e demais atividades inerentes à sua atuação;
- Mapear, registrar e analisar os dados dos estudantes que foram encaminhados, atendidos, desistentes, em colaboração com os professores atuantes nas SAAs e com o Coordenador Intermediário do SEAA na UNIEB/CRE, para planejamento dos atendimentos do ano corrente e do ano seguinte;
- Articular e organizar com os professores das SAAs o encaminhamento, mapeamento, acompanhamento e desligamento dos estudantes nelas atendidos;
- Acompanhar a frequência e a movimentação dos estudantes atendidos nas SAAs;
- Acompanhar, orientar e articular os trabalhos entre as EEAs e as SAAs, em articulação com a UNIEB/CRE.
- Elaborar, acompanhar e atualizar o plano de ação das SAAs em articulação com a coordenação intermediária do SEAA na UNIEB/CRE.

Minuta

Ações Práticas no Nível Local

A organização das ações em nível local é mais complexa que as dimensões anteriores visto que contempla atuações diversificadas de três escopos de atuação, com especificidades marcadas a cada modalidade. Sua atuação situa-se no nível operacional, voltado diretamente para a execução das práticas pedagógicas e administrativas no cotidiano escolar. Nesse âmbito, envolve a implementação das ações planejadas, o registro sistemático das atividades e o acompanhamento direto dos processos de ensino e aprendizagem. O nível operacional caracteriza-se pela concretização das orientações institucionais, garantindo que as metas estabelecidas se traduzam em resultados efetivos na realidade da escola. Assim, as orientações para os níveis locais estão dimensionadas para cada agrupamento de intervenção. Os grupos de atribuições estão divididos entre:

- Pedagogos das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA);
- Psicólogos das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA);
- Professores das Salas de Apoio à Aprendizagem (SAA).

Modalidades e etapas de Ensino na SEEDF

Figura 17: Modalidades e etapas de ensino na SEEDF destacadas como possibilidade de atuação do SEAA

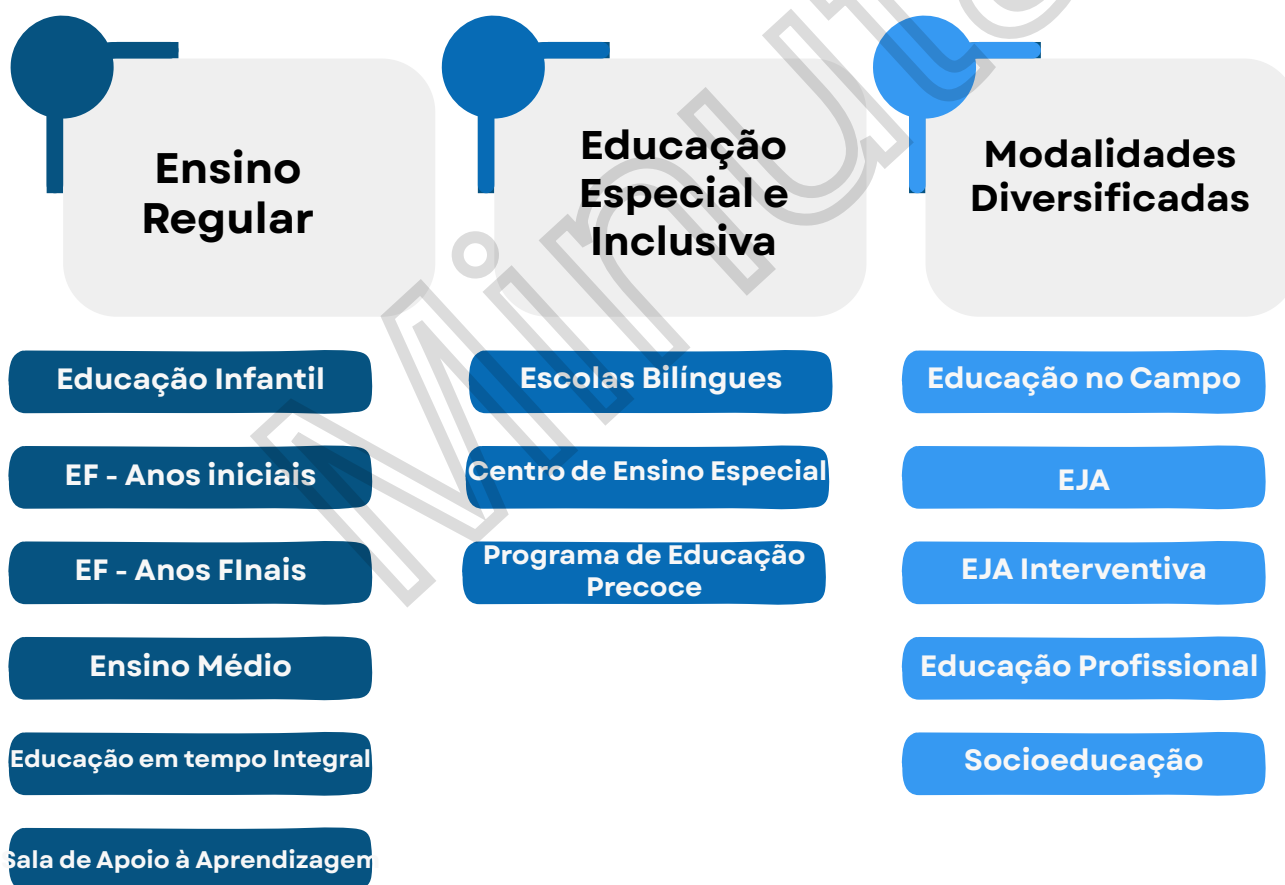


Figura 17: Elaboração GSEAA

Ações Práticas no Nível Local - Salas de Apoio à Aprendizagem

As Salas de Apoio à Aprendizagem (SAAs) compõem um programa de atendimento complementar da SEEDF, destinado ao atendimento pedagógico de estudantes com dificuldade acentuada de escolarização que não são atendidos pela Sala de Recursos Generalista. As SAA são organizadas em polos cujos atendimentos aos estudantes são ofertados no contraturno escolar. As ações são realizadas por profissionais da área de Pedagogia com aptidão específica para o atendimento.

O funcionamento dessas salas é regido por portaria própria e integram um programa , caracterizado por ações integradas aos documentos norteadores da rede, a saber:

I – organização do trabalho pedagógico de modo a privilegiar as especificidades de desenvolvimento dos estudantes [...];

II – Avaliação Formativa, que se constitui como uma estratégia pedagógica dinâmica, processual e baseada na realidade do estudante;

III – Projeto Interventivo, organizado pela unidade escolar e integrante no Projeto Político Pedagógico [...];

IV – Estudo de Caso, que é um procedimento anual [...] que visa à avaliação, ao acompanhamento e aos encaminhamentos das demandas relacionadas ao estudante com TFE;

V – Estratégia de Matrícula, que prevê a enturmação de acordo com as necessidades educacionais específicas;

VI – Sala de Apoio à Aprendizagem – SAA, que consiste em polos de atendimento ao estudante com TFE e dificuldades acentuadas no processo de escolarização.

O programa visa fortalecer a educação inclusiva por meio da articulação entre os profissionais das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA), a equipe gestora, a coordenação pedagógica e a orientação educacional. O público-alvo compreende estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio com Transtornos Funcionais Específicos e/ou que apresentem dificuldades acentuadas no processo de escolarização. A composição docente das SAA inclui o Professor de Educação Básica (Pedagogo) e o Professor Itinerante, responsável pela integração entre os polos e a Instituição Educacional de origem, caso se aplique, em cada Coordenação Regional de Ensino (CRE).

Ações Práticas no Nível Local - Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem

A atuação conjunta entre profissionais da Psicologia e da Pedagogia permite que as intervenções desencadeadas nas instituições educacionais sejam mais eficazes, uma vez que estão conjugadas duas áreas de saber, que contribuem com conhecimentos complementares sobre os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano.

A respeito da importante relação estabelecida entre os psicólogos e os pedagogos, no âmbito do trabalho das EEAA, vale ressaltar que a articulação dos conhecimentos teóricos e práticos de ambos os profissionais resulta no enriquecimento das discussões e das práticas cotidianas, isto é, o olhar de cada profissional das EEAA acrescenta e esclarece acerca das situações cotidianas, segundo os conhecimentos inerentes a cada área. Dessa forma, as EEAA têm a oportunidade de consolidar suas ações, sejam elas de planejamento, de execução ou de avaliação das intervenções realizadas, com vistas à promoção de avanços no processo de ensino e de aprendizagem e consolidação de uma cultura de sucesso (Barbosa, 2008).

Finalmente, deve-se reconhecer que a articulação entre a Psicologia e a Pedagogia, dentro do espaço educativo, cria possibilidades de reflexão nas quais as dificuldades enfrentadas no cotidiano, originadas pelas contradições que emergem entre as diretrizes previstas na legislação e as práticas diárias, os aspectos políticos, sociais e administrativos, podem adquirir uma conotação menos determinante do contexto.

Assim, a atuação multidisciplinar das EEAA, favorecendo as reflexões do grupo escolar, coopera para que esses fatores desfavoráveis não mais se configurem como definidores das situações de fracasso escolar. Em outras palavras, segundo uma perspectiva de valorização das relações para a promoção da cultura de sucesso, espera-se que os atores escolares possam adquirir clareza acerca dos desafios a serem enfrentados, de modo que consigam mobilizar ações e estratégias coletivas voltadas ao desenvolvimento de suas competências profissionais.

Figura 18. Temáticas que podem orientar os planos de ação do SEAA

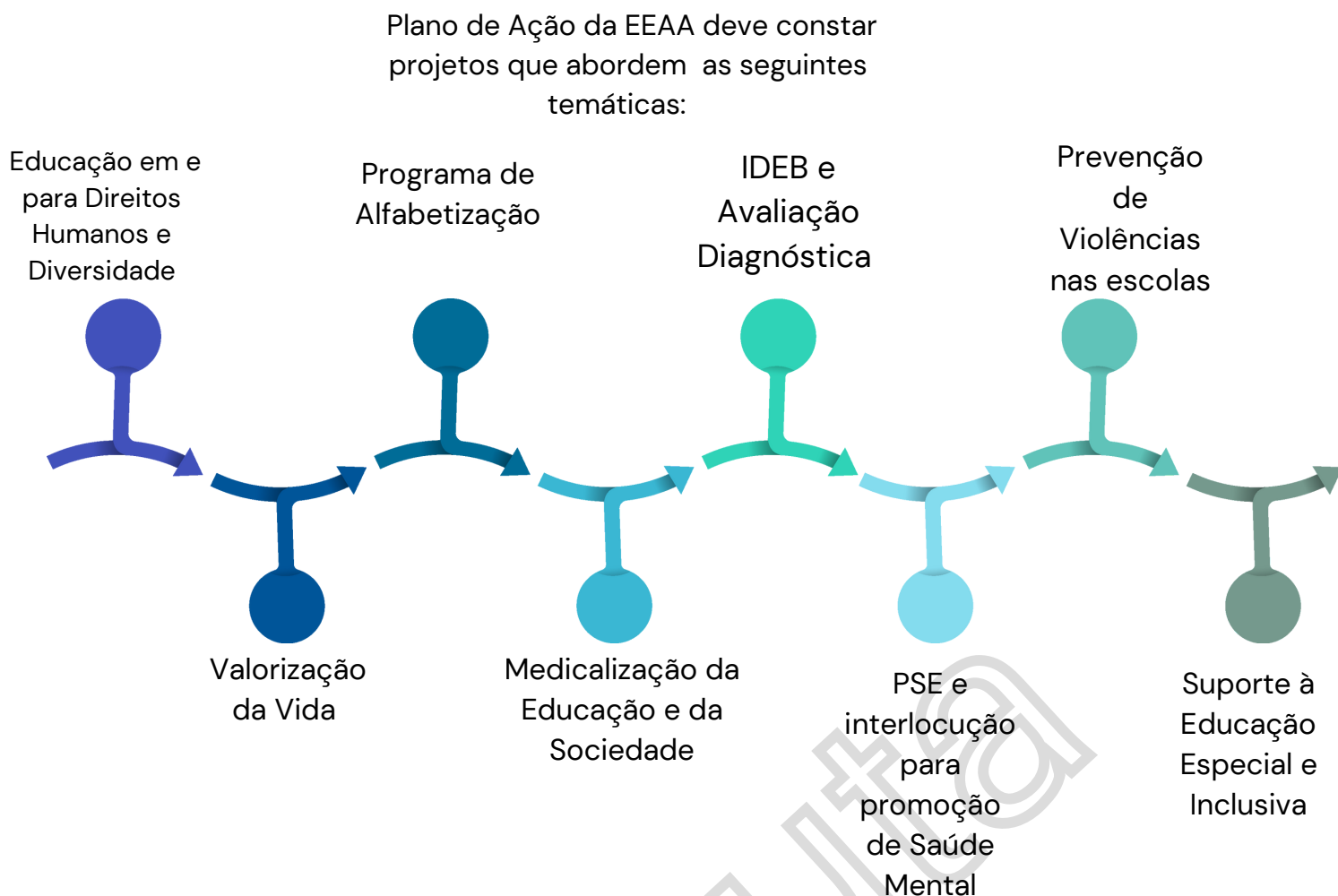


Figura 18.: Elaboração GSEAA

Educação em e para Direitos Humanos e Diversidade

O processo de ensino-aprendizagem, sob a ótica da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico - Cultural, dialoga ininterruptamente com os atravessamentos sócio-culturais da comunidade em que a escola se insere. Assim, a Organização do Trabalho Pedagógico em uma instituição educacional deve prever quais elementos culturais, ambientais, históricos, políticos, técnicos e acadêmicos permeiam a conjuntura vivenciada naquela comunidade. Para além de contextos que façam sentido para aquele sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem, conforme proposto pelos referenciais teóricos da SEEDF, a Educação em e para Direitos Humanos e Diversidade é essencial para formação de valores éticos e de cidadania. Portanto, ressaltamos aqui que esse conteúdo transversal é, também,, invariavelmente conteúdo de fundamentação teórica ao analisarmos criticamente as bases epistemológicas da SEEDF.

Dermeval Saviani, por exemplo, entende a educação como o ato de produzir "a humanidade em cada indivíduo" através do acesso ao conhecimento erudito e científico. Assim, a construção da educação como um processo de humanização dos sujeitos envolve ensinar Direitos Humanos não apenas introduzindo leis, mas permitindo que o aluno se aproprie da cultura e da história para entender que direitos são conquistas humanas e não concessões naturais.

As EEAA podem incentivar a estruturação de Projetos Institucionais que sejam pautados em elemento sócio-culturais comunitários e que promovam a cultura de paz baseada na valorização da diversidade.

A Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 são normas nacionais que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e instituem a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas. O objetivo dessas leis é valorizar o legado afro-brasileiro e indígena, combatendo o racismo e o eurocentrismo no currículo escolar. Portanto, é imprescindível a revisão curricular e a previsão de ações que promovam essa intencionalidade. Para essas ações há diversas produções, periodicamente atualizadas pela Diretoria de Direitos Humanos e Diversidade da SEEDF, que trazem orientações e sugestões de intervenção adequadas a cada temática e suas especificidades. Destaca-se a institucionalização do Protocolo de Consolidação da Educação Antirracista das Instituições Educacionais da SEEDF, um documento de vanguarda que traz diretrizes teórico-metodológicas e ações de intervenção frente a situações de racismo.

Valorização da Vida

A temática de Valorização da Vida inevitavelmente remete à temática de Saúde/Adoecimento Mental. Apesar de uma seara controversa, intenciona-se que nesse documento sejam elucidadas algumas implicações dessas questões de saúde na estruturação do planejamento pedagógico.

Atualmente, a sociedade brasileira enfrenta um problema epidemiológico de adoecimento mental. Fundamentalmente, o manejo e as intervenções frente a essa problemática devem ser mediadas pela área de saúde e sua rede de atuação. Entretanto, deve-se considerar que as questões de saúde de modo geral, mas em especial as condições psíquicas atravessam as relações. Uma das bases pedagógicas é o desenvolvimento da socialização e das interações, não apenas entre sujeitos, mas com os processos, como o de ensino-aprendizagem. Na presente conjuntura, especialmente sob o viés pós pandêmico, as questões sócio-emocionais tem implicado em mudanças significativas, inclusive com a formação de novas estruturas societárias e interacionais. Assim, a escola é invariavelmente imbricada por essa questão social. Há de se pensar pedagogicamente como esses atravessamentos afetam o cotidiano escolar e o processo de ensino-aprendizagem.

A promoção da saúde mental deve ser abordada como um processo coletivo e preventivo, superando a visão meramente clínica ou individualizante. Sob a ótica da Pedagogia Histórico-Crítica, o planejamento deve partir da Prática Social dos estudantes, problematizando como as pressões sociais, o bullying e as desigualdades afetam o bem-estar emocional.

A mediação docente deve atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), fornecendo ferramentas simbólicas e teóricas que ajudem o aluno a nomear sentimentos e desenvolver o pensamento crítico sobre suas vivências. Assim, a Valorização da Vida deixa de ser um conceito abstrato e torna-se uma construção ética fundamentada no acolhimento das diversidades, no fortalecimento dos vínculos de pertencimento e no acesso aos direitos, culminando em uma escola que atua como rede de proteção e emancipação humana.

O "Guia de Valorização da Vida - Orientações e prevenção ao bullying, automutilação e suicídio na escola" é um documento oficial da SEEDF que incita essas reflexões e auxilia na oferta de intervenções por diferentes atores da instituição educacional. Recomenda-se que as EEAA apoiem a promoção dessa temática na Organização do Trabalho Pedagógico pela instituição educacional e que fomentem Projetos Interventivos que apoiem a consolidação de relações (sociais e individuais) saudáveis. Ainda, projetos identitários costumam ter impacto positivo na promoção de saúde sócio-emocional e que encontram correlação com diversas ações pedagógicas em todos níveis e modalidades de educação formal.

É indicado, também, a interlocução com o Programa Saúde na Escola (PSE) e Projetos de Educação Desportiva.

Programas de alfabetização - Alfaetrando e Superação

A gestão pedagógica da rede enfrenta o desafio constante de equilibrar as metas quantitativas do IDEB com as premissas qualitativas da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, que fundamentam o nosso Currículo em Movimento. O IDEB, isoladamente, pode levar a um estreitamento curricular. No entanto, a base histórico-crítica orienta que o ensino das disciplinas seja feito por meio da problematização e da instrumentalização. Portanto, quando intercambiamos essas perspectivas, orientamos a compreensão de que ao o aluno ver sentido social naquilo que aprende, o índice de proficiência sobe porque o aprendizado se tornou significativo, e não apenas uma resposta a um estímulo externo de pressão por notas. Ao pensar em programas que auxiliem a superação de lacunas de aprendizagem, em especial, na alfabetização a SEEDF traz uma resposta institucional mediadora dessas contradições, já que, para além de fomentar o desempenho do estudantes de maneira equitativa, coadunam com Pedagogia Histórico-Crítica ao apoiar a alfabetização e o letramento são o acesso ao "código" da cultura erudita.

O Alfaetrando foca na alfabetização na perspectiva do letramento. Isso garante que o aluno não apenas decodifique letras, mas se aproprie da função social da escrita. Ao garantir que a criança aprenda na idade certa através da mediação docente (ZDP), o projeto ataca a raiz do baixo desempenho, transformando a meta do IDEB em uma consequência do direito ao saber garantido.

Por sua vez, o o Superação pauta-se Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotsky, já reconhece que os alunos têm conhecimentos prévios (nível real) e precisam de uma mediação intensificada e diferenciada para dar o salto qualitativo (nível potencial). Assim, o projeto intenciona-se em retirar o peso do "fracasso escolar", que nutre visões estigmatizantes, e foca na superação das dificuldades por meio de estratégias pedagógicas que valorizam a diversidade de trajetórias.

Recomenda-se que as EEAA apoiem a promoção dessa temática na Organização do Trabalho Pedagógico pela instituição educacional. Ainda, podem ofertar orientações e mediações à adesão desses programas nas unidades que cumpram os critérios recomendados para cada modalidade.

A integração desses programas fomenta a ruptura com a lógica medicalizante, a qual tende a orientar o viés das dificuldades acentuadas de aprendizagem para questões orgânicas e/ou patologizantes. Portanto, ao instrumentalizar os diversos profissionais com estratégias que dirijam a intervenções sobre os processos de ensino-aprendizagem, frente a dificuldades de aprendizagem, fortalecem-se ações convergentes com bases epistemológicas da SEEDF.

Medicalização da Educação e da Sociedade

O fenômeno da medicalização consiste na redução de fenômenos complexos — de natureza ética, social e didática — a determinismos orgânicos. No âmbito educacional, essa lógica se expressa na patologização de estudantes cujas trajetórias escolares ou comportamentos não se ajustam à expectativa normativa, resultando na atribuição precoce de laudos e diagnósticos a questões que deveriam ser resolvidas através da mediação e da transformação do ambiente escolar.

Pela lente da Pedagogia Histórico-Crítica, a medicalização funciona como uma ferramenta que camufla os conflitos da realidade social. Quando o sistema educacional isola a dificuldade no corpo do aluno, ele acaba por ignorar o impacto da desigualdade social, da precariedade de vida e das falhas no próprio método de ensino. Assim, a busca por um tratamento clínico substitui a análise das causas da exclusão, desonerando o Estado e a escola do dever de garantir o desenvolvimento integral do ser humano."

Sob o prisma da Psicologia histórico-cultural, o fenômeno da patologização é crítico porque ignora que o progresso do aluno depende das interações e das oportunidades culturais oferecidas pela escola. Ao rotular o estudante, rompe-se com a perspectiva da ZDP, priorizando o uso de medicamentos em detrimento do trabalho pedagógico. O resultado é o silenciamento de sintomas, o que acaba por ignorar as verdadeiras causas das dificuldades e interromper o processo de humanização pela educação.

Portanto, discutir a medicalização na SEEDF é um compromisso ético com a humanização das bases epistemológicas e com o compromisso de valorização da vida. Significa reconhecer que a diversidade de modos de ser e aprender não pode ser reduzida a um diagnóstico. Ainda que o papel fundamental da escola é produzir a humanidade em cada aluno por meio do acesso ao conhecimento e ao acolhimento das subjetividades.

Ao entendermos que o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, reconhecemos que mudanças na forma de ensinar e de acolher têm se apresentado como os recursos mais eficazes de potencialização dos processos de ensino-aprendizagem.

No contexto da Pedagogia Histórico-Crítica, o professor pode ser orientado a questionar, dentre outras dificuldades de aprendizagem, se, por exemplo, a "falta de foco" ou a "agitação" do estudante é um transtorno orgânico ou o reflexo de uma prática social/ pedagógica fragmentada. Assim, observar lacunas de aprendizagem sob a perspectiva de carências afetivas ou de métodos de ensino que não acessam a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do aluno. Entretanto, a tendência "medicalizante" da sociedade, portanto, da educação tem levado a concepções de que problemas de ordem social, política ou pedagógica são diagnósticos médicos.

Conforme os pressupostos de Vygotsky, o desenvolvimento das funções psíquicas superiores (como atenção e memória) é cultural e social. Portanto, antes de encaminhar um estudante para o diagnóstico, é fundamental analisar o contexto do processo de ensino-aprendizagem e seus intervenientes; intervir pedagogicamente; consolidar atuações que evitam a estigmatização do estudante.

Todo esse encadeamento de ações pautadas nos pressupostos teóricos a processos, inclusive, de promoção a saúde mental, em que escola não assume papéis de diagnosticar, tampouco de "curar" o aluno, mas fortalecer seu sentimento de pertencimento. A medicalização excessiva pode silenciar o sofrimento ético-político do estudante. O foco deve estar em transformar a escola em uma rede de proteção que valoriza as diferentes formas de aprender, combatendo o preconceito e a patologização das trajetórias escolares.

O compromisso da SEEDF é com a humanização, tratando a dificuldade como um desafio pedagógico e o estudante como um sujeito histórico e pleno de possibilidades.

Assim, toda atuação do SEAA nos seus três eixos fundamentais coadunam com essas diretrizes de consolidação ética e de princípios que devem pautar todo planejamento interventivo.

IDEB e Avaliação Diagnóstica

Em conformidade com as bases epistemológicas das SEEDF, a avaliação diagnóstica não deve ser um instrumento de classificação ou rotulação. Sua importância reside em identificar o nível de desenvolvimento real do estudante para que o professor possa atuar com precisão na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Assim, essa avaliação deve ter por finalidade mapear quais ferramentas simbólicas e conhecimentos científicos ainda não foram apropriados, permitindo um planejamento que garanta o salto qualitativo da consciência do aluno.

Embora o IDEB seja um índice quantitativo, sua relevância para as secretarias de educação é ampla a contempla diferentes dimensões. Na perspectiva local, ou seja, das instituições educacionais, ele pode amparar deve ser observado sob a ótica da Pedagogia Histórico-Crítica, em que evidencia se o "conhecimento clássico e universal" está sendo efetivamente democratizado. Por outro lado, ampliando a compreensão pelo viés da Administração Pública, é o principal recurso de fomento e planejamento de políticas públicas educacionais. Segundo, as diretrizes da Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre esse instrumento, as secretarias de educação devem se subsidiar nos desempenhos das instituições educacionais para planejar a distribuição de recursos

Assim, as intervenções planejadas pela SEEDF devem ter respaldo no desempenho no IDEB das diferentes regiões administrativas, já que, ele orienta a distribuição de infraestrutura e suporte pedagógico, de modo a guiar políticas equitativas de distribuição de recursos e outras intervenções institucionais. É através desses índices que a SEEDF pode justificar o aporte de recursos, a implementação de projetos como o Alfaletando e o Superação, e a oferta de formação continuada para áreas com maiores desafios.

É essencial apropriar-se da máxima de que a avaliação não é um fim em si mesma, mas um meio para garantir que "nenhum estudante seja deixado para trás". Ao utilizar os dados das avaliações diagnósticas e os indicadores do IDEB, é possível orientar resultados quantitativos em ações pedagógicas intencionais. É importante que esses instrumentos sirvam para monitorar a eficácia social da escola pública, assegurando que o acesso ao saber sistematizado seja uma realidade para todos, combatendo as desigualdades e promovendo a plena emancipação humana.

Recomenda-se que as EEAA apoiem a promoção dessa temática na Organização do Trabalho Pedagógico pela instituição educacional e que fomentem Projetos Interventivos pautados na avaliação formativa. Ainda, incentivar que a equipe escolar possa adequar as solicitações e adesões a projetos e programas de fomento, a partir dos respectivos resultados, bem como de outros índices que favoreçam a conquista equitativa de acesso a direitos.

PSE e interlocução para promoção de Saúde Mental

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial que integra as áreas da Saúde (SES-DF) e da Educação (SEEDF). Seu objetivo é promover o bem-estar integral dos estudantes por meio de ações de prevenção e atenção à saúde dentro do ambiente escolar. No contexto das fundamentações teóricas da SEEDF, tem-se que o, aprendizado não ocorre de forma isolada do corpo e da mente. A necessidade do PSE reside na capacidade de identificar precocemente barreiras orgânicas que dificultem os processos ensino-aprendizagem. Além da possibilidade de intervenção precoce em questões de saúde e/ou outras vulnerabilidades que atrapalhem o desenvolvimento saudável dos estudantes. O programa garante que estudantes em situação de maior vulnerabilidade social tenham acesso a serviços de saúde que, de outra forma, estariam distantes, combatendo desigualdades que afetam o desempenho escolar.

Ainda, o programa facilita o diálogo entre a escola e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou outros eixos de atenção primária. Essa interlocução ajuda a escola a entender o sofrimento ético-político do estudante e a construir coletivamente estratégias de proteção. O PSE, também, fomenta projetos de prevenção à violência, ao bullying e ao uso de substâncias, fortalecendo os vínculos de pertencimento e criando um clima escolar favorável ao desenvolvimento saudável.

Ao participar desse programa, a escola reafirma seu papel como parte da rede de proteção integral da criança e do adolescente

A cada ciclo de execução do PSE são determinados ações/eixos temáticos, dos quais são elencados alguns como obrigatórios e prioritários para todas as escolas pactuadas. A instituição educacional tem prioridade em indicar a necessidade de intervenção a ser organizada pela UBS de referência. É importante enfatizar, entretanto, que a execução das ações é uma responsabilidade compartilhada entre a escola e os profissionais da Saúde.

A EEAA pode, a partir do Mapeamento Institucional, auxiliar a equipe pedagógica a referenciar os eixos prioritários na respectiva escola, pautados, também, nas demandas da comunidade em que estão inseridos. Ainda, é imprescindível o alinhamento dos projetos institucionais às intervenções programadas pelos PSE, planejando não apenas o favorecimento da adesão escolar, como a organização pedagógica e ações escolares em culminância às intervenções realizadas pela saúde. É indicado, também, a interlocução com programas da rede interinstitucional e cooperação com outros segmentos da rede integradora.

Prevenção de Violências nas escolas

Muitos são os episódios observados e relatados por profissionais da educação em relação a contextos de violência e de preconceitos como: desrespeito nas relações professor-estudante, entre estudantes, equipe escolar-estudante, escola-família, bullying, e vivências de preconceitos.

A análise dos fenômenos de violência e preconceito no ambiente escolar exige uma mudança de paradigma: é preciso abandonar a busca por culpados individuais — sejam estudantes, pais ou professores — para compreender tais eventos como sintomas de um contexto histórico-social mais amplo.

A escola, em sua essência, tem a função primordial de socializar o conhecimento técnico, científico e artístico (Saviani, 2003). No entanto, essa missão é atravessada por condições desiguais de existência. A diversidade cultural e as disparidades socioeconômicas não podem ser ignoradas; elas compõem o tecido social da escola. Quando a violência surge, ela deve ser interpretada como uma problemática decorrente dessas desigualdades e das diferentes vivências de todos os envolvidos no processo educativo.

A verdadeira inclusão está para além da garantia ao acesso ao espaço escolar, mas em garantir que as práticas pedagógicas combatam o preconceito e permitam a aproximação universal às produções humanas. A escola deve ser o espaço de formação e orientação da sociedade para o enfrentamento das desigualdades. Para isso, o trabalho pedagógico precisa ser inovador, defendendo uma educação de excelência que contemple a pluralidade e não exclua aqueles que divergem do padrão normativo. Neste cenário, o psicólogo escolar atua como um mediador crítico e um articulador de mudanças. Sua função envolve:

- Desconstruir a Patologização e a Culpabilização: Afastar a visão de que a violência é um "problema individual" ou "falta de limites familiar", trazendo para o debate as raízes históricas e sociais que permeiam esses atos.
- Promover Práticas Coletivas: Auxiliar a equipe docente a desenvolver estratégias que integrem a diversidade cultural ao currículo, transformando o espaço escolar em um local de acolhimento e escuta ativa.

- Fomentar a Ética e a Justiça Social: Atuar junto aos estudantes, famílias e professores para que a escola cumpra seu papel transformador, garantindo que o direito ao saber seja acompanhado pelo respeito às subjetividades e às diferenças.

O foco da intervenção psicológica e pedagógica deve ser a construção de uma escola que não apenas ensine, mas que humanize. Ao compreender a violência sob a luz da história e da diversidade, o psicólogo escolar e o pedagogo da EEAA, contribui para que a instituição se torne um instrumento de defesa da excelência educativa e da equidade social.

Minuta

Perfil e Atuação do Pedagogo nas EEAA

O pedagogo dedica-se ao estudo sistemático das práticas educativas como processos fundamentais da condição humana. Conforme Libâneo (2005), a Pedagogia investiga a natureza, as finalidades e os processos das práticas educativas em diversos contextos, configurando-se como uma "ciência da educação" com objeto, problemáticas e métodos próprios.

As práticas educativas extrapolam os limites da escola ou da família, ocorrendo em todos os âmbitos da existência social. Contudo, o objeto central de estudo da Pedagogia é a educação formal: aquela caracterizada por elevados graus de intencionalidade, sistematização e institucionalização.

A Pedagogia analisa essas práticas para explicitar objetivos sociais, políticos e econômicos, propondo intervenções e uma reflexão global sobre a realidade educacional.

O pedagogo que atua nas Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA) deve possuir formação superior em Pedagogia, com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Sua função primordial é assessorar o corpo docente no aprimoramento do desempenho em sala de aula, garantindo o cumprimento do objetivo maior do ensino formal: o domínio do conhecimento científico e sistematizado.

Competências e Recursos Mobilizadores

O perfil profissional desse especialista exige o domínio das seguintes competências:

Planejamento Estratégico: Compreensão técnica para a elaboração, execução e análise da Proposta Pedagógica e de projetos educativos no contexto escolar.

Domínio Didático: Conhecimento aprofundado dos processos de ensino nos diversos componentes curriculares da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assessoramento Metodológico: Capacidade de orientar o planejamento pedagógico na seleção de conteúdos e metodologias alinhadas à Proposta Pedagógica.

Embora diversos profissionais da escola desempenhem atividades de natureza pedagógica, a atuação nas EEAA diferencia-se pela formação abrangente do pedagogo que o capacita e habilita para uma dimensão que vai além da docência direta, bem como pela necessidade de estabelecer interfaces e trabalhar em conjunto com a Orientação Educacional, Supervisão, Coordenação Pedagógica e profissionais das Salas de Recursos.

Gestão da Avaliação: Acompanhamento do corpo docente na escolha de procedimentos de avaliação da aprendizagem que atendam às necessidades específicas dos estudantes.

Gestão de Recursos Didáticos: Habilidade para definir, incentivar e orientar o uso de materiais e equipamentos pedagógicos, considerando os interesses e necessidades dos estudantes.

Mediação Comunitária: Habilidade para escutar e orientar pais e familiares sobre aspectos relacionais, subjetivos e pedagógicos que interferem no desempenho escolar.

Apoio à Aprendizagem: Capacidade de assessorar equipe pedagógica e famílias quanto ao processo de ensino-aprendizagem de estudantes que apresentam dificuldades no processo de escolarização.

Perfil e Atuação do Psicólogo escolar nas EEAA

No contexto das instituições de ensino, a atuação do psicólogo deve ser pautada por um conjunto de competências que transcendem a técnica, integrando saberes teóricos a uma prática socialmente comprometida.

De acordo com as diretrizes de Marinho-Araújo e colaboradores (2010), o perfil desse profissional deve contemplar os seguintes recursos:

- **Articulação Teórico-Prática:** Capacidade de analisar, sintetizar e reelaborar o conhecimento psicológico, aplicando-o de forma clara e fundamentada às demandas específicas do cotidiano escolar.
- **Postura Crítica e Reflexiva:** Visão lúcida sobre o homem e a sociedade, compreendendo como o contexto social influencia o desenvolvimento humano e as relações educativas.
- **Atuação Interdisciplinar e Dialógica:** Busca constante por estratégias de comunicação que integrem diferentes saberes. O psicólogo deve ser um agente de articulação, promovendo a circulação de informações e o trabalho colaborativo em equipes multiprofissionais.
- **Compromisso Ético-Político:** Exercício de uma função transformadora, voltada para a justiça social e para o movimento histórico de mudanças coletivas, assumindo plena responsabilidade por suas escolhas profissionais.
- **Domínio Metodológico Preventivo:** Proficiência em teorias e métodos da Psicologia para realizar intervenções preventivas, tanto em nível individual quanto coletivo, focadas na melhoria do ambiente educativo.
- **Sensibilidade Relacional e Mediação:** Habilidade para ouvir o outro, respeitar pontos de vista divergentes e mediar conflitos. Isso inclui a capacidade de buscar soluções cooperativas para problemas complexos, priorizando o projeto coletivo em detrimento de conquistas individuais.
- **Apoio à Comunidade Escolar:** Habilidade técnica e empática para escutar, incentivar e orientar.
- **Apoio aos Professores:** no desenvolvimento de estratégias de ensino e manejo nas situações de dificuldades escolares;
- **Apoio às Famílias:** na compreensão de aspectos subjetivos e pedagógicos que impactam o desempenho do estudante;
- **Apoio aos Estudantes:** em suas demandas singulares e dificuldades no processo de aprendizagem.
- **Desenvolvimento da Autonomia:** Disseminação de uma postura confiante nas capacidades humanas e nas transformações sociais, auxiliando na promoção de uma educação crítica e emancipadora.
- Na EEAA, o psicólogo atua de forma multidisciplinar com o pedagogo. Sua identidade profissional na escola é marcada por:
- **Análise do Contexto:** Através do Mapeamento Institucional, o psicólogo investiga a história da escola, as relações interpessoais e as concepções que regem as práticas pedagógicas.

- Assessoria ao Trabalho Coletivo: Colabora com gestores e professores para refletir sobre as funções de cada ator escolar, visando a contínua revisão das práticas educativas e a mediação de situações conflituosa na busca por resultados mais efetivos para a melhoria do processo educativo.
- Acompanhamento Mediado: Em casos de solicitação de apoio para dificuldades de aprendizagem, o psicólogo realiza acompanhamento e acolhimentos, que buscam "conhecer para intervir".

Minuta

Atuação da EEAA na Educação Infantil

A atuação da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem na Educação Infantil é orientada pelo *Currículo em Movimento do Distrito Federal – Caderno da Educação Infantil* (2018), que propõe um olhar integral sobre o desenvolvimento das crianças, considerando-as como sujeitos ativos na construção do conhecimento, capazes de interagir, explorar, imaginar e transformar seu ambiente. Não há previsão de atuação das SAA nessa modalidade.

Segundo o *Currículo em Movimento* (2018), a Educação Infantil não é assistencial, tampouco preparatória, pois trata-se de uma etapa da Educação Básica que abarca os direitos de aprendizagem voltados às reais e atuais necessidades e interesses das crianças, no sentido de proporcionar seu desenvolvimento integral.

Nesse contexto, a Psicologia Histórico-Cultural fornece fundamentos para compreender que o desenvolvimento infantil é socialmente mediado e ocorre a partir de interações com adultos e pares, por meio da mediação de signos e instrumentos culturais, principalmente a linguagem. Conforme o *Currículo em Movimento*, “as experiências da criança na Educação Infantil devem promover relações significativas, que favoreçam a construção de conhecimentos e a aprendizagem dentro de contextos reais e socialmente relevantes” (Distrito Federal, 2018, p. 15).

O trabalho da EEAA na Educação Infantil deve contemplar:

- Acompanhamento das interações em sala de aula e em outros espaços escolares;
- Apoio à equipe pedagógica na construção de atividades que favoreçam brincadeiras simbólicas e de papéis sociais;
- Mediação de práticas que promovam funções psicológicas superiores, como atenção, memória e linguagem;
- Estratégias de inclusão de crianças com necessidades educativas específicas, respeitando o princípio da Defectologia Histórico-Cultural (VYGOTSKY, 1997).

A Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2011) reforça a necessidade de que o trabalho do SEAA organize o processo educativo a partir de práticas coletivas e problematizadoras, permitindo que as crianças participem ativamente da vida escolar e construam conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade. Nesse sentido, a EEAA atua orientando professores e mediando práticas pedagógicas, para que a Educação Infantil não se limite ao cuidado, mas seja espaço de aprendizagem significativa, lúdica e inclusiva.

O *Currículo em Movimento* (2018) indica ainda que o trabalho pedagógico na Educação Infantil deve considerar:

- O desenvolvimento integral da criança, incluindo aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais;
- A mediação intencional do adulto, orientando brincadeiras, atividades de exploração e interação;
- A observação contínua como ferramenta de planejamento, identificação de demandas específicas e intervenção pedagógica.

Atuação da EEAA nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

A atuação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) nos anos iniciais do Ensino Fundamental baseia-se em um olhar integral sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, considerando-as como sujeitos históricos e sociais, em conformidade com os princípios do Currículo em Movimento do Distrito Federal – Caderno do Ensino Fundamental (Distrito Federal, 2018). Essa abordagem reconhece a importância da mediação pedagógica intencional e da atuação coletiva do corpo docente, articulando a Psicologia Histórico-Cultural, a Pedagogia Histórico-Crítica e a Defectologia.

Segundo Vygotsky (2007; 2008), o desenvolvimento humano é socialmente mediado, sendo a aprendizagem o motor do desenvolvimento. Assim, o SEAA atua nos anos iniciais para garantir que as práticas pedagógicas considerem não apenas o nível de desenvolvimento real da criança, mas também sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), ou seja, suas potencialidades quando acompanhadas de mediação adequada.

Estratégias de atuação do SEAA

- Mediação pedagógica e acompanhamento individualizado.
- Colaboração com os professores na construção de atividades que promovam funções psicológicas superiores, como atenção, memória, linguagem e pensamento lógico.
- Planejamento das intervenções para prevenir dificuldades de aprendizagem, respeitando o ritmo e as necessidades de cada estudante
- Observação e Mapeamento Institucional.
- Intervenções precisas, contínuas e contextualizadas subsidiadas pelo Mapeamento Institucional.
- Trabalho coletivo com a equipe docente.
- Promover reuniões de planejamento, análise das práticas pedagógicas e reflexão coletiva sobre estratégias inclusivas, garantindo que as atividades contemplem o conhecimento historicamente produzido e os interesses das crianças, conforme pressuposto da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2011)
- Desenvolvimento de atividades mediadas, adaptadas e intencionais, que permitam superar obstáculos ao aprendizado e à socialização

Ênfases do SEAA no desenvolvimento de projetos interventivos nos anos iniciais:

- Leitura e escrita: acompanhamento das etapas de alfabetização, favorecendo mediações coletivas e individuais.
- Matemática: planejamento de atividades que integrem experiências concretas, resolução de problemas e construção do pensamento lógico.
- Linguagem e comunicação: promoção de interações sociais que expandam a linguagem oral e escrita.
- Trabalho com o brincar: estratégias lúdicas que potencializam a aprendizagem e consolidam funções psicológicas superiores.

A atuação do SEAA nos anos iniciais prioriza:

- Intervenção preventiva e contínua, respeitando a individualidade e o contexto histórico-social do estudante;
- Planejamento coletivo, apoiando a equipe docente em práticas inclusivas e diferenciadas;
- Utilização da ZDP como referência para ampliar aprendizagens e reduzir dificuldades;
- Acompanhamento do processo de escolarização, considerando o estudante como sujeito ativo, produtor de conhecimento e participante do ambiente escolar -

Dessa forma, o SEAA promove um processo educativo inclusivo e histórico-crítico, alinhado às orientações do Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018), que visa superar obstáculos à aprendizagem e fortalecer o desenvolvimento integral dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Minuta

Atuação do SEAA nos Anos Finais do Ensino Fundamental

Nos anos finais do Ensino Fundamental, a atuação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) foca em promover desenvolvimento integral, autonomia intelectual e pensamento crítico, alinhando-se às orientações do Currículo em Movimento do Distrito Federal (SEEDF, 2014). O SEAA atua de maneira preventiva e interventiva, integrando Psicologia Histórico-Cultural, Pedagogia Histórico-Crítica e Defectologia, garantindo mediação pedagógica adequada e acompanhamento contínuo dos estudantes.

De acordo com Vygotsky (2007; 2008), nesta etapa, a aprendizagem escolar torna-se central no desenvolvimento do pensamento conceitual e científico, sendo a mediação pedagógica fundamental para a consolidação das funções psicológicas superiores e para o enfrentamento de dificuldades de aprendizagem. A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) continua sendo referência para identificar e ampliar as potencialidades de cada estudante.

Estratégias de atuação do SEAA

- Mediação pedagógica especializada e acompanhamento individual.
- Apoio aos professores na elaboração de atividades que favoreçam a autorregulação, o pensamento lógico, a linguagem escrita e o raciocínio científico, considerando as demandas individuais e coletivas-
- Mapeamento e monitoramento do progresso escolar
- Trabalho colaborativo com a equipe docente
- Promoção de reuniões de análise de práticas pedagógicas, favorecendo a reflexão sobre estratégias inclusivas, ajustadas às necessidades dos estudantes dos anos finais.
- Intervenções mediadas, adaptadas e planejadas, possibilitando a superação de barreiras de aprendizagem e a participação plena nas atividades escolares

Ênfases do SEAA no desenvolvimento de projetos interventivos nos anos finais:

- Leitura e produção textual: desenvolvimento da compreensão crítica, análise de textos e produção textual estruturada;
- Matemática e raciocínio lógico: resolução de problemas complexos, interpretação de situações e aplicações do conhecimento;
- Ciências e estudos sociais: promoção do pensamento investigativo, análise de dados e compreensão do contexto histórico-social;
- Linguagem e argumentação: ampliação da comunicação oral e escrita, desenvolvendo expressão e pensamento crítico;
- Trabalho coletivo e projetos interdisciplinares: integração de saberes, valorização da colaboração e protagonismo do estudante.

A atuação do SEAA nos anos finais busca:

- Garantir aprendizagem significativa e contextualizada, articulando conteúdo e desenvolvimento cognitivo;
- Apoiar práticas inclusivas, que considerem diferenças individuais e sociais;
- Estimular o pensamento crítico e a autonomia, por meio de atividades desafiadoras, mediadas e reflexivas;
- Ampliar a ZDP dos estudantes, promovendo experiências de aprendizagem que extrapolem o nível atual de desenvolvimento;
- Articular avaliação formativa, centrada no processo e não apenas no resultado, considerando o progresso individual e coletivo.

Dessa forma, o SEAA contribui para que os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental consolidem funções psicológicas superiores, desenvolvam habilidades críticas e sociais e superem dificuldades de aprendizagem, promovendo um processo educativo inclusivo, histórico-crítico e mediado.

Minuta

Atuação do SEAA no Ensino Médio

No Ensino Médio, a atuação das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (SEAA) concentra-se em promover autonomia intelectual, pensamento crítico, ampliação de repertórios culturais e preparação para a vida social e profissional, conforme as orientações do Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio (Distrito Federal, 2020). O SEAA atua de forma preventiva, interventiva e institucional, oferecendo suporte pedagógico especializado, mediação intencional e acompanhamento contínuo dos estudantes, com atenção especial às demandas individuais e coletivas.

Estratégias de atuação do SEAA no Ensino Médio

- Mediação pedagógica avançada e orientação individualizada: apoio a professores na elaboração de atividades que promovam pensamento abstrato, argumentação científica e resolução de problemas complexos, considerando os diferentes níveis de desenvolvimento e a ZDP de cada estudante.
- Monitoramento do progresso acadêmico e socioemocional: através de mapeamento institucional e acompanhamento contínuo.
- Identificação de fatores que interferem no desempenho escolar, como lacunas conceituais, dificuldades cognitivas e condições socioemocionais, propondo intervenções contextualizadas
- Trabalho colaborativo com docentes e coordenação pedagógica
- Articulação de ações junto aos professores e equipes escolares, promovendo reflexão coletiva sobre práticas pedagógicas, interdisciplinaridade e inclusão de estudantes com necessidades específicas
- Intervenções mediadas adaptando estratégias didáticas, instrumentos e recursos pedagógicos para favorecer a participação plena nas atividades escolares

Ênfases do SEAA no Ensino Médio

- Aprofundamento de conteúdos e habilidades cognitivas: foco em análise crítica, síntese e aplicação do conhecimento em contextos reais;
- Leitura, interpretação e produção textual: desenvolvimento da argumentação, compreensão crítica de textos e produção textual consistente;
- Matemática, ciências e tecnologias: resolução de problemas complexos, investigação científica e aplicação de conceitos;
- Projetos interdisciplinares e trabalho coletivo: integração de saberes, promoção do protagonismo estudantil e da responsabilidade social;
- Orientação para escolhas profissionais e sociais: desenvolvimento de competências para inserção no mundo do trabalho, na cidadania e no ensino superior.

A atuação do SEAA no Ensino Médio busca:

- Fortalecer a autonomia intelectual e a reflexão crítica dos estudantes;
- Promover práticas inclusivas e ajustadas às necessidades individuais e coletivas;
- Ampliar a Zona de Desenvolvimento Proximal, estimulando o potencial de aprendizagem e consolidando funções psicológicas superiores;
- Organizar intervenções mediadas, articulando ensino e aprendizagem de forma contextualizada;
- Valorizar avaliação formativa, centrada no progresso do estudante, nas práticas pedagógicas e na superação de dificuldades (SEEDF, 2014; VYGOTSKY, 2008).

Dessa forma, o SEAA no Ensino Médio contribui para a formação crítica, reflexiva e autônoma dos estudantes, promovendo inclusão, equidade e aprendizagem significativa, alinhando-se aos princípios do Currículo em Movimento (SEEDF, 2014).

Minuta

Atuação do SEAA na Educação de Jovens e Adultos

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) atua para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem significativa de estudantes que retomam ou iniciam seus estudos em idade adulta, considerando suas experiências de vida, trajetórias escolares interrompidas e contextos sociais diversos, conforme orienta o Currículo em Movimento do Distrito Federal – Caderno da Educação de Jovens e Adultos (SEEDF, 2014).

Nesse contexto, o SEAA oferece suporte pedagógico especializado, mediação intencional e acompanhamento contínuo, buscando inclusão, equidade e superação de barreiras no processo de escolarização.

Estratégias de atuação do SEAA na EJA

- Mediação pedagógica adaptada às experiências de vida: apoio a docentes na elaboração de atividades que partam do repertório cultural e da vivência do estudante, promovendo aprendizagem significativa, reflexão crítica e desenvolvimento de competências cognitivas e sociais
- Acompanhamento individualizado e coletivo: por meio do mapeamento institucional e acompanhamento contínuo,
- Identificação de obstáculos à aprendizagem, como lacunas conceituais, dificuldades cognitivas e contextos socioeconômicos desfavoráveis, propondo estratégias de superação
- Intervenções mediadas adaptando recursos pedagógicos e instrumentos culturais, garantindo participação ativa e equidade no processo educativo
- Articulação com professores e equipes pedagógicas por meio da promoção de ações de formação coletiva, análise de práticas pedagógicas e planejamento de estratégias inclusivas, fortalecendo a mediação do professor e o trabalho em equipe.

Ênfases do SEAA na EJA

- Valorização das experiências anteriores do estudante, integrando saberes prévios às aprendizagens escolares;
- Aprendizagem contextualizada e significativa, com foco em leitura, escrita, cálculo e competências sociais;
- Desenvolvimento de autonomia e pensamento crítico, essenciais para a cidadania e inserção social;
- Projetos interdisciplinares e atividades coletivas, promovendo integração, protagonismo e cooperação;
- Acompanhamento das funções psicológicas superiores, como atenção voluntária, memória lógica e autorregulação, por meio de práticas mediadas e sistematizadas.

A atuação do SEAA na EJA busca:

- Promover a inclusão e equidade, considerando a diversidade de trajetórias e contextos de vida;
- Fortalecer a autonomia e o protagonismo do estudante adulto;
- Ampliar a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), incentivando o aprendizado com mediação adequada;
- Organizar intervenções sistemáticas, articulando ensino e aprendizagem de forma contextualizada;
- Valorizar avaliação formativa, centrada no progresso do estudante e na qualidade das práticas pedagógicas (SEEDF, 2014; VYGOTSKY, 2008).

Dessa forma, o SEAA na EJA contribui para a formação integral do estudante, integrando saberes, experiências e competências, promovendo inclusão social, aprendizagem significativa e desenvolvimento humano, conforme os princípios do Currículo em Movimento do Distrito Federal (SEEDF, 2014).

Minuta

Atuação do SEAA nas Escolas de Natureza Especial e na Educação em Tempo Integral

Nas escolas de natureza especial, as Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAAs) atua de forma institucional, preventiva e interventiva, garantindo a inclusão, a equidade e o desenvolvimento integral de estudantes com necessidades educativas específicas, incluindo deficiências sensoriais, intelectuais, múltiplas ou transtornos funcionais específicos (TFE), conforme o Currículo em Movimento (SEEDF, 2014).

Estratégias de atuação nas escolas de natureza especial

1. Mediação pedagógica adaptada: apoio a docentes na construção de atividades que respeitem as capacidades, os ritmos de aprendizagem e os recursos sensoriais e cognitivos dos estudantes, promovendo o acesso ao currículo e ao conhecimento historicamente produzido.
2. Acompanhamento individualizado e coletivo: avaliação diagnóstica, observação e acompanhamento contínuo, identificação das necessidades educacionais específicas e definição de estratégias de intervenção pedagógica, mediada e sistematizada
3. Integração da defectologia histórico-cultural por meio da utilização de recursos adaptados, tecnologias assistivas e práticas mediadas, visando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como atenção, memória lógica, autorregulação e pensamento conceitual
4. Articulação com professores e equipes pedagógicas através da formação continuada e assessoria pedagógica, promovendo planejamento coletivo, análise de práticas e intervenção crítica no processo de ensino-aprendizagem.

A educação em tempo integral, o SEAA atua como eixo de suporte pedagógico e psicossocial, garantindo que os estudantes tenham acesso a aprendizagens diversificadas, atividades complementares e acompanhamento contínuo, conforme o Currículo em Movimento (SEEDF, 2014).

Estratégias de atuação na educação em tempo integral

- Mediação pedagógica ampliada: organização de atividades que integram o currículo formal, projetos interdisciplinares, práticas culturais e esportivas, promovendo aprendizagens significativas e desenvolvimento integral do estudante.
- Acompanhamento e intervenção contínua: monitoramento sistemático dos processos de ensino e aprendizagem, articulando os momentos de aula, contraturno e atividades complementares para ampliar a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de cada estudante (VYGOTSKY, 2008).
- Integração das práticas inclusivas: promoção de adaptações curriculares, materiais didáticos acessíveis e mediações intencionais para estudantes com TFE, garantindo participação plena e equidade (VYGOTSKY, 1997).
- Articulação institucional e coletiva: atuação junto a professores, coordenações e equipes de apoio para planejar, avaliar e reorganizar práticas pedagógicas, favorecendo a aprendizagem coletiva e a formação integral dos estudantes, conforme princípios da Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2011).

Ênfases da atuação do SEAA

- Garantir acesso equitativo ao currículo, considerando diversidade e necessidades educativas específicas;
- Promover aprendizagem significativa e contextualizada, respeitando ritmos e trajetórias dos estudantes;
- Desenvolver autonomia, pensamento crítico e protagonismo, essenciais para a vida social e escolar;
- Fortalecer funções psicológicas superiores, mediadas pelo ensino, linguagem e instrumentos culturais;
- Incentivar interações sociais e trabalho coletivo, valorizando experiências individuais e coletivas;
- Organizar intervenções preventivas e corretivas, integrando avaliação formativa e estratégias de mediação pedagógica.

Minuta

Atuação do SEAA nos Centros de Ensino Especial, Educação Precoce e Escolas Bilíngues

Nas modalidades de atuação dos atendimentos educacionais especializados, o SEAA auxilia no suporte técnico-pedagógico, com algumas particularidades. As intervenções dirigidas por este serviço visam identificar, elaborar e organizar estratégias e recursos pedagógicos acessíveis que apoiem a superação de barreiras de aprendizagem. Essas ações devem, ainda, incentivar a plena participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais, conforme suas especificidades, na rede pública de ensino do Distrito Federal.

É importante reiterar que, na perspectiva da Educação Inclusiva e Especial da SEEDF, os contextos de ensino-aprendizagem são influenciados por inúmeros fatores, tanto metodológicos, como sócio-culturais, que impactam no acesso do estudante a esses processos. Independentemente das particularidades de aprendizagem do estudante, faz-se necessário desenvolver estratégias e buscar recursos que propiciem o desenvolvimento de todos os sujeitos. Todavia, sabe-se que os modelos educativos que são ofertados no ensino regular são permeados por algumas limitações à plena evolução em particularidades de aprendizagem. Portanto, a SEEDF apresenta estratégias, que apesar de mais aproximadas das ações de integração, são de vanguarda na oferta educacional aos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Para além das adequações conduzidas no ensino regular, são disponibilizadas outras modalidades de atendimento:

- Atendimentos Educacionais Especializados
 - Sala de Recursos Generalista
 - Sala de Recursos Específica
 - Sala de Recursos de Altas Habilidades/ Superdotação
- Classes Especiais
- Programa de Educação Precoce
- Unidades Escolares Especializadas
 - Centros de Ensino Especial
 - Centros de Ensino Especial de Deficiência Visual
- Escolas Bilíngues
- Educação de Jovens Adultos Interventiva
- Serviço de Orientação para o Trabalho
- Atendimentos especializados nas instituições parceiras

O Caderno de Orientações Pedagógicas da Educação Inclusiva e Especial representa a principal referência da SEEDF para organização das diretrizes de atendimento ao estudantes com Deficiências, Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e Superdotação. Os atendimentos especificados a esse público de estudantes é ratificado pela Política Nacional de Educação Especial Inclusiva através do Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, atualizado pelo Decreto nº 12.773, DE 8 de dezembro de 2025, ainda, pela Resolução nº 03, de 19 de dezembro de 2023, do Conselho de Educação do DF, o qual estabelece normas e diretrizes para a Educação Especial no sistema de ensino.

As estratégias educacionais destacadas no presente capítulo têm suas diretrizes alicerçadas na promoção do acesso universal à educação, respeitando a igualdade de oportunidades e as diferenças. Em essência, as ações são dirigidas de forma a contemplar as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos estudantes. Apesar de algumas das medidas ainda parecerem, em essência, integradoras é fundamental levar em consideração que o contexto educacional regular é configurado em formatos que demandem estratégias adaptativas proporcionais ao padrão maturacional da respectiva faixa etária, o que não contempla a todas as realidades pedagógicas.

Por outro lado, há estudantes que demandam intervenções educacionais particularizadas para seu efetivo desenvolvimento. É diante desse paradigma que a SEEDF atua em vanguarda no sistema educacional brasileiro, promovendo enturmações diversificadas que possam se adequar a especificidades. As modalidades de atendimento aqui expostas revelam esse caráter integrador-inclusivo.

Portanto, visando minimizar os impactos da particularização de atendimentos – demandadas pelos respectivos estudantes – e potencializar as possibilidades de inclusão é que torna-se imprescindível a promoção dos Projetos de Transição e Vivências, também previstos pelo currículo adaptados dessas modalidades. Essas ações encontram respaldo no Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025: "§ 3º A garantia do sistema educacional inclusivo ocorre por meio da organização do sistema educacional geral, de forma a assegurar que os estudantes que são público da educação especial tenham o direito a ser incluídos em classes e escolas comuns, com o apoio necessário à sua participação, permanência e aprendizagem."

Entretanto, faz-se mister considerar que há estudantes que, mesmo sendo assegurado o direito de inclusão no ensino regular, ainda demandam avanços maturacionais e adaptativos específicos para o desenvolvimento didático. Assim, a possibilidade de atendimentos diversificados configura-se como uma estratégia pedagógica de adequação curricular, também no âmbito interacional, uma vez que as demandas cotidianas de oferta de estímulos com estratégias restritas e ampliadas gradualmente é eficiente e comprovada cientificamente como eficaz para os avanços em certas especificidades pedagógicas.

Pode-se referenciar, por exemplo, Mello (2004), que apresenta em sua colaboração acadêmica, a importância do ensino sistemático, gradual e planejado sob a ótica da Pedagogia Histórico-Crítica, dialogando com a necessidade de intervenções estruturadas para estudantes com deficiências ou dificuldades acentuadas de aprendizagem. A organização do ensino para estudantes com necessidades específicas exige uma mediação pedagógica que una a intencionalidade da Pedagogia Histórico-Crítica. Sob a ótica de Dermeval Saviani, o ensino deve ser um processo sistemático de transmissão do saber elaborado, nesse sentido, a transição do 'saber empírico' para o 'saber científico' ocorre por meio de uma estrutura de ensino que respeita a Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky), utilizando o ambiente natural e a motivação do aluno para garantir que cada etapa de aprendizagem seja consolidada antes do avanço para níveis de maior complexidade. Assim, a sistematização dos estímulos não é um fim em si mesma, mas a ferramenta necessária para que o estudante atinja o próximo estágio que o permite agir de forma consciente e transformadora sobre sua realidade social.

Assim, ressalta-se que segundo as referências epistemológicas desta Secretaria, o aprendizado não é espontâneo; ele exige uma organização intencional do professor, o que se alinha à apresentação gradual de estímulos. Portanto, a organização de modalidades de enturmação que favoreçam essa vivência gradativa em agrupamentos sistematicamente ampliados, configura-se como um recurso adaptativo a um processo de ensino-aprendizagem inclusivo e diverso.

Ao longo do presente documento, são apresentadas diretrizes e orientações para condução de adaptações aos estudantes que, de modo geral, demonstram dificuldades acentuadas de aprendizagem. Contudo, as estratégias previstas neste capítulo são dirigidas às especificidades do público contemplado pelos Atendimento Educacionais Especializados.

Apesar das especificidades demandadas pelas instituições da SEEDF dedicadas aos atendimentos destacados, o trabalho do SEAA permanece pautado pelas diretrizes gerais já introduzidas no presente documento. E são, justamente, as particularidades dessas unidades educacionais, identificadas fundamentalmente no processo de Mapeamento Institucional que indicarão os ajustes interventivos a serem construídos pelo profissional do SEAA junto à Equipe Escolar, que culminará nas adequações na Assessoria ao Trabalho Coletivo e no Acompanhamento do Processo de Ensino-Aprendizagem.

Portanto, as intervenções propostas em nível institucional devem ser orientadas à consolidação de projetos pedagógicos que integrem o avanço de aprendizagens atendendo à adaptação curricular e aquisição de funcionalidades. É importante salientar que o resgate do currículo funcional é fundamentalmente alinhado a Pedagogia Histórico - Cultural e à Psicologia Histórico-Crítica, em especial quando analisamos o processo de ensino-aprendizagem sob o prisma da Zona de Desenvolvimento Proximal. Ao estruturarmos o planejamento pedagógico sob o paradigma do nível de desenvolvimento real em contraposição ao desenvolvimento potencial dos estudantes, incluímos ações que integrem as particularidades e, respectivamente, as adequações que se fizerem necessárias.

Assim, é essencial aos profissionais desses segmentos a apropriação dos conceitos relacionados à avaliação funcional, já que é uma das principais premissas de definição de planejamento interventivo. A Avaliação Funcional da Aprendizagem é um processo sistemático que busca identificar as potencialidades, habilidades, necessidades e, em especial, as funções dos comportamentos e barreiras que impactam no desenvolvimento de um estudante.

Ainda, é importante que as estratégias propostas nessas modalidades estejam continuamente alinhadas à identificação de oportunidades de integração dos estudantes aos contextos de ensino regular. Assim, outro conceito indispensável é de consolidação de Projetos de Transição. Nesse contexto, destacamos um importante recorte do Caderno de Transição Escolar da SEEDF:

Na educação inclusiva, o processo de transição requer a superação da dicotomia entre o ensino regular e a Educação Especial, eliminando a distância entre o ensino regular e o especial, que numa perspectiva inclusiva, visa efetivar o direito de todos(as) os(as) estudantes à escolarização nas escolas comuns, de ensino regular e, desse modo, organizar a Educação Especial enquanto um Projeto Político Pedagógico que disponibiliza recursos, serviços e realiza o atendimento educacional especializado, na própria escola ou nas escolas especiais, que se transformam em centros especializados do sistema educacional, atuando como suporte ao processo de escolarização (SEEDF, 2023).

Assim, o fluxo de intervenção institucional das EEAA frente a contextos de dificuldades acentuadas de aprendizagem, representa um importante recurso de planejamento de atuação. Reitera-se, entretanto, a relevância de integrar as especificidades destacadas. As modalidades de acompanhamento suplementar conduzidas pelas Salas de Recurso e os atendimentos em Classes Especiais são realizados em instituições de ensino regular. Assim, a atuação das EEAA nessas categorias de atendimento é característico das intervenções previstas enquanto serviço de apoio na instituição educacional de ensino regular.

Atuação em apoio ao Atendimentos Educacionais Especializados - Salas de Recurso

Segundo o Caderno de Orientações Pedagógicas da Educação Especial, o atendimento realizado pelas Salas de Recurso "visa suplementar (no caso de estudantes com altas habilidades/superdotação) ou complementar (para os estudantes com deficiência e TEA) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica." (p.14)

Nas instituições escolares que englobem estudantes contemplados por esse atendimento, as EEAA devem considerar em seu planejamento, em especial, no apoio conduzido na Organização do Trabalho Pedagógico, as diretrizes da Educação Inclusiva e Especial. Portanto, a análise do mapeamento institucional deve contemplar a identificação e promoção de medidas de acessibilidade e de adequação curricular, frente às particularidades desses estudantes.

Ainda, é de grande relevância que seja articulada a integração com os profissionais responsáveis pelo atendimento das Salas de Recurso. A atuação destes é primordial para a consolidação das adequações curriculares do respectivo público. Assim, é bastante enriquecedora a mediação para a oferta de formações e oficinas sobre essa temática para que o PPP da instituição e respectivos Projetos interventivos sejam planejados em conformidade com essas demandas.

Quanto à avaliação formativa, a colaboração das EEAA deve contemplar a oferta de orientações e apoio nas análises de como as estratégias educacionais inclusivas e diversas estão impactando no desenvolvimento e na integração desse público de estudantes. Essas mesmas diretrizes devem abarcar o suporte das EEAA nos Estudos de Caso. Portanto, as definições alinhadas pela equipe pedagógica, com mediação das EEAA, devem dirigir as definições de atendimento complementar e estratégias de modulação de cada estudante, conforme suas particularidades de atendimento, em acordo com a Estratégia de Matrícula.

Atuação em apoio às Classes Especiais

As Classes Especiais são modalidades de atendimento de caráter necessariamente temporário e transitório, dedicadas ao fortalecimento de comportamentos e habilidades funcionais que apoiem a participação de estudantes no ensino regular. Segundo o Caderno de Orientações Pedagógicas da Educação Especial "a Classe Especial é não seriada, porém deve respeitar a idade cronológica, etapa e ciclo da Educação Infantil ou Anos Iniciais do Ensino Fundamental em que o estudante se encontra". (p.23)

As diretrizes de atuação das EEAA para essa modalidade educacional são, em essência, as mesmas apresentadas no eixo anterior, dedicado ao apoio frente aos atendimentos por Salas de Recurso. Contudo, há uma ênfase especial aos Projetos de Transição na perspectiva de Vivências, uma vez que são condições indispensáveis na referida etapa de ensino.

Portanto, em instituições escolares que ofertem atendimentos em Classes Especiais, a Organização do Trabalho Pedagógico deve contemplar a previsão de vivências, dos estudantes atendidos na referida modalidade, em turmas do ensino regular. O professor da Classe Especial torna-se o protagonista em articular as demandas adaptativas do estudante em atendimento, com as estratégias e recursos educacionais para o envolvimento pedagógico com as demandas do ensino regular. Assim, as EEAA atuam como mediadores entre os diversos atores, na interlocução entre eles e na busca de soluções que integrem diferentes demandas do processo ensino – aprendizagem.

É imprescindível que no suporte das EEAA na Organização do Trabalho Pedagógico, em atendimento às diretrizes da Educação Inclusiva e Especial, haja orientações para que o PPP da instituição e respectivos Projetos Interventivos integrem Projetos de Transição. Estes devem, necessariamente, ter a previsão de Vivências cuja intencionalidade seja favorecer a adaptação desse público de estudantes ao contexto do ensino regular.

Para além da atuação institucional que apoie o incentivo a formações e oficinas sobre as demandas que perpassam essa modalidade de ensino, a colaboração das EEAA pode incluir a mediação entre os profissionais envolvidos no atendimento desses estudantes para o alinhamento entre as estratégias de ensino ofertadas.

Quanto à avaliação formativa, a colaboração das EEAA deve contemplar a oferta de orientações e apoio nas análises de como as estratégias educacionais inclusivas e diversas estão impactando no desenvolvimento e na integração desse público de estudantes. Essas mesmas diretrizes devem abarcar o suporte das EEAA nos Estudos de Caso. É fundamental que essa etapa integre as análises dos diversos profissionais envolvidos sobre as respostas do estudante às estratégias de adaptação, às vivências conduzidas e aos projetos de transição ofertados. Logo, as definições alinhadas pela equipe pedagógica, com mediação das EEAA, devem propor as modalidades de atendimento de cada estudante, conforme suas particularidades de atendimento, em acordo com a Estratégia de Matrícula.

Atuação em apoio ao Programa de Educação Precoce

O Programa de Educação Precoce é uma modalidade de atendimento ofertada, prioritariamente, em Centros de Educação Infantil ou ainda em unidades de Centro de Ensino Especial. De acordo com o Caderno de Orientações Pedagógicas da Educação Especial, "Destina-se a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e 11 (onze) meses, que apresentem atraso no desenvolvimento e que se encontram em situações de risco, de prematuridade, com diagnóstico de deficiências ou com potencial de precocidade para altas habilidades/superdotação." (p.27)

Esse programa visa estimular o desenvolvimento global — motor, cognitivo, emocional e social — de crianças, ainda na primeira infância, visando a conquista e/ou superação dos marcos do desenvolvimento, bem como a realização de habilidades fundamentais, como controle postural, equilíbrio e coordenação, que são essenciais para a autonomia. Há a previsão de 4 estágios do programa, em que gradativamente, são ampliados os estímulos no desenvolvimento das potencialidades e habilidades de interação da criança.

O Programa de Educação Precoce visa proporcionar, desde o nascimento, experiências significativas capazes de favorecer o desenvolvimento global da criança e ampliar ao máximo seu potencial.

A Educação Precoce possui caráter preventivo e fundamenta-se no respeito à diversidade, utilizando estratégias pedagógicas dinâmicas, individualizadas e sensíveis às necessidades específicas de cada estudante. O trabalho é desenvolvido de forma coletiva e orientado por objetivos pedagógicos que contribuem para a construção de competências humanas e sociais, bem como para a formação integral da criança.

Ao considerar a criança em sua totalidade e em seu contexto de vida, o atendimento promove a construção do conhecimento, apoia o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social e assegura condições para que cada estudante com deficiência ou TEA avance em seu percurso educacional de maneira significativa.

Nas instituições educacionais que englobem estudantes contemplados por esse atendimento, as EEAA podem apoiar a Organização do Trabalho Pedagógico mediando as orientações para o atendimento a esse público. O trabalho é articulado coletivamente, orientando-se por metas que promovam o desenvolvimento de competências biopsicossociais e a formação humana integral. Sob uma perspectiva multidimensional, as práticas educativas fomentam o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo, assegurando que crianças com Deficiências e/ou TEA encontrem suporte para avançar com autonomia em sua trajetória escolar.

O Projeto de Transição tem papel central nessa modalidade educacional. Essa etapa perpassa vários eixos do fluxo de atuação local das EEAA, assim, é relevante que os profissionais do serviço também acompanhem a integração das etapas mediadas por ele. O projeto de transição tem por finalidade orientar vivências e conduzir adaptações para que o estudante possa alcançar a próxima etapa interventiva prevista para a faixa etária que integrará no ano seguinte. Assim, através desse projeto é que são planejadas intervenções para superação de habilidades e competências que preparem o estudante para o próximo estágio do programa.

Quanto à Avaliação Formativa, nesta modalidade, ela terá também em sua composição a Avaliação Funcional, estratégia que visa analisar as habilidades adaptativas do estudante, frente às demandas de autonomia e de estimulação sensorial previstas nas modulações posteriores. A colaboração das EEAA deve contemplar a oferta de orientações e apoio nas análises de como as estratégias educacionais inclusivas e diversas estão impactando no desenvolvimento e na integração desse público de estudantes. A avaliação funcional tem como foco identificar como o estudante interage com o conhecimento e com o ambiente escolar, para mapear o que ele consegue fazer e de quais apoios necessita.

As análises dirigidas nesse processo avaliativos devem culminar nos Estudos de Caso, quando serão acordadas as possibilidades de enturmação, bem como demandas específicas de atendimento complementar, para o ano seguinte. As mesmas diretrizes indicadas ao processo avaliativos, devem abarcar o suporte das EEAA nos Estudos de Caso. Portanto, as definições alinhadas pela equipe pedagógica, com mediação das EEAA, devem dirigir as definições de atendimento complementar e estratégias de modulação de cada estudante, conforme suas particularidades de atendimento, em acordo com a Estratégia de Matrícula.

Atuação em apoio aos Centros de Ensino Especial (CEE) e Centros de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV)

Os Centros de Ensino Especial são unidades educacionais especializadas que oferecem modalidade diversificadas para o atendimento de estudantes com dificuldades acentuadas de escolarização no ensino regular. Essas unidades são dedicadas ao atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência e/ou TEA. Ainda, é importante destacar que há unidades específicas para o atendimento e suporte aos estudantes com deficiência visual, especificados como Centros de Ensino Especial de Deficientes Visuais- CEEDV.

Em essência, esses centros integram 3 tipologias de atendimento: Atendimento Pedagógico Específico - APE; Programa de Atendimento Interdisciplinar e Complementar - PAIC; Atendimento em Oficinas Pedagógicas. Os APE são dirigidos ao letramento na língua portuguesa e em linguagens matemáticas, ainda no CEEDV é dedicado à introdução da leitura em Braille. Os atendimentos interdisciplinares são dedicados à oferta de: Artes, Educação Física, TDIC, Educação Ambiental e ao Atendimento Curricular Específico - ACE no CEEDV. Por fim, as oficinas pedagógicas apresentam características mais diversificadas, alinhadas ao perfil da comunidade que integra a instituição de ensino, já que será descrito no PPP da IE coadunando a finalidade de desenvolvimento de ações de gestão pessoal e para o trabalho.

Nos CEEDV há, ainda, uma modalidade específica, o Programa de Atendimento Pedagógico Especializado - PAPE. Nesta modalidade, o atendimento educacional é voltado especificamente para estudantes em idade de alfabetização que possuem deficiência visual (cegueira ou baixa visão). Diferente do atendimento em salas de recursos comuns, o PAPE foca nas especificidades da alfabetização em Braille e no desenvolvimento de habilidades pré-requisitas para a inclusão escolar.

O PAPE é o programa responsável por garantir que o estudante aprenda a ler e escrever pelo Sistema Braille, o que exige conhecimentos técnicos específicos dos profissionais envolvidos. Ele busca oferecer uma certificação equivalente aos primeiros anos do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), permitindo que o aluno seja enturmado na rede regular com as ferramentas necessárias para acompanhar as aulas. Ainda, o atendimento educacional ofertado nos Centros de Ensino Especial são dirigidos ao desenvolvimento de habilidades funcionais básicas, assim como avanços disciplinares que culminem tragam significados essenciais às habilidades da vida diária. Importante salientar que essas unidades não oferecem o ensino no modelo de seriação tradicional. As turmas são planejadas conforme as demandas específicas apresentadas de acordo com certas deficiências, ainda, em alinhamento com as potencialidade de adaptação e de desenvolvimento acadêmico.

A proposta pedagógica dessas unidades é convergente com os pressupostos teóricos da Pedagogia Histórico-Cultural e Psicologia Histórico-Crítica, já que estão atreladas ao incentivo de competências segundo o estágio de desenvolvimento em que o sujeito se encontra. Assim, o papel do educador é atuar justamente na ZDP, oferecendo o suporte necessário para que o conhecimento potencial se torne real.

A Organização do Trabalho Pedagógico pela instituição escolar, pode contar com o suporte das EEAA na identificação e alinhamento às diretrizes da Educação Inclusiva e Especial, a fim de que o PPP da instituição e respectivos Projetos Interventivos. O trabalho é articulado coletivamente, orientando-se por metas que promovam o desenvolvimento de competências biopsicossociais e a formação humana integral.

Quanto à Avaliação Formativa, nesta modalidade, ela terá também em sua composição a Avaliação Funcional, estratégia que visa analisar as habilidades adaptativas do estudante, frente às demandas de autonomia e de estimulação sensorial previstas nas modulações posteriores. A colaboração das EEAA deve contemplar a oferta de orientações e apoio nas análises de como as estratégias educacionais inclusivas e diversas estão impactando no desenvolvimento e na integração desse público de estudantes. A avaliação funcional tem como foco identificar como o estudante interage com o conhecimento e com o ambiente escolar, para mapear o que ele consegue fazer e de quais apoios necessita.

A partir do processo avaliativo, os estudantes podem ser, em alguns casos, orientados a Projetos de Transição. Esse projeto tem a intencionalidade de desenvolver a aquisição gradual de habilidades e comportamentos adaptativos que apoiem a participação escolar em outras modalidades de ensino da SEEDF. Em consonância com a Estratégia de Matrícula vigente e com as diretrizes do Atendimento Educacional Especializado (AEE), faz-se necessária a previsão e o preparo institucional para a implementação dessas ações, contemplando tanto os estudantes que apresentem potencialidade de progressão no fluxo do ensino regular — com mediação pedagógica, quando necessário, por meio de Classes Especiais de caráter temporário e transitório — quanto o encaminhamento de estudantes para vivências pedagógicas em instituições parceiras, observadas suas especificidades educacionais.

As análises dirigidas nesses processo avaliativos devem culminar nos Estudos de Caso, quando serão acordadas as possibilidades de enturmação, bem como demandas específicas de atendimento complementar, para o ano seguinte. As mesmas diretrizes indicadas aos processo avaliativos, devem abarcar o suporte das EEAA nos Estudos de Caso. Portanto, as definições alinhadas pela equipe pedagógica, com mediação das EEAA, devem dirigir as definições de atendimento complementar e estratégias de modulação de cada estudante, conforme suas particularidades de atendimento, em acordo com a Estratégia de Matrícula.

Atuação em apoio às Escolas Bilingues

As Escola Bilingues são unidades educacionais especializadas que oferecem modalidade diversificadas, com o apoio de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e Português Escrito para o atendimento de estudantes com Deficiência Auditiva e/ou Surdo-cegueira, bem como outras deficiências associadas.

"A Educação Bilingue de surdos envolve a criação de ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como primeira língua (L1) por crianças surdas, no tempo de desenvolvimento linguístico esperado é similar ao das crianças ouvintes, e a aquisição do português como segunda língua (L2). O objetivo é garantir a aquisição e a aprendizagem das línguas envolvidas como condição necessária à educação do surdo, construindo sua identidade linguística e cultural em Libras e concluir a educação básica em situação de igualdade com as crianças ouvintes e falantes do português. A Educação Bilingue de surdos não é compatível com o atendimento oferecido pela Educação Especial, pois restringe-se às questões impostas pelas limitações decorrentes de deficiências de um modo extremamente amplo, mais recentemente a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos, considerando o estudante surdo como parte de uma comunidade linguístico cultural."

(PPP da Escola Pública Integral Bilingue Libras e Português Escrito de Taguatinga, 2025, p.12)

As Escola Bilingues são instituições escolares que cumprem o Currículo em Movimento da Educação Básica, com as devidas adequações que se fizerem necessárias e acompanham as modalidades de seriação das escolas de ensino regular. É essencial entender que as especificidades dessas unidades orientam ao apoio e consolidação de uma comunidade linguística. Portanto, é condição a todos os profissionais que atendem essa comunidade o domínio de Libras. Assim, o trabalho do EEAA deve ser pautado no apoio e fortalecimento das especificidades dessa comunidade e da integração nos demais espaços comunitários diversos.

Portanto, na escolas bilíngues a Organização do Trabalho Pedagógico deve garantir que o currículo seja acessível e que as barreiras linguísticas e de comunicação sejam eliminadas. Assim, as EEAA atuam como mediadores entre os diversos atores, na interlocução entre eles e na busca de soluções que integrem diferentes demandas do processo ensino - aprendizagem.

É imprescindível que no suporte das EEAA na Organização do Trabalho Pedagógico, na promoção de orientações e diretrizes da Educação Inclusiva e Especial, integrados ao PPP da instituição e respectivos Projetos Interventivos. Para além da atuação institucional que apoie o incentivo a formações e oficinas sobre as demandas que perpassam essa modalidade de ensino, a colaboração das EEAA pode incluir a mediação entre os profissionais envolvidos no atendimento desses estudantes para o alinhamento entre as estratégias de ensino ofertadas.

Quanto à avaliação formativa, a colaboração das EEAA deve contemplar a oferta de orientações e apoio nas análises de como as estratégias educacionais inclusivas e diversas estão impactando no desenvolvimento e na integração desse público de estudantes. Essas mesmas diretrizes devem abarcar o suporte das EEAA nos Estudos de Caso. É fundamental que essa etapa integre as análises dos diversos profissionais envolvidos sobre as respostas do estudante às estratégias de adaptação ofertadas. Logo, as definições alinhadas pela equipe pedagógica, com mediação das EEAA, devem propor as modalidades de atendimento de cada estudante, conforme suas particularidades de atendimento, em acordo com a Estratégia de Matrícula.

Atuação em apoio às modalidades de EJA Interventiva e Serviços de Orientação ao Trabalho

As turmas de Educação de Jovens e Adultos Interventiva são modalidades de atendimento, exclusivamente, a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e/ou Deficiência Intelectual (DI) – com ou sem associação de outras deficiências –, a partir dos 15 anos e que não tenha se adaptado ou, ainda, não tenha obtido avanço pedagógico nas Classes Comuns Inclusivas, mesmo com toda a oferta de adequações para o acesso às aprendizagens. Ainda, o perfil desses estudantes deve incluir a possibilidade de avanço pedagógico com interesse ou perspectiva de inserção no mercado de trabalho.

As diretrizes de atuação das EEAA para essa modalidade educacional são, em essência, as mesmas apresentadas nas Classes Especiais. Contudo, há uma ênfase especial aos Projetos de Transição na perspectiva de Orientações ao Mercado de Trabalho. Assim, a Organização do Trabalho Pedagógico deverá incluir o planejamento ações que propiciem a inclusão social e profissional do estudante, pelo desenvolvimento de atividades essenciais à preparação para o mundo do trabalho;

Portanto, em instituições escolares que ofertem atendimentos em EJA. Interventiva, o professor torna-se o protagonista em articular as demandas adaptativas do estudante em atendimento, com as estratégias e recursos educacionais para o envolvimento pedagógico com as demandas de funcionalidade para a inclusão social e identificação das potencialidades laborais. Assim, as EEAA atuam como mediadores entre os diversos atores, na interlocução entre eles e na busca de soluções que integrem diferentes demandas do processo ensino – aprendizagem.

É imprescindível que no suporte das EEAA na Organização do Trabalho Pedagógico, em atendimento às diretrizes da Educação Inclusiva e Especial, haja orientações para que o PPP da instituição e respectivos Projetos Interventivos integrem Projetos de Orientação ao Mercado de Trabalho.

Para além da atuação institucional que apoie o incentivo a formações e oficinas sobre as demandas que perpassam essa modalidade de ensino, a colaboração das EEAA pode incluir a mediação entre os profissionais envolvidos no atendimento desses estudantes para o alinhamento entre as estratégias de ensino ofertadas.

Quanto à avaliação formativa, a colaboração das EEAA deve contemplar a oferta de orientações e apoio nas análises de como as estratégias educacionais inclusivas e diversas estão impactando no desenvolvimento e na integração desse público de estudantes. Essas mesmas diretrizes devem abarcar o suporte das EEAA nos Estudos de Caso. É fundamental que essa etapa integre as análises dos diversos profissionais envolvidos sobre as respostas do estudante às estratégias de adaptação ofertadas. Logo, as definições alinhadas pela equipe pedagógica, com mediação das EEAA, devem propor as modalidades de atendimento de cada estudante, conforme suas particularidades de atendimento, em acordo com a Estratégia de Matrícula.

Considerações Finais

O presente documento tem por finalidade apresentar as novas diretrizes pedagógicas e operacionais do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem – SEAA com intuito de direcionar a atuação dos profissionais que compõem as Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem – EEAA e as Salas de Apoio à Aprendizagem – SAA .

Conclui-se que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende da superação ativa das exclusões históricas que ainda permeiam o ensino.

Em suma, a efetivação de uma educação democrática exige que as práticas pedagógicas sejam sustentadas pelo princípio da equidade, garantindo que a pluralidade das subjetividades humanas encontre espaço para florescer.

As Diretrizes Pedagógicas aqui apresentadas não são apenas normas, mas instrumentos estratégicos que capacitam a instituição a romper barreiras estruturais e atitudinais.

Ao reafirmar o protagonismo do SEAA na condução dessas políticas, consolida-se o compromisso com um horizonte escolar onde o direito à aprendizagem seja incondicional, transformando o ambiente educativo em um território de justiça, inclusão e respeito mútuo.

Minuta

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, C. M. M. **Psicologia escolar e o desenvolvimento humano**. Brasília: Editora da UnB, 2003.
- BARBOSA, R. M. **Fracasso escolar: uma leitura institucional**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de subsídios para a implementação da Lei 13.935/2019** - Diretoria de políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica. Brasil, 2025
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** - Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. - MEC/SEESP. Brasil, 2007
- BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasil, 2015
- BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. **Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva**. Brasil, 2025
- BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 12.773, de 08 de dezembro de 2025. **Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva**. Brasil, 2025
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica**. Brasil: CFP, 2019
- DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do Distrito Federal. Resolução nº 03, de 19 de dezembro de 2023. **Estabelece normas e diretrizes para a Educação Especial no sistema de ensino do Distrito Federal**. Brasília: SEEDF, 2023.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Orientação Pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem**. Brasília: SEEDF, 2010.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica**. Brasília: SEEDF, 2014.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento da Educação Básica - Educação Especial**. Brasília: SEEDF, 2014.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília: SEEDF, 2019.

Referências Bibliográficas

- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Portaria nº 414, de 03 de maio de 2022**. Dispõe sobre os critérios de funcionamento do Programa de Atendimento aos Estudantes com Transtornos Funcionais Específicos na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Brasília: SEEDF, 2022.
- DISTRITO FEERAL. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal. **Manual de comunicação oficial do governo do Distrito Federal** [livro eletrônico]: documentos eletrônicos. Brasília, SEPLAD, 2023
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Guia de Valorização da Vida. **Orientações e prevenção ao bullying, automutilação e suicídio na escola**. Brasília: SEEDF, 2023.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Caderno Mulheres. **Pela Valorização de Meninas e Mulheres e Enfrentamento às Diversas Formas de Violência**. Brasília: SEEDF, 2024
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Caderno Estudantes Migrantes**. Brasília: SEEDF, 2024
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Caderno de **Orientação Pedagógica. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEEDF, 2025.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Portaria nº 1.374, de 17 de dezembro de 2025**. Brasília: SEEDF, 2025.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **PPP - Escola Pública Integral Bilingue Libras e Português Escrito de Taguatinga, 2025**. Brasília: SEEDF, 2025.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Protocolo da Consolidação de Educação Antirracista das Instituições Educacionais da SEEDF**. Brasília: SEEDF, 2025.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Protocolo para situações de Violência em Ambiente Escolar**. Brasília: SEEDF, 2025.
- MACÊDO, L.C. **O Trabalho Pedagógico das Porfessoras da Sala de Apoio à Aprendizagem da Secretaria de Estado de Educação do DF**. Brasília: UnB, 2024.
- MARINHO-ARAÚJO, C. M.; ALMEIDA, S. F. C. **Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional**. Campinas: Alínea, 2005.
- NEVES, M. A. **A queixa escolar e a atuação do psicólogo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- MELLO, S. A.. "A escola de Vygotsky". In: **CARRARA, K. (Org.). Introdução à Psicologia da Educação**. São Paulo: Avercamp, 2004.
- PENNA-MOREIRA, M. C. **Psicologia escolar crítica e contextos educativos**. São Paulo: Summus, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Fundamentos de defectologia**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Fontes, 2008.
- XUN WU, M.; RAMESH, M.H.; FRITZEN,S. **Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos**. Brasília: ENAP, 2014

